



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Anderson Luiz Fernandes da Silva

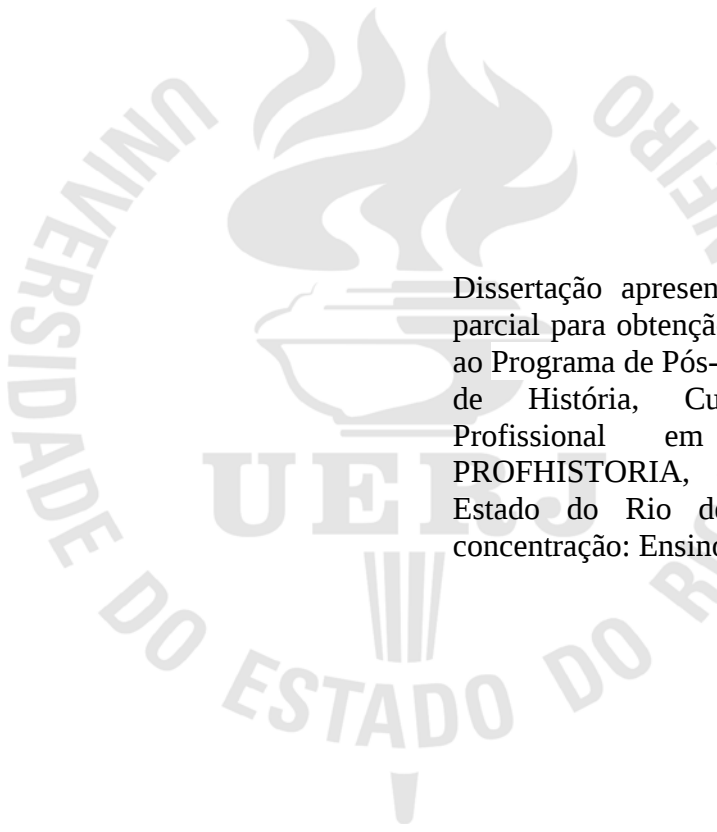
**Educar para os Direitos Humanos: Oficinas de História sobre violência
policial em São Gonçalo, nos séculos XX e XXI**

São Gonçalo

2020

Anderson Luiz Fernandes da Silva

**Educar para os Direitos Humanos: Oficinas de História sobre violência policial em São
Gonçalo, nos séculos XX e XXI**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik

São Gonçalo

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

S586 Silva, Anderson Luiz Fernandes da.
Educar para os Direitos Humanos: Oficinas de História sobre violência
policial em São Gonçalo, nos séculos XX e XXI / Anderson Luiz Fernandes da
Silva. – 2020.
146f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik.
Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) –
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de
Professores.

1. História – Estudo e ensino – Teses. 2. Violência policial – São Gonçalo
(RJ) – Teses. 3. Direitos humanos – Teses. I. Reznik, Luís. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994 CDU 93(07)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Anderson Luiz Fernandes da Silva

**Educar para os Direitos Humanos: Oficinas de História sobre violência policial em São
Gonçalo, nos séculos XX e XXI**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em 15 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luís Reznik (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao menino João Pedro Mattos Pinto (*in memoriam*), aluno do 9º do ensino fundamental do Centro Educacional Pereira Rocha, escola na qual leciono, assassinado brutalmente por uma desastrosa e lamentável ação policial quando brincava com os seus primos no quintal da residência de seus familiares, no bairro Itaoca - São Gonçalo, em 18 de maio de 2020.

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador do universo, por tudo que tens feito e pelo o que ainda há de fazer na minha vida.

A Ane Helen Pereira Dias, minha amada esposa, amiga, parceira, pedagoga e maior incentivadora da minha carreira profissional e acadêmica.

A Isabella Dias Fernandes, minha filha, por ser a inspiração e a razão do meu viver.

A minha família – pai (*in memoriam*), irmãos e a minha mãe Sônia Maria Fernandes do Nascimento, por ter dedicado a sua vida para que seus filhos e filha pudessem ter um futuro melhor.

Ao funcionário Danilo do jornal O São Gonçalo pelo auxílio durante a pesquisa.

A todos os alunos e alunas com quem, ao longo da minha trajetória docente, eu tive o privilégio de lecionar e conviver.

Aos professores e professoras do Programa de Pós Graduação Lato Sensu do Curso de Especialização Saberes e Práticas na Educação Básica – CESPEB (UFRJ), por proporcionarem grandes reflexões sobre a necessidade de aproximação da teoria e da prática para o desenvolvimento do trabalho docente e por despertarem o meu desejo adormecido de prosseguir com a carreira acadêmica.

Aos colegas professores, que acreditam na escola pública e fazem dela um espaço voltado para a transformação de nossa sociedade.

Aos queridos colegas do Profhistória pelas trocas de experiências, pelas discussões acadêmicas e pela parceria demonstrada ao longo dessa jornada.

As colegas de curso Susana e Sara por representarem de maneira tão dedicada a turma do Profhistória UERJ 2018.

Por fim e não menos importante, um agradecimento especial ao meu querido orientador Luís Reznik, por ter me apontado os melhores caminhos, pela disponibilidade, paciência e por me permitir seguir a trajetória deste trabalho de maneira leve e prazerosa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À bala, o problema já provou que não será resolvido. Matando e morrendo desmensuradamente como fazem há anos, os policiais brasileiros só conseguem aumentar as estatísticas do crime. E uma sociedade que se fecha em grades ou guarda-costas, blindando automóveis e troca a rua pelo corredor do shopping center garante antes de mais nada a necrose do tecido urbano.

Luiz Eduardo Soares

RESUMO

SILVA, Anderson Luiz Fernandes da. *Educar para os Direitos Humanos: oficinas de história sobre violência policial em São Gonçalo, nos séculos XX e XXI*. 2020. 146f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

O presente trabalho buscou analisar o crescente aumento da violência policial na cidade de São Gonçalo - RJ. Mesmo com as garantias constitucionais que instituíram de maneira legal os marcos dos Direitos Humanos no Brasil, a violência policial continua sendo um dos grandes entraves ao pleno exercício da cidadania. Ao reproduzir as velhas práticas do passado, a polícia brasileira tem deixado de cumprir o papel de instituição garantidora da segurança e dos direitos dos cidadãos, tornando-se uma das grandes violadoras dos direitos humanos. Sendo assim, visando compreender melhor as origens e as consequências dessa violência para o cidadão gonçalense, e reconhecendo o papel da escola como *lócus* privilegiado de construção do conhecimento, elaboramos um caderno de oficinas de História, voltado para educar em direitos humanos, no qual propomos uma reflexão acerca do percurso ideológico e político de criação do aparato policial brasileiro e da necessidade da luta pela garantia dos direitos humanos.

Palavras-chave: Ensino de História. Violência Policial. Segurança Pública. Direitos Humanos

ABSTRACT

SILVA, Anderson Luiz Fernandes da. *Educating for Human Rights: History Workshops on Police Violence in São Gonçalo, in the 20th and 21st centuries*. 2020. 146f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

The present work sought to analyze the growing increase of police violence in the city of São Gonçalo - RJ. Even with the constitutional guarantees that have legally established the human rights framework in Brazil, police violence continues to be one of the great obstacles to the full exercise of citizenship. By reproducing the old practices of the past, the Brazilian police have failed to fulfill the role of institution guaranteeing security and citizens' rights, becoming one of the great violators of Human Rights. Therefore, in order to better understand the origins and consequences of this violence for the citizen of Gonçalense, and recognizing the role of school as a privileged locus for the construction of knowledge, we have prepared a notebook of history workshops, aimed at educating in human rights, where we propose a reflection on the ideological and political path of creation of the Brazilian police apparatus and the need to fight for the guarantee of human rights.

Keywords: History teaching. Police Violence. Public Security. Human Rights.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Evolução da população urbana por regiões no Brasil	34
Gráfico 2 –	Avaliação do comportamento dos policiais na última abordagem sofrida	73
Gráfico 3 –	Medidas que ajudariam muito a melhorar a UPP (%)	74
Gráfico 4 –	Tiroteios/disparos de armas de fogo: Comparativo outubro 2019/18 – Região Metropolitana	117
Gráfico 5 –	Tiroteios/disparos no leste metropolitano: Bairros 2018	117
Gráfico 6 –	Motivos de tiroteios/disparos 2018 – Motivos de tiroteios/disparos 2019	118
Gráfico 7 –	Locais com três mortos ou mais: Região metropolitana 2018	118
Gráfico 8 –	Agentes de segurança mortos e feridos 2018	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Composição da câmara municipal de São Gonçalo - 1947	24
Tabela 2 –	Composição da câmara municipal de São Gonçalo - 1959	25
Tabela 3 –	Composição da câmara municipal de São Gonçalo - 1955	27
Tabela 4 –	Loteamentos em São Gonçalo - RJ	37
Tabela 5 –	Letalidade violenta no RJ – Década de 2000	47
Tabela 6 –	Mortes por intervenção dos agentes do Estado – RJ – Década de 2000	48
Tabela 7 –	Indicadores de criminalidade e atividade policial em áreas de UPP (2007 a 2015)	72
Tabela 8 –	Agentes de segurança mortos e feridos 2018	82
Tabela 9 –	Violência em São Gonçalo no ano 2019	82
Tabela 10 –	Morte por intervenção de agentes do Estado – área: Região Metropolitana	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP	Área Integrada de Segurança Pública
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CENPE/MPRJ	Centro de Pesquisa do Ministério Público do Rio de Janeiro
CESe C	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CISP	Circunscrição de Segurança Pública
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COPPE	Coordenação de Programas de Pós-graduação em Engenharia
CPP	Coordenadoria de Polícia Pacificadora
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DER	Departamento de Estradas e Rodagens
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FHC	Fernando Henrique Cardoso

GEAT	Grupamento Especial de Ação Tática
GEPAT	Grupamento Especial de Policiamento em Áreas Turísticas
GEPE	Grupamento Especializado de Policiamento em Estádios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ISP	Instituto de Segurança Pública
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PM	Polícia Militar
PNDH	Programa Nacional dos Direitos Humanos
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSD	Partido Social Democrático
UDN	União Democrática Nacional
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	A HISTÓRIA DE SÃO GONÇALO: TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS E SOCIAIS NA CIDADE	18
1.1	A formação histórica de São Gonçalo	18
1.2	As disputas políticas na década de 1950	22
1.3	Indústria e urbanização: as novas configurações geográficas	32
1.4	Urbanização e criminalidade: o desafio das cidades metropolitanas	44
2	VIOLÊNCIA POLICIAL: UM RETRATO DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA CIDADE DE SÃO GONÇALO	50
2.1	Para que servem os direitos humanos?	50
2.2	Políticas de segurança pública no Rio de Janeiro: polícia de quem e para quem?	59
2.3	A institucionalização da violência em São Gonçalo: a polícia nas páginas dos jornais	75
3	EDUCAR PARA OS DIREITOS HUMANOS: OFICINAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	86
3.1	Fundamentação legal	86
3.2	Oficinas	88
3.2.1	<u>Cidadania e direitos humanos</u>	89
3.2.2	<u>As leis e as guerras</u>	96
3.2.3	<u>A ditadura militar no Brasil</u>	102
3.2.4	<u>História local: A violência institucional em São Gonçalo</u>	115
3.2.5	<u>Polícia x Polícia</u>	124
	CONCLUSÃO	130
	REFERÊNCIAS	132

ANEXO A – Reportagens da oficina 1: Documento 3	135
ANEXO B – Material de apoio para a oficina 5: “O caso de Sacopã”	142
ANEXO C – Material de apoio para a oficina 5: “A fera da Penha”	145

INTRODUÇÃO

No Brasil atual, há uma grande controvérsia sobre a compreensão da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os direitos humanos passaram a ser incorporados à democracia brasileira, no entanto, ainda há muita falta de entendimento acerca desses direitos. Para parte da população, os direitos humanos só servem para proteger criminosos e acabam se tornando um grande impedimento no combate à criminalidade.

O crescimento da violência urbana no país alcançou números tão expressivos, que isso faz com que as pessoas naturalizem a violência policial como algo necessário para a garantia da ordem. Em alguns casos, as próprias vítimas internalizam a ideia de uma normalidade por acreditarem ser natural a violência do Estado contra aqueles que transgridem as leis.

Com isso, o Estado que deveria assumir plenamente a sua responsabilidade como criador de políticas públicas que garantam os direitos de todos os cidadãos, encontra terreno fértil para atuar de maneira violenta e muitas vezes arbitrária e violadora desses mesmos direitos. É dessa estrutura funcional de controle e coerção social, na qual o Estado se fortaleceu a partir da instituição do Estado Democrático de Direito, instrumentalizando o aparato policial como forma de garantir o monopólio legítimo da violência, que surgem problemas como o abuso de autoridade e da violência policial.

Dessa forma, os direitos humanos, assim como outras garantias constitucionais, surgem como instrumentos de proteção aos cidadãos para restringir e regular o uso da força do Estado. Não obstante à concentração da violência legítima nas mãos do Estado, ela “não foi condição suficiente para assegurar a pacificação dos costumes e hábitos enraizados na sociedade desde os tempos imemoriais” (ADORNO, 2000). A materialização mais evidente dos abusos e da ineficiência do Estado brasileiro pode ser constatada pelo aumento dos números referentes à violência policial. Sendo assim, a relevância desse trabalho encontra-se na compreensão histórica acerca desse problema, assim como, na necessidade da luta pela garantia dos direitos humanos e pelo pleno exercício da cidadania.

A escolha de São Gonçalo para a realização desse trabalho foi motivada pela importância que a cidade exerce na região metropolitana do Rio de Janeiro. Com uma população estimada em 1.091.737 pessoas (IBGE, 2020), São Gonçalo ocupa o posto de segunda maior cidade do estado, perdendo apenas para a capital. Localizada a menos de 30 km de distância do Rio de Janeiro, a cidade vem presenciando, nas últimas décadas, um

aumento significativo da criminalidade. São muitos os fatores que colocam São Gonçalo na condição atual de uma das cidades mais violentas do nosso estado, entre eles, podemos destacar o fato das políticas de segurança pública estarem sempre priorizando as regiões onde se concentram as pessoas com maior poder aquisitivo. Os chamados megaeventos sediados pelo Rio de Janeiro – Copa do Mundo de futebol e Olimpíadas, direcionaram os esforços da segurança pública para o combate ao crime nessa cidade. Com isso, acredita-se que tenha ocorrido um deslocamento de criminosos para as ramificações das facções criminosas atuantes em São Gonçalo. Outro importante ponto a se destacar nesse trabalho foi o processo de loteamento e urbanização da cidade durante a década de 1950. O crescimento populacional concomitante com a urbanização desordenada, fez surgirem espaços marginalizados que, devido a ausência do poder público, facilitaram a chegada de bandidos e o aumento da criminalidade.

Como morador da cidade de São Gonçalo por mais de 30 anos e professor das redes pública e privada há dez anos, pude constatar, em algumas conversas com alunos e alunas das redes onde trabalho, que o sentimento de medo, abandono e descrença no poder público tem aumentado a cada dia. É comum as pessoas que moram nas chamadas áreas de risco demonstrarem um temor igual ou pior da polícia, em relação à criminalidade. Sabemos que a violência policial é algo que atinge a todos. No entanto, os números apresentados pelo aplicativo Fogo Cruzado¹ nos últimos anos, demonstram que alguns bairros da cidade têm sido muito mais atingidos do que outros. Em alguns desses bairros, a atuação policial arbitrária e desigual, reverbera ainda mais a lógica da violação de direitos imposta pelos agentes do Estado às classes mais pobres.

Para o desenvolvimento do trabalho, utilizei como fonte principal o jornal *O São Gonçalo*, que, há mais de 80 anos, desempenha um importante papel de cobertura jornalística na cidade. A escolha do jornal relaciona-se com a definição do recorte temporal e a necessidade de se comparar a violência policial dos dias atuais, com a ocorrida nas décadas de 1950 e 1970. A realidade da violência institucionalizada dos anos 2000/2010 na cidade de São Gonçalo, não pode ser analisada de maneira isolada, pois esta se relaciona diretamente com a própria história da cidade, ou seja, a história do tempo presente remonta a uma intelegibilidade que não corresponde somente ao próprio tempo e deve atuar de maneira a atender as demandas atuais, mas sem deixar de se relacionar com o tempo passado.

¹ Plataforma Fogo Cruzado. www.fogocruzado.org.br

Considerando a necessidade de entendimento dos processos para a construção do conhecimento, optei por iniciar o trabalho traçando um breve panorama histórico da formação da cidade, ultrapassando assim o recorte temporal do objeto de estudo, que se inicia na metade do século XX. O trabalho foi desenvolvido em três capítulos. O primeiro capítulo deste trabalho permite compreender como as mudanças político-administrativas e as transformações urbanas ocorridas na cidade, durante a década de 1950, foram fundamentais para a construção de alguns espaços privilegiados e outros abandonados pelo poder público. Diversos estudos sobre a violência urbana têm demonstrado que a ausência de políticas públicas voltadas para atender a parcela da população mais pobre contribui para o aumento da vulnerabilidade, tornando-se um perigoso combustível para o crescimento da criminalidade. Sendo assim, é possível afirmar que as origens da explosão da violência em alguns bairros de São Gonçalo remonta, entre outras coisas, à urbanização desordenada e à falta de atuação do poder público em algumas dessas áreas.

Ainda no primeiro capítulo, procuramos analisar os fatores endógenos e exógenos relacionados ao aumento da população gonçalense. No campo econômico, foi possível identificar o fator industrial como um dos elementos propulsores da concentração urbana. Além da cidade ter se destacado como um grande centro industrial, a proximidade com a capital também contribuiu para a procura de residências no local. Em relação ao cenário político e às disputas ocorridas nas décadas de 1940 e 1950, o aumento populacional era visto como uma possibilidade de ampliação no número de eleitores, o que fazia com o que os políticos gonçalenses buscassem facilitar a aquisição de novos loteamentos e, como consequência, o aumento do número de moradias na cidade.

Portanto, ao direcionarmos o olhar para as questões ligadas à urbanização da cidade, procuramos nos debruçar sobre a análise referente à relação da violência com a falta de infraestrutura urbana, proporcionando o surgimento de diversas tipologias criminais. É a partir desse cenário, que se pretende compreender o papel exercido pela polícia em seus diferentes espaços de atuação. Os desvios de conduta decorrentes das grandes aglomerações urbanas, refletiram no aumento da lógica policial da punição legal e ilegal, que transpassou pelas décadas de 1950, 1970 e 2000/2010 e fez surgir algumas propostas de mudanças em relação à atuação da polícia no estado do Rio de Janeiro.

O segundo capítulo inicia-se com uma reflexão acerca da importância dos Direitos Humanos. Para subsidiar esse debate, procuramos apresentar um pouco da trajetória internacional de luta pelos direitos humanos, que vão desde a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, passando pelas conferências entre os diversos países

integrantes da ONU e pelas deliberações para inclusão de novos direitos. Dessa forma, procuramos reafirmar a influência e as relações estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 com os preceitos internacionais de defesa dos direitos fundamentais.

Considerando que a polícia se constitui como uma representação de poder do Estado e que a violência policial se caracteriza como uma das múltiplas faces da violação dos direitos humanos, procuramos tecer um breve debate histórico sobre as origens e a formação da polícia brasileira, relacionando as suas ações com as políticas de segurança pública nos períodos abordados neste trabalho. No entanto, é preciso ressaltar que, além das questões políticas de direcionamento das ações policiais, não se pode deixar de considerar o caráter violento e autoritário que faz parte da construção identitária militarizada da polícia brasileira.

Sendo assim, o capítulo se propõe a discutir a violência policial a partir da análise de dados referentes às ações policiais, coletados através do ISP, do CESeC e da Plataforma Fogo Cruzado, além das reportagens dos jornais, com ênfase no jornal *O São Gonçalo*, que retratam o caráter seletivo e violento das ações policiais nas décadas de 1950, 1970 e 2000/2010.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, elaboramos um conjunto de oficinas para serem aplicadas nas aulas de História para turmas do 2º e 3º ano do Ensino Médio. Sendo um dos principais objetivos do ensino de História a formação cidadã dos indivíduos, buscamos relacionar os conteúdos tradicionais com as experiências cotidianas da violência policial e da privação de direitos, sofrida por muitos de nossos alunos. Dessa forma, optamos pelo formato de oficinas, por acreditar na importância da relação dialógica entre professores/alunos e alunos/alunos para que esses tenham condições de refletir e atuar sobre a sua própria realidade cotidiana.

[...] Temos que o ensino de História deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtida em lutas constantes e em suas diversas dimensões. (BITTENCOURT, 2010)

Para o desenvolvimento das oficinas, utilizamos diferentes fontes históricas e destacamos que as atividades foram pensadas em consonância com as determinações da nova BNCC. Sendo assim, esperamos que esse material possa ser um recurso utilizado por professores e professoras de História, que colabore para que aconteça no interior da sala de aula, fecundas discussões e reflexões sobre a necessidade da defesa dos direitos humanos no Brasil.

1 A HISTÓRIA DE SÃO GONÇALO: TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS E SOCIAIS NA CIDADE

“As cidades tratam de suas misérias
Como quem trata uma praga
Que não pára de crescer
Enquanto os ricos
Não olharem para ela
Será sempre uma panela
Que a pressão faz explodir”

Cidade Partida. (Cidade Negra, 2000)

O presente capítulo apresenta um pouco da história de São Gonçalo, buscando refletir sobre sua importância econômica e social no eixo conhecido como região metropolitana do Rio de Janeiro. Tendo como foco principal desse trabalho a violência institucional urbana, nos debruçamos nas relações entre o desenvolvimento urbano das áreas centrais e a marginalização das áreas periféricas como pontos primordiais para a compreensão do aumento da violência na cidade.

1.1 A formação histórica de São Gonçalo

O ano de 2020 marca as comemorações pelos 130 anos de emancipação política da cidade de São Gonçalo. Habitada, inicialmente, pelos índios Tamoios, a construção histórica da cidade nos remete ao século XVI, quando, em meio às disputas entre portugueses e franceses pela colonização do Brasil, foi fundada, no ano de 1579 por Gonçalo Gonçalves após receber uma sesmaria na qual a região fazia parte. Em 22 de setembro de 1890, foi assinado o decreto que garantiu a emancipação de São Gonçalo e o seu desmembramento de Niterói. É importante ressaltar que a colonização do Brasil ocorrera através de uma desigual distribuição de terras, na qual as capitanias hereditárias foram, inicialmente, os principais instrumentos dessa desigualdade e da concentração de poder no Brasil. No caso de São Gonçalo, a sesmaria recebida por Gonçalo Gonçalves fazia parte da capitania de São Vicente,

e, por ser esta uma das poucas que deram certo, isso facilitou o crescimento e o desenvolvimento da região.

Consolidada como cidade independente no início da primeira República, São Gonçalo passou por vários processos políticos, econômicos e sociais que forjaram a cidade, tal como ela é hoje. Ainda no século XVIII, a região passou por um grande crescimento econômico fundamentado, assim como no restante da colônia, pela produção de gêneros agrícolas. Para além da produção açucareira, as lavouras de mandioca, feijão, milho, arroz, da produção de aguardente, assim como o desenvolvimento de um crescente mercado interno, contribuíram bastante para o desenvolvimento de São Gonçalo. Os barcos de transporte de gêneros alimentícios e de passageiros, realizavam de maneira dinâmica as grandes movimentações no litoral e o consequente intercâmbio com outros portos das diversas freguesias. Sendo assim, a produção agrícola se constituiu como um importante fator do desenvolvimento urbano e do crescimento populacional da região.

Na segunda metade do século XIX, São Gonçalo já tinha por volta de 30 engenhos que se mantinham com uma produção ativa, movimentando bastante os antigos portos da cidade, como os de Guaxindiba, Boaçu, Porto Novo e Porto Velho, Porto de Neves e outros que proporcionavam, através das suas instalações, um dinâmico fluxo de mercadorias e pessoas, fundamentais para a economia. Foi também no século XIX que houve um incremento da produção cafeeira no Brasil. Em São Gonçalo, a tentativa de produção do café não alcançou muito sucesso, devido principalmente ao tipo de solo encontrado na região.

Ainda que não tenha atingido o mesmo destaque da produção açucareira no século XVIII, o café, juntamente com outros produtos cultivados no século XIX foi responsável por um significativo crescimento populacional e algumas transformações de muita relevância para a cidade. Através da expansão cafeeira, foram criadas algumas ferrovias que cortavam São Gonçalo sendo fundamentais para o escoamento e recebimento de produtos. As linhas que ligavam Neves ao bairro de Porto das Caixas (Itaboraí) e, já no período republicano, a linha que ligava o distrito de Neves à cidade vizinha de Maricá estiveram no epicentro do desenvolvimento urbano que começou a surgir às margens das ferrovias.

No que se refere ao âmbito político-administrativo, ocorreu uma série de vicissitudes que marcaram as disputas pelo território gonçalense. Em 1644, ainda ligada à cidade do Rio de Janeiro, a freguesia de São Gonçalo constituía um de seus maiores distritos com uma população estimada em 14.516 habitantes, sendo a maioria dessa população escrava (REZNIK *et alii*, 2006, p. 64). A partir do início do século XIX, a freguesia de São Gonçalo passou a pertencer à região de Niterói. Com a chegada da família real, a antiga povoação de São

Domingos passara a ser estação de veraneio da realeza atingindo a categoria de Vila Real e posteriormente cidade de Niterói, incorporando a freguesia de São Gonçalo como um de seus distritos.²

Após a chegada da família real, iniciaram-se algumas transformações econômicas e sociais que atingiram não somente a cidade do Rio de Janeiro, mas toda a região metropolitana. O decreto da abertura dos Portos possibilitou a liberdade de comércio da colônia com os outros países e fomentou ainda mais a produção agrícola ligada à exportação e a ambição política dos proprietários de terras de São Gonçalo que se fizeram representar na Câmara de Niterói, por vezes, alcançando até mesmo a presidência da casa.

Com o início da República, ocorreu a emancipação de alguns distritos e a freguesia de São Gonçalo assumiu o seu protagonismo em relação às antigas freguesias de Niterói. “Em 22 de setembro de 1890, o presidente do Estado, Francisco Portela, desmembrou as três freguesias rurais de Niterói – São Gonçalo, Cordeiros e Itaipu – e criou o município de São Gonçalo” (REZNIK *et alii*, 2006, p.64).

São Gonçalo: Divisão administrativa

1579	6 de abril	Sesmaria
1644	26 de outubro	Criação da Freguesia
1645	22 de janeiro	Freguesia (pedido de jurisdição)
1647	10 de janeiro	Freguesia (confirmação)
1819	10 de maio	Suspensão da condição de Freguesia; passa a distrito de Niterói
1890	22 de setembro	Elevação à Vila e Município
1890	12 de outubro	Instalação do Município

Fonte: IBGE/Cidades (adaptada).

Muitas foram as disputas em relação à área de abrangência do município durante a primeira metade do século XX. Em 1911, o município era composto por três distritos: São Gonçalo, Cordeiros e São Sebastião de Itaipu, mas essa configuração foi se modificando e foram sendo incluídos outros, como o de Neves, em 1933 e os de Monjolos e Sete Pontes em 1938. Portanto, ao final da década de 1930 o município era composto por seis distritos: São Gonçalo (sede), Itaipu, José Mariano (ex-Cordeiros), Monjolo, Neves e Sete Pontes. Essa nova divisão diminuía o distrito sede em favor dos distritos de Monjolos e Sete Pontes. No ano de 1943, a partir do decreto de lei nº 1055, o distrito de Itaipu foi transferido para Niterói

² Citação retirada de material didático voltado para o ensino da história de São Gonçalo para alunos do ensino fundamental. O trabalho denominado Caixa da História – São Gonçalo foi elaborado pelo grupo de pesquisa. História de São Gonçalo: Memória e identidade da UERJ/FFP. (REZNIK, *et alii*, 2006)

e São Gonçalo passou a ser composto por cinco distritos: São Gonçalo, Ipiiba (ex-José Maraiano), Monjolo, Neves e Sete Pontes, permanecendo até os dias atuais com a mesma divisão territorial administrativa³. A divisão do território em cinco distritos apontava para as potencialidades de crescimento populacional, assim como, da diversificação econômica e da urbanização, que poderiam levar a cidade a se tornar uma das grandes referências da região. No entanto, o que ocorreu foi um grande descaso com os distritos mais distantes da região central e com o passar do tempo foi sendo evidenciada uma série de mazelas que confirmam o processo de hierarquização dos espaços geográficos nas grandes cidades.

Com a municipalização, São Gonçalo passou a ocupar um importante papel em relação à região metropolitana do Rio de Janeiro. No início do século XX, a proximidade com a capital federal e os efeitos do processo de urbanização favoreciam o crescimento demográfico das cidades vizinhas. Foi entre as décadas de 1920 e 1940 que São Gonçalo consolidou o seu parque industrial e passou a ser conhecida como a “Manchester Fluminense”. Nesse cenário, Neves foi o distrito de maior concentração dessas indústrias, abrigando, por exemplo, a Fundação Hime, a Companhia Brasileira e Usinas Metalúrgicas, a Vidreira e a Companhia Brasileira de Fósforos. A concentração industrial nessa área da cidade ocorreu por vários motivos: entre eles, estava o fato de Neves ser o distrito com a maior concentração populacional, o que estimulou as autoridades a iniciarem uma série de intervenções urbanísticas como pavimentação de ruas e uma rede de serviços públicos com rede elétrica, abastecimento de água, desenvolvimento dos transportes públicos e outros, que por vezes eram implementados antes mesmo de serem no distrito-sede.

Concomitante ao desenvolvimento industrial, nas décadas de 1930 e 1940, foram criados importantes equipamentos públicos que fizeram e continuam fazendo parte da história da São Gonçalo. Em 1934, foi inaugurado o hospital da cidade, fruto de um movimento iniciado em 1920 por Luiz Palmier que, apoiado por populares e com recursos municipais e estaduais, conseguiu sair do papel. Outro marco importante para a cidade foi a criação da primeira escola secundária do município, em 1940, o Colégio São Gonçalo. O colégio foi criado a partir de uma iniciativa mista, na qual o poder público cedeu o prédio à exploração dos serviços pela Sr.^a Professora Maria Estephania de Carvalho em troca de bolsas de estudos que deveriam ser distribuídas entre a população. Apesar do processo de desenvolvimento industrial e urbano e do grande crescimento populacional, que segundo o IBGE, aumentou em 37.748 pessoas na década de 1940, a cidade continuava com uma paisagem

³ IBGE/cidades; PMSG.

predominantemente rural e teve, na década de 1950, o referencial para a mudança desse quadro.

1.2 As disputas políticas na década de 1950

As primeiras décadas da República no Brasil evidenciaram um sistema político com total proeminência das oligarquias cafeeiras na quais o coronelismo se materializava no principal mecanismo de dominação do eleitorado, que em sua maioria, ainda residia no meio rural. Os anos que antecederam o início da década de 1950 já apontavam para uma nova configuração política voltada para a classe dos trabalhadores urbanos.

No cenário nacional, o fim do Estado Novo, ainda que com algumas limitações, significou a volta de uma democracia pluripartidária com destaque para três importantes partidos: PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PSD (Partido Social Democrático) e UDN (União Democrática Nacional). O PTB é um partido criado quase ao mesmo tempo em que o PSD surge com uma proposta de aproximação das massas. Ancorado na imagem de Getúlio Vargas e no ideário do trabalhismo, o partido nasce com grandes articulações governamentais. Segundo Ângela de Castro Gomes, o vínculo do PTB com o governo se dava através de suas articulações com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e sua afirmação no cenário nacional teve como principal base de apoio o sindicalismo montado e organizado por Vargas durante o Estado Novo.

O partido era claramente a coroação de um longo e cuidadoso esforço de construção de uma ideologia trabalhista no Brasil, que mobilizara muitos recursos humanos, técnicos e financeiros, particularmente no Ministério do Trabalho, desde o ano de 1942, quando Alexandre Marcondes Filho ocupa aquela pasta. O PTB é criado para se constituir em mais um ponto de apoio para o candidato oficial do regime estadonovista, o general Eurico Gaspar Dutra, cujo nome fora lançado para enfrentar o também militar Eduardo Gomes, candidato das oposições liberais à ditadura de Vargas. (GOMES, 2002)

As análises de Gomes nos permitem compreender que a força do PTB estava fundamentada no trabalhismo varguista como forma de sustentação desse novo partido. Para que o sucesso fosse alcançado, era necessário canalizar os esforços de Vargas em relação ao sindicalismo durante o Estado Novo e utilizá-lo como forma de garantir uma boa base de apoio. No contexto internacional do pós-guerra, ganhavam força os partidos liberais que se

contrapunham aos regimes totalitários e, no Brasil, a UDN se apresentava como principal força de oposição às heranças autoritárias. Nesse cenário, temendo uma divisão do eleitorado com PSD e o fortalecimento do candidato da UDN, o Brigadeiro Eduardo Gomes, o PTB resolve não lançar candidatura própria e apoiar o candidato do PSD, Eurico Gaspar Dutra. Com isso, o PTB se projetava para realizações futuras em que passaria a ocupar um lugar de destaque nas articulações políticas em nível regional, estadual e nacional. O apoio de Vargas foi decisivo para a vitória de Dutra e o resultado nas urnas não deixou dúvidas sobre a força política que ainda tinha sobre a população. Para o PTB, foram as eleições de 1945 e a descoberta do carisma de Vargas que levaram o partido à consagração e à ampliação dos horizontes para futuras vitórias.

Decerto que as mudanças políticas que aconteceram a partir de 1945 no Brasil, reverberavam também em âmbito municipal. No entanto, diferentemente do cenário nacional em que Vargas, um nome tradicional da política brasileira, se consolidava como ícone do nosso populismo, após conseguir com o seu apoio, eleger Dutra à presidência da república, São Gonçalo vivenciava uma ruptura com os políticos tradicionais dando vez a um personagem de origem e trajetória humilde. Em 1955, Joaquim Lavoura chegava à prefeitura de São Gonçalo, sendo atribuída a ele a imagem de um homem do povo. “Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 04 de abril de 1913, Lavoura chegou a São Gonçalo ainda criança e teve uma vida de muita dificuldade” (REZNIK *et alii*, 2013) sendo associados a ele, após a morte de seus pais, os ofícios de lenhador e de operário em uma fábrica de sardinhas no Gradim. Não obstante à falta de fontes que comprovem as suas ocupações, não se pode negar que o povo gonçalense passou a ver Joaquim Lavoura como uma representação das classes populares, proporcionando a ele e à própria cidade experimentarem uma ruptura com as elites tradicionais que até a década de 1950 dominavam a política municipal.

A trajetória política de Lavoura começa em 1947 ao ser eleito para vereador da cidade pelo partido PSD. Longe de ser um político fiel às ideologias partidárias, Lavoura teve passagem por diversos partidos. Há relatos que chegam a mencionar uma suposta relação com o PDC durante a vida operária e até mesmo como militante do Partido Progressista. No entanto, foi no PSD, em meio ao domínio político dos grupos tradicionais e da ascensão do trabalhismo do PTB que Lavoura deu início à quebra desse paradigma de dominação política na cidade.

Tabela 1 - Composição da câmara municipal de São Gonçalo - 1947

Composição da Câmara Municipal de São Gonçalo - 1947	
Partidos	Nº de vereadores
UDN	8
PTB	3
PSB	3
PST	3
PSD	2

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos da obra *Joaquim Lavoura e o Lavourismo*.

O resultado final da eleição municipal de 1947 confirma a hegemonia dos partidos conservadores na Câmara Municipal. Para o cargo de Prefeito, venceu o candidato da coligação (PSD - UDN – PRP) Egylio Justi, deixando em segundo lugar o candidato Gilberto Afonso Pires (PTB).

A década de 1950 marcou o aumento dos eleitores nos centros urbanos. O avanço da industrialização no país fazia crescer a concentração de trabalhadores nos grandes centros e, consequentemente, os partidos se voltavam para as novas demandas apresentadas pela massa de trabalhadores. Dessa forma, ocorre uma onda de crescimento dos partidos progressistas que buscavam adicionar as novas demandas às suas pautas políticas.

No entanto, as novas configurações políticas em São Gonçalo, apresentavam um panorama muito peculiar, de negação às estruturas tradicionais, mas de pouca aproximação com os partidos reformistas. O início da década de 1950 na cidade de São Gonçalo apontava uma queda na força da UDN e do PSD e assim como no cenário nacional à ascensão do PTB que na eleição de 1950 elegeu o prefeito Gilberto Pires e maioria dos vereadores da câmara. Todavia, foi a partir da vitória de Joaquim Lavoura pelo PTN, na eleição de 1954, que se evidencia a perda de forças dos partidos até então hegemônicos - PSD, UDN e PTB, conforme podemos observar no quadro abaixo.

Tabela 2 - Composição da câmara municipal de São Gonçalo - 1959

Composição da Câmara Municipal de São Gonçalo - 1959	
Partidos	Nº de vereadores
PDC	7
PSP	4
PSD	3
PTB	2
PSB	1
UDN	1
PR	1

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos da obra *Joaquim Lavoura e o Lavourismo*.

Ao analisarmos os dados acima, é possível perceber que, após o primeiro mandato de Joaquim Lavoura como prefeito, há uma mudança significativa nos rumos da política gonçalense, que naquele momento, demonstrava estar muito mais ligada à figura de Lavoura do que às ideologias partidárias dos antigos grupos hegemônicos. A eleição de 1958, quando Lavoura já fazia parte do PDC, consolidou a influência do lavourismo na cidade, elegendo-o como um dos sete vereadores da legenda com maior número de representantes na câmara, além de Geremias de Mattos Fontes, do mesmo partido, como prefeito da cidade.

Comparando a composição da câmara de 1959 (tabela acima) com os dados da tabela anterior, referentes ao ano 1947, pode-se constatar que a década de 1950 foi muito significativa nas mudanças em relação à força dos partidos e à composição dos representantes do povo no poder legislativo. Foi a partir do primeiro mandato de prefeito de Joaquim Lavoura 1955-1958 que o lavourismo começou a ganhar força.

A eleição de 1954 apresentava-se de forma bastante adversa para as pretensões de Lavoura. Após o término de seu primeiro mandato como vereador, no qual havia atuado de maneira bastante ativa em favor de uma política de austeridade financeira, ele passou a colecionar alguns inimigos políticos, ficando por quatro anos sem nenhum envolvimento direto na política gonçalense. O quadro da disputa eleitoral para prefeito apresentava como seus principais rivais o candidato da situação Flavio Monteiro de Barros pelo PTB e Walter Orlandine pela UDN. Lavoura, que no primeiro momento havia sido escolhido pelo PSD para disputar a prefeitura, viu o diretório se dividir entre a sua candidatura e a do antigo prefeito Egylio Justi. Com isso, Lavoura e outros dissidentes resolveram deixar o partido e lançaram

as suas candidaturas pelo PTN com slogans que destacavam dois princípios básicos do que pretendiam ser a sua administração: honestidade e trabalho. Entre alguns desses slogans estavam “com honestidade há progresso” e “honestidade e trabalho”.

A improvável vitória de Lavoura se dava, entre outros, por dois fatores importantíssimos para a disputa daquele ano. O primeiro fator encontra-se na herança varguista e a apropriação do PTB da imagem de Vargas e da ideologia do trabalhismo. A morte de Getúlio causara um grande alvoroço social com impactos positivos, pois, passou a simbolizar a luta da classe trabalhadora urbana no Brasil. Sendo assim, o candidato da situação e do PTB, Flavio Monteiro de Barros despontava como grande favorito. Um segundo fator e não menos importante que o primeiro, era o papel exercido pelo principal jornal da cidade: *O São Gonçalo*. O referido jornal destacava-se pelo seu conservadorismo e apoio implícito aos candidatos da situação. Em suas publicações, buscava sempre relacionar a morte de Vargas com a continuidade do trabalhismo do PTB na cidade. A falta de espaço para a candidatura de Lavoura nas páginas do jornal demonstrava que o mesmo subestimava completamente a sua possibilidade de vitória. Ao contrário do jornal *O São Gonçalo*, o *Correio Gonçalense*, outro jornal da cidade, já demonstrava, através de suas pesquisas, o crescimento do candidato ignorado pelo seu concorrente. "Nele, o nome de Lavoura despontava como favorito desde o mês de agosto de 1954" (REZNIK *et alii*, 2013).

A divulgação parcial da contagem dos votos do 1º Distrito (região central) já apontava Joaquim Lavoura colado em Flavio Monteiro de Barros, mas a região do 4º distrito, onde se concentrava a base eleitoral de Lavoura foi fundamental para a vitória do candidato do PTN.

O resultado das eleições foi conhecido nas últimas semanas de outubro: Lavoura elegeu-se prefeito com o somatório de 13.575 votos, seguido de longe pelo udenista Walter Orlandini que angariou 7.248 votos. O candidato da situação, Flávio Monteiro de Barros, preferido no 1º distrito (...) amargou um modesto terceiro lugar. Foi eleito para o cargo de vice-prefeito Clemente de Souza e Silva. (REZNIK *et alii*, 2013, p.38)

A análise do resultado final da eleição de 1954 nos permite compreender que houve uma transferência de votos da classe operária, supostamente ligada ao PTB e ao trabalhismo varguista, para Joaquim Lavoura. A força do lavourismo advinda do 4º distrito (Neves), região onde se concentrava o maior número de indústrias na cidade, demonstra essa forte aproximação entre Lavoura, trabalhadores e meio urbano.

Curiosamente, o apoio dos trabalhadores à construção do “mito” Lavoura não se refletiu em políticas diretas voltadas para facilitar a vida dos mais pobres, como veremos um

pouco mais adiante ao tratarmos do processo de loteamento da cidade. Outro aspecto importante para o crescimento do lavourismo foi a mudança de posicionamento do jornal *O São Gonçalo*, que, após a vitória de Lavoura, passou a publicar uma série de artigos e reportagens favoráveis à sua imagem, buscando até mesmo estabelecer uma relação de sua atuação como vereador com a vitória para prefeito. Apesar da tentativa do jornal de criar um elo entre a vereança e a conquista da prefeitura, essa suposta relação não havia sido mencionada nem mesmo pelo próprio Lavoura durante sua campanha, mas sem dúvida, contribuiu bastante para a sua consolidação como referência política na cidade.

Em relação à governabilidade, Lavoura não encontrou muitas dificuldades, talvez o seu jeito singular e a imagem de trabalhador braçal, juntamente com o aparente desapego às ideologias partidárias e o apoio do jornal *O São Gonçalo*, fizeram com que a câmara de vereadores não se indispusesse com o prefeito, nem com opinião pública. Outro fato importante acerca de seu primeiro mandato foi a composição fragmentada da câmara de vereadores, pois, na eleição de 1954, nenhum partido havia conseguido despontar com um grande número de candidatos eleitos. Sendo assim, ainda que com todas as variáveis políticas que um mandato pode proporcionar, Lavoura conseguiu avançar com os seus principais projetos sem que houvesse grandes obstruções por parte dos vereadores.

Tabela 3 - Composição da câmara municipal de São Gonçalo – 1955

Composição da Câmara Municipal de São Gonçalo - 1955		
Partido	Quantidade	Vereadores
PTB	3	Lauro Soares, Arthur Santos e Oliveira Filho
PSD	3	Duque Estrada, Lourival Martins e Hilton da Silveira Couto
PTN	3	Nezelino Batista da Costa, Barbosa Filho e Altamiro Rangel
UDN	3	Adão Saraiva, Pereira Junior e Geraldo Ornelas
PSP	3	Pereira Gomes, Epaminondas de Sousa e Jardim da Mota
PDC	2	Ciro Bittencourt Machado e Porfírio Corrêa
PL	1	Armando Leão
PSB	1	Oscar Martins Silveira

Fonte: Elaborado pelo autor. Dados extraídos da obra Joaquim Lavoura e o Lavourismo

A tabela sobre a câmara de vereadores no período do primeiro mandato de Lavoura como prefeito mostra um grande equilíbrio de forças entre os partidos. Apesar da

fragmentação partidária da câmara, percebe-se ainda que os partidos mais tradicionais e com maior destaque no cenário nacional continuavam com boa parte das cadeiras. Enquanto a maioria dos vereadores votava de acordo com Lavoura, outros formavam a base da oposição sistemática comandada pelo PTB e que ainda tinha o PL e o PSB. Dessa forma, é preciso destacar que a formação da maioria na câmara dos vereadores não se dava somente por questões partidárias, mas por interesses individuais que atendessem as bases eleitorais e, tendo em vista a popularidade de Lavoura, não deixassem uma impressão ruim perante o grande número de eleitores que o apoiavam.

Não obstante à sua popularidade, algumas medidas de Lavoura foram de encontro aos interesses do povo. Nesse sentido, o jornal *O São Gonçalo* passou a ter um papel fundamental na defesa e justificativa das ações impopulares do prefeito. No que concerne à questão econômica, assim como já havia sido pautado o seu mandato de vereador, Lavoura seguiu com medidas de austeridade, para segundo ele, equilibrar as contas e sanear as finanças do município. Uma das decisões mais delicadas nesse sentido foi a diminuição da folha municipal através da exoneração de alguns servidores, extinção de alguns cargos e o consequente desemprego para dezenas de pessoas. Contudo, a habilidade de Lavoura para realizar ações aparentemente negativas, sem nenhum constrangimento, convertendo-as em seu favor, era grande. Sendo assim, as mensagens direcionadas à câmara e à população, com o apoio do *O São Gonçalo* possuíam sempre uma retórica de necessidade. Aos poucos, suas mensagens ganhavam a população que passara a enxergar em Lavoura o único capaz de fazer São Gonçalo progredir.

A compressão de despesas, o clima de confiança possibilitou [sic] o saneamento das finanças municipais, proporcionando ao município o ensejo de constatar que o imposto pago pelo povo já está se revertendo à lúdima finalidade social. (Câmara Municipal Apud REZNIK *et alii*, 2013, p.42)

A mensagem acima demonstra o quanto os seus discursos e projetos apresentados na Câmara utilizavam como justificativa a necessidade de investimentos no social. A maioria dessas mensagens chegava ao povo através dos jornais. Dessa forma, o jornal *O São Gonçalo*, tradicionalmente ligado à situação pode ser considerado um dos principais instrumentos na consolidação de Lavoura como um grande nome da política gonçalense.

O desejo do equilíbrio do erário municipal para o aumento dos investimentos na cidade materializava-se não somente nos cortes dos gastos públicos, mas também, com o aumento da arrecadação. Uma das primeiras medidas implementadas por Lavoura foi a

isenção de multas para os contribuintes que pagassem seus impostos atrasados. Medidas como taxa de calçamento e tributação de impostos para imóveis ainda em fase de legalização também foram sendo colocadas em prática. Com isso, ocorre uma aceleração do desenvolvimento urbano na cidade devido principalmente ao aumento das indústrias e do número de operários, assim como da necessidade do aumento da arrecadação para a viabilização dos projetos de Lavoura.

Não obstante às ações de austeridade de seu governo, Lavoura conseguiu ganhar o apoio da população através dos discursos de preocupação com os cofres públicos. Dessa forma, é possível destacar como uma das principais características de sua administração, a fiscalização das obras e do patrimônio público, assim como, as cobranças e ameaças em relação aos tributos devidos à prefeitura.

Era comum encontrar no jornal *O São Gonçalo* notas sobre a fiscalização realizada por Lavoura, principalmente relatando a instalação de inquéritos administrativos na prefeitura, a punição de estabelecimentos comerciais que sonegassem impostos, e a cobrança de multas que vendessem produtos não declarados. Era comum também que Lavoura anulasse a realização de concorrências públicas quando acreditava ter encontrado negócio que julgasse mais benéfico para a prefeitura. (REZNIK *et alii*, 2013, p.46)

Se no começo de seu mandato, as medidas de austeridade ainda eram ponderadas por Lavoura, no período final de sua gestão, após já ter alcançado índices de aprovação popular que o firmavam como um político respeitado na cidade, Lavoura aumentava ainda mais o rigor de sua política. Foram as ações de cobranças dos tributos, criações de novos impostos e do maior controle dos gastos com pessoal, juntamente com as negociações com o governo estadual, que possibilitaram Lavoura a movimentar as obras de infraestrutura urbana que transformavam a paisagem da cidade.

As duas maiores obras que marcaram o primeiro mandato de Lavoura foram as pavimentações das vias Porto Velho e Alcântara. Ambas foram de fundamental relevância para a melhora da mobilidade urbana e das relações comerciais que foram facilitadas com a melhor comunicação entre os principais polos industriais da cidade. Tratadas pelo jornal *O São Gonçalo* como promessa de campanha, a primeira pavimentação foi a da via Porto Velho que ligava Neves (4º distrito) à região central da cidade (1º distrito). Ao término da obra, Lavoura fez questão de destacar que a construção da via Porto Velho só pode ser realizada devido à sua boa administração que unia as economias do erário municipal com uma parceria com o governo estadual, que, além dos repasses de algumas quotas, também auxiliou com máquinas e veículos pertencentes ao DER (Departamento de Estradas e Rodagens).

Diferentemente da construção da via Porto Velho, a via Alcântara teve o seu processo de construção um pouco mais tumultuado. Pelo fato de ser uma das obras mais aguardadas pela população gonçalense, ela foi responsável por uma série de disputas que iam desde os interesses políticos pela “paternidade” da obra até os conflitos gerados com os trabalhadores dos bondes e os representantes do sindicato dos trabalhadores de empresas de carris urbano. A principal questão em relação a esses trabalhadores girava em torno da possível retirada dos trilhos, inviabilizando o funcionamento dos bondes que circulavam na região. Para os trabalhadores, essa retirada causaria desemprego além da dificuldade de locomoção das pessoas pela cidade. No entanto, Lavoura passou a argumentar que a população não seria prejudicada, pois os bondes seriam substituídos pelos ônibus. O sindicato da categoria atingida com essa mudança temia que outras cidades pudessem seguir o mesmo caminho desativando os trilhos e causando grande número de desempregados. No campo político, a questão agitava os bastidores da câmara e até mesmo o cenário para as próximas eleições municipais. O PTB, principal opositor do governo Lavoura, acusava-o de querer patentear uma obra que, segundo eles, já estava prevista em convênio firmado entre a prefeitura e o governo do estado ainda na gestão de Afonso Pires, prefeito que antecedeu Lavoura no cargo.

Em meio a trocas de farpas em que a oposição buscava associar a imagem de Joaquim Lavoura com a de um político que não se preocupava com os trabalhadores, o prefeito utilizava o discurso da sabotagem, tentando convencer a população de que o posicionamento contrário à retirada dos trilhos poderia impedir o progresso da cidade, e que esta só ocorria por conta de disputas políticas daqueles que tiveram a oportunidade e não fizeram a obra. Mais uma vez, *O São Gonçalo* aparece como um importante aliado governista na missão de propagar um suposto apoio da população para a retirada dos trilhos, abafar o barulho oposicionista e continuar a missão de consolidar o paradigma lavourista de governar como uma nova era da política gonçalense.

Até poucos anos atrás, São Gonçalo vivia marasmado, entregue ao seu labor cotidiano... E tudo se transformou, como por encanto, graças à grandiosa administração de um homem do povo – Joaquim de Almeida Lavoura. [...] Todo esse rosário de melhoramentos e de realidades que fez o burgo marasmático doutrora esse escrínio fulgurante do presente. (*O São Gonçalo*. Apud REZNIK *et alii*, 2013)

Decerto que as notas do *O São Gonçalo* tinham como característica o apoio aos grupos governistas, mas no caso de Lavoura, era nítida uma personificação do político, colocando-o como uma figura apartidária que surge para superar as amarras tradicionais da política brasileira, rompendo, assim, com os antigos grupos que dominavam a cidade. Toda essa

conjuntura política e social vivenciadas em São Gonçalo a partir de seu primeiro mandato favorecia a construção do “mito Joaquim Lavoura”. Dessa forma, criou-se uma grande expectativa na cidade em torno de qual seria a indicação do prefeito para o pleito de 1958.

O reconhecimento popular pela administração que transformara a cidade de São Gonçalo, com destaque para as obras das vias Porto Velho e Alcântara, levou o grupo lavourista a apostar na força de sua imagem para a indicação de um candidato que pudesse dar continuidade ao que Lavoura havia começado. O partido escolhido pelo grupo lavourista foi o PDC e, o candidato, Geremias de Mattos Fontes. Com o slogan “*Geremias na caneta, Lavoura na picareta*” ele se apresentava como o candidato da continuidade do governo de Lavoura e prometia a construção da via Sete Pontes e de outras grandes obras que pudessem fazer a cidade caminhar rumo ao “progresso”.

Apesar da disputa oficial pela prefeitura de São Gonçalo no ano 1958 ter sido travada entre Geremias Mattos Fontes (PDC) e Flavio Monteiro de Barros (PTB), na prática, o que se observava era uma disputa entre Lavoura e seu principal opositor, Flavio Monteiro de Barros. Tendo em vista a aprovação popular massiva em algumas áreas da gestão de Lavoura, a oposição tratou de bater em outras, como a do funcionalismo, da educação e da saúde. O PTB tentava alavancar a campanha de Flavio com a imagem de um partido que lutava pela causa trabalhista, diferentemente do governo vigente. No entanto, sempre com o importante apoio do *O São Gonçalo*, Lavoura procurava se defender das críticas acusando as chamadas “elites”, representadas, segundo ele, pelos partidos que prevaleciam antes de sua chegada à prefeitura (PTB-PSD-UDN), de estarem buscando meios de voltar ao poder. Em relação ao funcionalismo, no primeiro semestre do ano eleitoral, Lavoura concedera um aumento de 25% desmontando a estratégia da oposição que mirava muito essa área.

A vitória esmagadora de Geremias e a predominância de vereadores do partido PDC na composição da câmara, inclusive Lavoura, conforme apresentado em tabela anterior, demonstra a força que Joaquim Lavoura adquiria na cidade após o seu primeiro mandato como prefeito. Sendo assim, o fim da década de 1950 em São Gonçalo apresentava-se como o início de um longo período de dominação do lavourismo na cidade.

Como se pôde observar, o sucesso da administração Lavoura e a construção desse mito político perante os gonçalenses foram consolidados a partir de um discurso que propunha uma ruptura com o paradigma político tradicional que predominava na cidade. A administração eficiente, juntamente com o apoio de um dos principais meios de comunicação local, o jornal *O São Gonçalo*, facilitou a popularidade de Lavoura, que teve uma gestão referendada, principalmente, pela transformação urbanística que havia iniciado na cidade.

Não obstante às obras de infraestrutura como as pavimentações das vias Porto Velho e Alcântara, assim como outras obras de dimensões menores, é importante destacar que naquele momento, não só São Gonçalo, mas outras grandes cidades do Brasil, também passavam por transformações urbanas devido ao desenvolvimento industrial e o consequente crescimento populacional dos grandes centros. Contudo, apesar das transformações realizadas por Lavoura e da construção da imagem do mito associada às classes operárias, não havia uma política pública voltada para atender as necessidades da população mais pobre da cidade.

Importa realçar que, para a administração Lavoura, a questão da urbanização e modernização da cidade relacionava-se, exclusivamente, à realização de obras públicas e à ‘higienização’ da cidade. Neste particular, a atuação do governo municipal pode ser notada em questões como o afastamento dos ambulantes das ruas próximas aos centros comerciais, a proibição da venda do pescado nas ruas do município [...] A interdição da fábrica de adubos SIFOL, devido ao mau cheiro reclamado pela população de Alcântara e o fechamento das barracas da COAP [...]. (REZNIK *et al*, p. 60)

Portanto, o fato é que, mesmo tendo sido um político de forte ligação com a classe operária, suas principais ações urbanísticas estiveram voltadas para atender às demandas das áreas de maior importância industrial e comercial, que foram Neves (4º distrito) e Alcântara (2º distrito) respectivamente. Sendo assim, percebe-se que, durante o primeiro mandato de Joaquim Lavoura, sua imagem esteve muito mais alinhada com a construção do espaço urbano gonçalense do que com as próprias classes populares.

1.3 Indústria e urbanização: As novas configurações geográficas

A história do desenvolvimento industrial de São Gonçalo nos remete ao contexto vivenciado pelo Brasil após o fim da chamada Primeira República. Concomitante ao crescente aparecimento das indústrias, também estava o desenvolvimento urbano nas cidades, que, ao concentrar as primeiras grandes indústrias nos espaços geográficos centrais, estimulava os deslocamentos populacionais para as regiões metropolitanas das principais cidades do país.

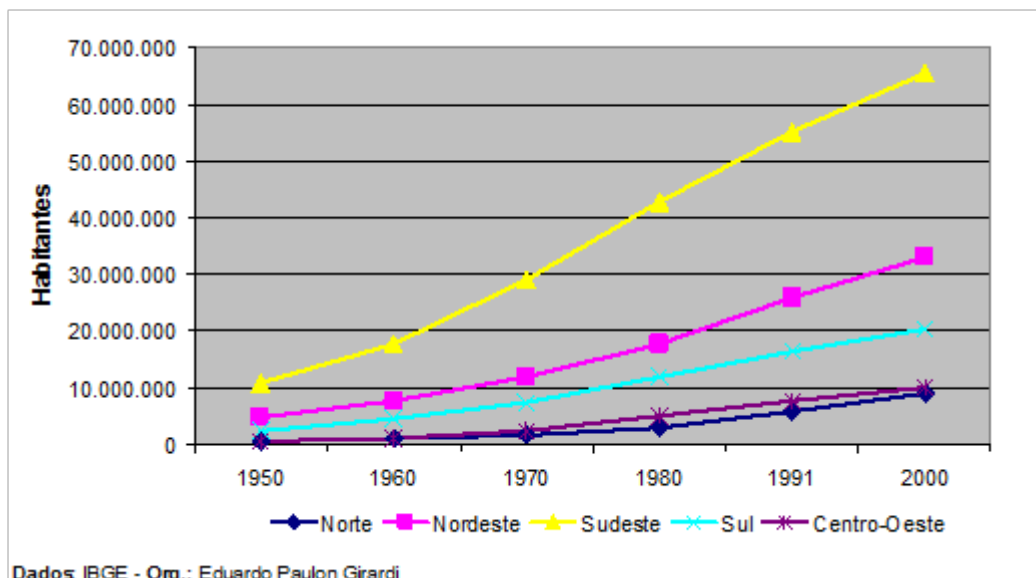
Se voltarmos brevemente nossos olhares para os modelos de cidade que temos atualmente no Brasil, veremos que, em sua grande maioria, não houve um planejamento adequado em relação ao espaço urbano, de maneira que pudesse acelerar o desenvolvimento sem gerar tanta segregação desse espaço geográfico urbanístico. Considerando que, segundo

Villaça, “urbanismo é a organização do Estado sobre a organização do espaço intraurbano” (VILLAÇA, 2004), e que as nossas cidades, em sua grande maioria, apresentam seus espaços urbanos totalmente disformes e hierarquizados, é possível afirmar que o planejamento do Estado brasileiro em meio às transformações que passamos durante o século XX foi, no mínimo, ineficiente.

Ainda segundo Villaça, a história da urbanização brasileira pode ser dividida em três grandes fases. À primeira ele se refere como período do embelezamento, no qual cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belém passaram a se inspirar nas grandes cidades europeias. A segunda fase à qual Villaça se refere corresponde ao período que vai da chegada de Vargas ao poder até a década de 1990. Nessa fase, podemos constatar como um de seus principais estímulos, as transformações industriais que vivenciávamos no Brasil a partir da política nacional desenvolvimentista, iniciada na década de 1950, e da intensificação do processo de migração do campo para a cidade. Já a terceira fase ocorre a partir da redemocratização e da Constituição de 1988, que, em tese, exige que o planejamento e as ações do Estado ocorram de maneira equitativa como forma de garantir que as intervenções urbanas sejam realizadas nos diferentes espaços da cidade.

Até a década de 1950, o Brasil concentrava a maior parte de sua população nas áreas rurais e, segundo o IBGE, estima-se que a população rural, até o início da década, era de 33.161,506, o que correspondia a 63,84% do total e a população urbana era de 18.782,891 – 36,16%. Se levarmos em consideração os cortes temporais utilizados para essa pesquisa (1950, 1970 e 2000), é possível perceber que houve um grande aumento da população urbana com o passar dos anos. Se na década de 1950, ela estava na casa dos 36,1%, em 1970 já era 55,9% e, no censo de 2000, chegou a 81,2%. O gráfico abaixo mostra a evolução da população urbana por regiões no Brasil.

Gráfico 1 - Evolução da população urbana por regiões no Brasil



Fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira⁴

Os dados do gráfico demonstram que o Sudeste foi a região onde houve o maior crescimento da população urbana a partir de 1950. De modo geral, foram fatores como a modernização do trabalho no campo e a intensificação da industrialização que possibilitaram o êxodo rural e o aumento no quantitativo de pessoas nas áreas urbanas. Na região sudeste, o fato da família real ter se instalado, ainda no início do século XIX, no Rio de Janeiro, fez a cidade passar por uma série de transformações e algumas malogradas tentativas de industrialização. Mas foi o capital acumulado pela produção cafeeira, juntamente com uma melhor infraestrutura e o fomento dos governantes, que fizeram com que a região se tornasse o grande centro industrial e populacional do país.

No que concerne à cidade de São Gonçalo – RJ, o município foi um dos grandes pioneiros da industrialização fluminense e passou por um momento de grande concentração industrial, fato que levou a cidade a ficar conhecida como a “Manchester Fluminense”, referência a uma importante cidade inglesa. O fenômeno do desenvolvimento industrial de São Gonçalo pode ser explicado por uma série de fatores, entre os quais, destacam-se a isenção de impostos concedidos pelas autoridades municipais no início do século XX como forma de demonstrar autonomia política de um município recém-emancipado da capital Niterói e da busca por encontrar um caminho para o progresso. Além disso, não podemos

⁴ O Atlas da Questão Agrária Brasileira faz parte dos estudos realizados pelo geógrafo e Prof. Dr. Eduardo Paulo Girardi que visa produzir e disponibilizar mapas e análises da questão agrária no Brasil. O material encontra-se disponível no site www.atlasbrasilagrario.com.br.

deixar de destacar a posição geográfica favorável e a ligação com Niterói e com a capital federal (Rio de Janeiro) por meio da ligação direta entre rios e portos. Nesse sentido, ganhava destaque como uma das principais regiões gonçalenses, o bairro de Neves, localizado no 4º distrito, vizinho de Niterói e com ligação portuária direta para o Porto do Rio de Janeiro. A cidade ainda se favorecia pela infraestrutura ferroviária através das estradas de ferro Maricá e da Niterói-Cantagalo que, ao se conectarem com a estação de Neves, colocavam São Gonçalo em um lugar de destaque, favorecendo sua rápida ligação com a capital federal e com o interior do estado.

Caracterizado no início do século XX como uma região de produção diversificada, São Gonçalo tinha na citricultura a grande força de sua produção agrícola. O cenário econômico do pós 1930 impactou bastante na produção gerando uma diminuição das exportações da laranja que, depois dos efeitos da grande depressão de 1929, também encontraram dificuldade no cenário da 2ª guerra mundial (1939-1945).

Diante disso, nota-se que, a partir da década de 1940, há uma diminuição considerável no número de trabalhadores rurais, assim como o consequente crescimento de trabalhadores urbanos e dos setores secundário e terciário na cidade. A crise do setor agrícola passou a direcionar o capital acumulado pelo setor para as indústrias, assim como também houve um aumento na procura por moradias em locais mais próximos ao centro, o que desencadeou o início do processo de loteamento na cidade. A proximidade com as cidades de Niterói e da capital federal Rio de Janeiro, fazia com que muitos trabalhadores que passavam pelo processo do êxodo rural se fixassem na cidade em busca de moradias com melhores preços em relação à capital e que os mantivessem próximos aos grandes polos industriais. Sendo assim, São Gonçalo largou na frente em relação ao restante do país no que diz respeito às mudanças no quantitativo populacional da área rural para a urbana.

Em 1950, o quantitativo da população urbana supera a população rural, conclui-se que: com quase 80% da população gonçalense fora do quadro rural, o município concentrava expressivamente sua população na área urbana (IBGE, 1950, p.84). Esta alta demográfica é também consequência do declínio da própria agricultura fluminense que inexoravelmente demarcou para a chamada Região Metropolitana vertiginoso crescimento populacional. (LESSA, 2018)

Em relação aos impactos populacionais, estudos apontam que a maior concentração populacional ocorria nos distritos do Centro (1º distrito), de Neves (4º distrito) e de Sete Pontes (5º distrito). Com “destaque para o distrito de Neves que entre 1940 e 1950 saltou de

34.181 habitantes para 52.000, um crescimento de 53% durante o período” (LESSA, 2018)⁵. Todo esse crescimento populacional estava atrelado à quantidade de indústrias e ao protagonismo econômico de São Gonçalo no estado do Rio de Janeiro.

“Conforme os dados dos recenseamentos do IBGE, a cidade possuía 83 indústrias em 1940, 177 em 1950, 252 em 1960 e 424 em 1970”. (IBGE *apud*. LESSA, 2018). A produção industrial na cidade apresentava-se de maneira bem diversificada contemplando desde os setores de base, como as indústrias do aço, metalurgia e cimento como também as indústrias químicas, do pescado, vidro, fósforo, têxtil e outras. Entre as principais indústrias com impacto direto na arrecadação municipal até a década de 1980, destacavam-se: a Siderúrgica Hime S/A que, situada no distrito de Neves, atuava de maneira parecida com os modelos produtivos de Manchester, com criação de vilas operárias e escola primária de corte e costura. Na década de 1980, a Hime foi incorporada pelo grupo Gerdau. Outras importantes indústrias a se destacar foram a Conservas Coqueiro S/A; Companhia Nacional de Cimento Portland; Fiat Lux S/A; Laboratório B. Braun S/A; Indústria de Conservas Rubi S/A; Refrigerantes Niterói S/A (fabricante do refrigerante Mineirinho); Indústria de Tintas Internacional S/A; Guanabara Química Industrial – Getec S/A; Amplastic S/A e Eletro Vidro S/A. Algumas dessas indústrias, como a fábrica Coqueiro, a fábrica de refrigerantes e o laboratório B. Braun continuam funcionando em São Gonçalo até os dias atuais.

Como podemos perceber, o grande *boom* da indústria gonçalense impulsionava as transformações urbanas e demandava políticas públicas para o desenvolvimento de infraestrutura e planejamento urbano. Como já mencionado nesse capítulo, a década de 1950 apresentou uma ruptura política significativa em São Gonçalo. Se por um lado, o lavourismo, com a sua política econômica de austeridade, conseguiu avançar em algumas questões estruturais direcionadas ao centro e às áreas industriais e comerciais da cidade, por outro, a prefeitura não conseguia assumir o papel da gestão pública no que se refere à organização, controle e urbanização dos novos loteamentos que surgiam na cidade.

Ainda na década de 1950, o município passava pela transição do rural para o urbano e enfrentava uma grande crise no setor agrícola, que ainda sofria com as consequências do pós 1929 e da 2ª guerra mundial. Isso fez com que os antigos fazendeiros comessem a olhar a possibilidade de fragmentação de suas terras, através dos loteamentos, como uma boa oportunidade de maiores lucros em detrimento da decadente produção agrícola na região. É importante destacar que, naquele momento, o cenário mostrava-se totalmente favorável. O

⁵ José Luiz Honorato Lessa é historiador da cidade de São Gonçalo e tem dedicado os esforços de suas pesquisas para a compreensão da evolução urbana e industrial da cidade.

boom industrial de São Gonçalo e a proximidade com Niterói e a capital federal (Rio de Janeiro) constituíam-se como grandes atrativos para a vinda dos migrantes que queriam morar nas regiões mais industrializadas, ou seja, concomitante ao processo do desenvolvimento industrial, estava a necessidade de novas moradias e das intervenções urbanas que começaram a se intensificar a partir dos loteamentos.

No entanto, assim como a industrialização gonçalense, a urbanização também ocorrera por iniciativa de particulares. A fragmentação das fazendas atendia aos interesses dos proprietários, da população e do próprio poder público. Para os proprietários, o retalhamento das fazendas, mesmo com preços baixos para que pudesse atender às necessidades da classe operária, ainda era mais vantajoso do que o trabalho de cultivá-las. Para a população, que em grande parte era de migrantes que buscavam residir em território metropolitano, os novos loteamentos surgiam como uma grande oportunidade de conseguirem sair do aluguel. Já o poder público, principalmente nos governos de Egylio Justi - PSD (1947-1950) e Gilberto Afonso Pires – PTB (1951-1953), apesar de reconhecer a urgente necessidade de urbanização da cidade, argumentava não ter recursos suficientes para implementar um programa urbanístico tão grande como seria com os novos loteamentos.

Tabela 4 - Loteamentos em São Gonçalo - RJ

Loteamentos em São Gonçalo - RJ		
Década	Nº de loteamentos	Nº de lotes
1940 – 1949	130	38.617
1950 – 1959	295	82.614
1960 - 1969	82	19.510

Fonte: Elaborado pelo autor.⁶

A estratégia utilizada pelo poder público municipal consistia em permitir os loteamentos com a garantia de que os loteadores se responsabilizassem pelas obras de infraestrutura necessárias para o funcionamento dos novos bairros. Sendo assim, acreditavam estar direcionando a cidade rumo ao progresso sem que houvesse nenhum tipo de ônus aos cofres da prefeitura.

Analisando o número de loteamentos e a estratégia utilizada pela prefeitura, é possível percebermos o quanto os problemas de infraestrutura da cidade de São Gonçalo decorrem da

⁶ Dados extraídos a partir de recorte de tabela utilizada por Freire (2002, p. 16).

ausência de qualquer planejamento urbano para os novos loteamentos surgidos na década de 1950.

A falta de políticas públicas direcionadas pelo poder executivo de São Gonçalo, além de permitir a criação e o crescimento de áreas urbanas totalmente desordenadas, implicava ainda a intensificação das disputas de poder político e econômico que giravam em torno da fragmentação do solo gonçalense. Apesar de a legislação municipal determinar algumas regras em relação aos loteamentos que eram firmados no chamado termo de compromisso, assinado pelos loteadores, no qual eles se responsabilizavam por realizarem obras (terraplanagem, drenagem, abertura de ruas etc.). Para que os lotes pudessem ser legalizados pela prefeitura, eram comuns as pressões para que o executivo pudesse “flexibilizar” um pouco mais essas obrigações. Um dos principais argumentos utilizados pelos loteadores era que, com menos exigências, os lotes poderiam ser barateados favorecendo o “progresso” e a classe trabalhadora que procurava por moradias com valores acessíveis à sua realidade econômica.

Contudo, não obstante os discursos de alguns loteadores parecerem favoráveis e demonstrarem certa preocupação com os trabalhadores, o que eles pretendiam mesmo era se eximir de qualquer responsabilidade pela urbanização das novas áreas loteadas. Dessa forma, chegavam a propor, através de alguns vereadores, que a falta de infraestrutura fosse compensada pela facilidade na aquisição dos lotes. O cenário apresentado nos permite afirmar que a urbanização de São Gonçalo implementada a partir dos novos loteamentos ocorreu através de uma complexa relação de interesses que envolvia três agentes distintos: A prefeitura, os loteadores e o povo (loteados).

O fato da prefeitura “terceirizar” a ordenação urbana aos antigos proprietários de terras, contribuía mais uma vez para o entroncamento do poder econômico com o político. Assim, a ideia de progresso defendida pelos loteadores e pela própria prefeitura ganhava os jornais e colocava as figuras centrais dessa distribuição dos lotes com grande força política no âmbito municipal, levando alguns deles a enveredarem para a política e a comandar os novos currais eleitorais da cidade, pois a população das terras loteadas atribuíam a eles as melhorias e a esperança nas mudanças prometidas e ainda não concretizadas.

É importante destacar que muitas dessas áreas loteadas pertenciam a vereadores que insistiam em levar ao debate político a possibilidade de “afrouxamento” das exigências da prefeitura em nome do desenvolvimento e do progresso para a cidade. Sendo assim, a prefeitura passou a se responsabilizar por algumas providências essenciais como calçamento e extensão da rede elétrica, mas como não havia recursos suficientes foram feitas algumas

parcerias de investimentos para serem cumpridas com a criação de novos impostos, como as taxas de calçamento e de iluminação pública. Outro ponto a se considerar era que o não cumprimento das obrigações dos loteadores com a prefeitura deixava muitos imóveis em condições ilegais. Alguns vendiam os lotes antes mesmo da planta de ter sido aprovada, o que implicava diretamente o principal objetivo do poder executivo que era o aumento da arrecadação. Por conta disso e também pelo fato de estarem começando a surgir construções oriundas de invasões, o prefeito Gilberto Pires, com o intuito de aumentar a arrecadação municipal com os novos lotes, resolve encaminhar à câmara uma proposta de averbação para as construções já levantadas, mesmo que ainda houvesse pendências legais em relação ao loteamento. Mais uma vez, podemos perceber a total falta de ordenamento urbano do poder público que se mostrava muito mais preocupado com o aumento da arrecadação do que em planejar um projeto de cidade organizado e desenvolvido que pudesse acompanhar o crescimento industrial com bases sólidas para o futuro.

Um importante setor que deveria estar intrínseco ao desenvolvimento urbano é o setor de transporte. No entanto, o serviço de bondes era tido como insuficiente para atender à nova demanda imobiliária da cidade. Diante disso, os loteamentos mais atrativos eram aqueles que conseguiam se conectar de maneira mais rápida com os centros industriais da cidade e do Rio de Janeiro. Aos poucos, o poder executivo, como forma de dinamizar um pouco mais a cidade, facilitando a mobilidade urbana, implementava o sistema de ônibus, mas as condições de infraestrutura dificultavam bastante. Como já citamos anteriormente, foi somente na segunda metade da década de 1950, na gestão de Joaquim Lavoura que as principais vias de ligação da cidade foram pavimentadas e, ainda assim, não foram suficientes, tendo em vista que, com os novos loteamentos, havia a necessidade de ligar essas vias principais (via Porto Velho e via Alcântara) com os novos bairros que não paravam de surgir.

A necessidade dessa melhoria nos transportes fez com que o executivo realizasse isenções para as empresas que quisessem dar início às linhas municipais de ônibus e concessões que acabaram garantindo o monopólio de algumas dessas empresas. Essa situação desesperadora e mal planejada impactava diretamente a qualidade dos serviços prestados. Ainda no início da década de 1950, percebendo a necessidade da criação de uma rede de transportes públicos que pudessem acompanhar o crescimento populacional e urbano da cidade, alguns projetos e requerimentos foram apresentados pelos vereadores com o intuito de melhorar a questão da mobilidade urbana.

O projeto do vereador José Lourenço de Azevedo propondo construções de estações rodoviárias esbarrou em seu problema estrutural das vias, retratando o problema em que se encontrava o município. O projeto foi justificado pela grande densidade populacional, onde o número de empresas de ônibus era muito grande, com expansão rápida por todo o município e a população tinha preferência por este transporte. Assim, propôs a criação de estações rodoviárias em Neves, Covança, Paraíso, Rodo de São Gonçalo e Alcântara. (FREIRE, 2002, p.49)

O referido projeto acima não obteve sucesso, o mesmo recebeu um parecer contrário da comissão de obras da própria câmara, com o argumento que a falta de calçamento e infraestrutura das ruas inviabilizaria a circulação e o trânsito pela cidade. A análise do desenrolar dessa proposta nos permite constatar a falta de ambição e de projetos do poder público gonçalense que, ao invés de elaborar meios de ação para efetivar as propostas de vanguarda, optavam quase sempre por frear as ideias mais avançadas com a argumentação da falta de recurso e infraestrutura.

Havia ainda outras modalidades que, se fossem aprimoradas, poderiam ter fomentado o desenvolvimento urbano da cidade. Uma delas era o transporte marítimo que ligava as cidades de São Gonçalo a Niterói e ao Rio de Janeiro. Segundo Renato Freire, existiam barcas, ainda que não regulamentadas, que faziam o traslado de pessoas e produtos de São Gonçalo para os portos niteroienses e cariocas. No entanto, projetos como o do vereador José Lourenço de Azevedo sobre a criação de um serviço de travessia marítima que ligasse São Gonçalo diretamente ao Rio de Janeiro, ainda que tenham sido aprovados, permaneceram somente no papel e continuam sendo um grande sonho para a população gonçalense. Foi somente na década de 1970 que São Gonçalo conseguiu ganhar um fôlego em relação ao deslocamento de seus trabalhadores para o Rio de Janeiro. Naquele momento, a indústria municipal já começava a demonstrar sinais de esvaziamento e a inauguração da Ponte Rio-Niterói no ano de 1974, que foi fundamental para a travessia da Baía de Guanabara, não conseguiu atrair as indústrias, da outrora Manchester, para a permanência na cidade.

Outro transporte que foi de grande importância para o desenvolvimento urbano-industrial crescente nas décadas de 1950-1960 foram os trens suburbanos de pequena distância, que, na cidade, operavam em dois ramais: a Estrada de Ferro Central do Brasil, conhecida como antiga Estrada de Ferro de Maricá, percorria os bairros de Neves, Barro Vermelho, Santa Catarina, Rocha, Galo Branco e Santa Isabel e a Estação de Ferro Leopoldina que ligava as cidades de Niterói e São Gonçalo passando pelos bairros do Barreto, Porto da Madama, Centro (São Gonçalo) e Alcântara. O funcionamento dessas linhas favoreceu a valorização dos bairros citados, proporcionando o surgimento de novos loteamentos em seu entorno. Contudo, o aumento populacional nessas áreas demonstrava que

somente esses ramais não seriam suficientes para atender à grande demanda de deslocamentos.

Em relação à atuação do executivo municipal na década de 1950, encontramos semelhanças e diferenças nos discursos dos dois principais prefeitos desta década. Durante o governo de Gilberto Afonso Pires, predominou a ideia da necessidade do aumento da arrecadação municipal para o desenvolvimento da cidade. Dessa forma, os loteamentos eram tidos como a materialização do “progresso” e, na ausência de recursos e investimentos do poder público municipal, foi facultado aos antigos fazendeiros a possibilidade de iniciarem os loteamentos em nome desse suposto progresso e do aumento gradativo da arrecadação municipal e do número de eleitores na cidade.

Diferentemente do governo de Pires, ainda que com os mesmos objetivos de aumento na arrecadação, Joaquim Lavoura chegou ao poder defendendo uma maior organização no processo de urbanização da cidade. Sendo assim, utilizando-se da retórica da moralidade como base fundamental da sua administração, passou a questionar o Ato 35, criado no ano de 1938, que regulamentava a questão das construções proletárias e dos loteamentos em São Gonçalo. Renato Freire destaca a conjuntura histórica e de que maneira esse Ato não favorecia os interesses de Lavoura no que diz respeito a arrecadação:

Este Ato, implantado na interventoria de Eugênio Borges, datado de 18 de agosto de 1938, regulava as construções proletárias através da planta, facilitando a aquisição de moradia para os trabalhadores e dando isenções de impostos para famílias com mais de cinco filhos. O Ato é facilmente entendido dentro da conjuntura do Estado Novo, que via na assistência ao trabalhador (e à família) uma das formas de reprodução da força de trabalho, onde a habitação foi um ponto estratégico. (FREIRE, 2002, p.71)

Como vimos no início desse capítulo, Lavoura construiu a ideia de um mito que havia chegado para romper com a hegemonia dos políticos tradicionais em São Gonçalo. Logo, tratou de questionar as práticas políticas que ainda permaneciam e vislumbrou na crescente urbanização uma possibilidade de se diferenciar de seu antecessor. Assim, dois pontos foram muito combatidos por Lavoura em seus discursos. O primeiro, como consta na citação acima, estava na discordância das isenções para algumas classes e, o segundo, na defesa de um planejamento urbano que retirasse o poder de urbanização das mãos dos loteadores que agiam de acordo com os seus próprios interesses em prejuízo da municipalidade.

O fato é que a chegada de Lavoura à prefeitura estimulou o debate acerca da questão dos loteamentos. Mas, como os loteadores tinham significativa representação entre os vereadores, aos poucos, as mensagens contrárias a seus interesses eram arquivadas. Por fim,

ainda que a gestão de Lavoura tenha sido reconhecida pelo controle orçamentário e pelas transformações urbanas que marcaram a história da cidade, suas ações de urbanização se concentraram nas regiões centrais, deixando as áreas mais distantes negligenciadas e suscetíveis a todos os tipos de mazelas, inclusive, da tão indesejada violência urbana.

Não obstante os avanços que o lavourismo tinha realizado na cidade, São Gonçalo permaneceu crescendo com vários problemas que, aos poucos, juntamente com outros fatores externos, foram afastando as principais indústrias e fazendo com que a cidade, outrora conhecida como Manchester Fluminense, fosse se tornando apenas uma cidade dormitório e com aguras urbanas decorrentes da total falta de planejamento.

Ocorre que a industrialização gonçalense foi fruto dos esforços privados, tendo ocorrido de maneira espontânea e com pouca intervenção do poder público municipal. Os atrativos estruturais e condicionais como portos, incentivos fiscais, proximidade com outros polos industriais e oferta de mão de obra, que no início foram fundamentais para a instalação das indústrias, aos poucos foram se deteriorando e, sem receber nenhuma ação organizada do poder público, se tornaram barreiras para a sustentação do complexo, contribuindo de maneira negativa para o esvaziamento industrial da cidade.

Muitos foram os fatores para o declínio industrial em São Gonçalo. A cadeia industrial formada na cidade era pouco diversificada. Em 1950, mais da metade da ocupação dos trabalhadores concentrava-se nos setores de minerais não metálicos, metalurgia, alimentos e bebidas, indústria química, e produtos de borracha, fumo, couro e pele (ARAÚJO e MELO, 2014)⁷. Essa concentração de trabalhadores nas áreas citadas nos permite concluir que faltavam indústrias, tais como, dos setores de comunicação, têxtil, calçados, transporte e outras que pudessem se relacionar com a cadeia já existente, ampliando a dimensão do parque industrial na cidade.

Além dos fatores estruturais podemos destacar a falta de uma burguesia enraizada na cidade que pudesse fomentar outras áreas com o objetivo de consolidar e diversificar o parque industrial gonçalense, assim como, o grande desprestígio político em relação aos projetos industrializantes do governo federal no estado do Rio de Janeiro, como a REDUC – Refinaria de Duque de Caxias, a expansão da CSN em Volta Redonda e até mesmo o estímulo à indústria naval em Niterói e Angra dos Reis já no início da década de 1970.

Foi durante a década de 1970, que a indústria começou a dar indicativos de que não se sustentaria mais em São Gonçalo. O declínio industrial se tornava notório com a saída de

⁷ Victor Leonardo de Araujo: Professor Adjunto da Faculdade de Economia da UFF; *Hildete Pereira de Melo*: Professora Associada da Faculdade de Economia da UFF.

grandes empresas que integravam o antigo complexo industrial da cidade. A Hime iniciou a transferência para a cidade de Nova Iguaçu, indo embora da cidade por conta da sua necessidade de expansão. O crescimento desordenado do período dos loteamentos havia transformado Neves, o principal bairro industrial do período da “Manchester Fluminense”, em um híbrido de indústria e residências desprovido de infraestrutura e maiores espaços para a expansão industrial. Segundo Araújo e Melo, os impactos da saída da Hime da cidade foram grandes.

E considerando-se que a Hime era a maior metalúrgica de São Gonçalo, os efeitos de sua reestruturação foram significativos. Assim, São Gonçalo, que respondia por 8,5% dos empregos da metalurgia de todo o estado em 1950 (era o 3º maior, perdendo apenas para a capital e para Barra Mansa), chega em 1975 respondendo por apenas 3,5%. (ARAÚJO & MELO, 2014, p.81)

Um pouco antes da consolidação da derrocada industrial, ainda na década de 1960, outras importantes indústrias como a Eletroquímica Fluminense e a Cia de Cimentos Portland, por motivos diversos, mas tendo como uma de suas principais causas a ineficiência estrutural do município, foram deixando a cidade e São Gonçalo passou a ficar conhecida como uma verdadeira “cidade dormitório”.

Em contraponto ao que foi apresentado até aqui, o historiador José Luiz Honorato Lessa, reconhece as grandes perdas industriais, mas destaca que, a partir da década de 1960, houve uma reestruturação do parque industrial com novos setores, como foi o caso da moda têxtil (jeans), do setor alimentício e de laboratórios farmacêuticos, além da manutenção do setor de conservas e de pescado. Conclui-se através dessas novas reconfigurações que a reestruturação da lógica industrial está diretamente ligada às demandas internas de produtos de vestuário e alimentícios que surgem a partir da política dos loteamentos e do consequente crescimento populacional. No início da década de 2000, verificamos o grande auge da indústria têxtil que passou a se destacar com o polo da moda no bairro de Nova Cidade e com a expansão do setor no bairro do Jardim Catarina.

No entanto, no que diz respeito às relações da industrialização e urbanização da cidade, percebe-se que essa nova reorganização ocorreu por meio das pequenas e médias empresas e que a infraestrutura da cidade não acarreta tantas implicações negativas para essa parcela do empresariado. Nota-se ainda que os principais eixos de produção do setor têxtil localizam-se nas proximidades da rodovia - BR101 e com fácil acesso à Ponte Rio-Niterói, inaugurada no ano de 1974.

Percebemos, através dessas análises, que o crescimento urbano desordenado e a total falta de planejamento do poder público local, foram fundamentais para o esvaziamento industrial da cidade. A proliferação da região periférica é fruto da política urbanística de loteamentos, franqueada pelo poder público, aos antigos fazendeiros. Sendo assim, é possível identificar que as áreas mais distantes do centro da cidade continuam desprovidas de infraestrutura e totalmente vulneráveis a vários outros problemas sociais, inclusive a violência urbana, que, como veremos no capítulo II, continua crescendo com números cada vez mais assustadores no município de São Gonçalo.

1.4 Urbanização e criminalidade: O desafio das cidades metropolitanas

Um dos grandes problemas que encontramos atualmente nas grandes cidades é a violência urbana. Durante a segunda metade do século XX, o Brasil vivenciou uma grande explosão demográfica nas regiões metropolitanas, na qual a maior parte dessas cidades cresceu de maneira desordenada e com grandes distorções sócioespaciais. Decerto que a violência é um fenômeno social que se apresenta das mais variadas formas, entre elas, o crime organizado, que se consubstancia das grandes aglomerações se tornando um dos grandes desafios do poder público na esfera das regiões metropolitanas.

Ainda que a violência seja diversa, muitas de suas práticas estão vinculadas à estrutura do crime organizado que, ao se instalar nas áreas periféricas dessas grandes cidades, consegue aliciar os marginalizados sociais para a prática de atos criminosos. Considerando que a etimologia da palavra crime está associada à ideia de violação de leis ou infrações que perturbem a boa convivência social, torna-se fundamentalmente importante uma breve análise de duas importantes escolas penais: a clássica e a positiva (BRANDÃO, 2009).

Para a escola Clássica, o crime é o resultado do livre arbítrio que é dado ao indivíduo. Dessa forma, desconsidera todas as outras possibilidades para explicar os desvios de “conduta social” praticados por ele. Um dos principais fundamentos dessa corrente encontra-se na punibilidade como pena para o restabelecimento da ordem violada e o possível afastamento de atos transgressores por temor às punições definidas pela ordem penal. Já para a escola penal Positiva, o crime converge de uma série de fatores atrelados ao meio social onde se insere o indivíduo, ou seja, suas ações são frutos da junção de várias causas, entre as quais, podemos citar o psíquico e o meio social. Compreende-se a partir dessa vertente, que não será somente

a punibilidade das legislações penais capaz de reduzir os índices de criminalidade, pois estes são intrínsecos a fatores de ordem social, emocional e psíquica.

No Brasil, ainda que a Constituição de 1988 tenha garantido alguns direitos individuais e coletivos que se encontram em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seguimos de maneira predominante pela lógica da punição e violação desses direitos em nome de um suposto combate à criminalidade. A ditadura militar deixou marcas indeléveis em nossa sociedade. Uma dessas marcas é, sem dúvida alguma, a atuação violenta das polícias militar e civil nas grandes cidades do Brasil.

Segundo Adorno, no que se refere à violência urbana, o Brasil, ainda no final do século XX, passou a experimentar algumas tendências de crescimento dessa violência. Entre as tendências trabalhadas pelo autor citado, destaco três que estão diretamente relacionadas com os problemas estruturais dos grandes centros urbanos e que, apesar de terem ligações entre si, suas causas nem sempre são idênticas. São elas: os crimes de delinquência com destaque para os homicídios e crimes contra o patrimônio público; a emergência da criminalidade organizada e as violações dos direitos humanos.

O número elevado da violência, apresentado nas mais diversas formas, concentra-se nas grandes cidades e regiões metropolitanas do país. Sendo assim, é preciso considerar o crescimento urbano desordenado como um dos fatores determinantes para a explosão da criminalidade. A negligência das autoridades públicas com relação às áreas periféricas impacta diretamente nos índices de violência. Não se trata aqui, de estabelecer uma relação exclusiva da criminalidade com o fator pobreza. Contudo, a ausência do poder público em algumas áreas das grandes metrópoles permite que o crime se torne “normal” em meio à anormalidade social permitida pelo próprio Estado.

O cenário da violência urbana tende a se agravar, na medida em que as desigualdades sociais tornam-se mais latentes, dificultando a garantia de direitos e acesso à justiça para os moradores das áreas periféricas. A falta de condições mínimas para o exercício da cidadania como a falta de iluminação pública, dificuldade de acesso às principais vias, inexistência de espaços públicos de esporte e lazer, falta de incentivos a atividades culturais e outros, são condições que deflagram as desigualdades. Assim, a aglomeração de pessoas segregadas pela falta de intervenções públicas nos grandes centros urbanos torna a convivência social cada vez mais complexa fazendo com que o crescimento da violência se acentue nas suas mais variadas formas criminais. Um dos principais indicadores dessa violência encontra-se nos dados referentes ao número de homicídios nas grandes cidades.

Em torno de 21% de todos os homicídios registrados no Brasil, no ano de 1998, concentraram-se apenas em duas capitais brasileiras, as duas mais populosas do país: Rio de Janeiro e São Paulo. As respectivas regiões metropolitanas seguem padrão idêntico. Enquanto a taxa de homicídio cresceu 209% no Brasil, no período de 1980 a 1998, nas doze regiões metropolitanas cresceu 262,8%. Nessas regiões, vivia, em 1998, 36,7% da população brasileira. No mesmo ano, respondeu por 57,7% do total de mortes resultantes de homicídios voluntários ou agressões (ADORNO, 2002).

Na década de 1990, como forma de tentar frear o crescimento da violência urbana, o Brasil passou a intensificar a conduta punitiva. Dessa forma, começam a ser adotados alguns dispositivos legais que endureciam as leis aumentando a conduta punitiva, como foi o caso da lei 8072/90 de tipificação dos crimes hediondos, pela qual, segundo o artigo 2º, a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de: I – anistia, graça e indulto; II – fiança e liberdade provisória⁸. No entanto, o fato dos números continuarem crescendo fez com que esse direcionamento penal fosse alvo de várias críticas por não considerar a existência de outros elementos, como por exemplo, de ordens socioeconômicas, como parte fundamental no combate à violência e à criminalidade urbana.

Diante do cenário apresentado e das discussões que emergiam em torno da ineficiência da política de segurança pública para as grandes cidades, o governo federal resolve instituir, no ano 2000, o PNSP (Plano Nacional de Segurança Pública) com o intuito de criar estratégias de combate à criminalidade de maneira articulada entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal). No ano de 2007, em consonância com os preceitos constitucionais e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o governo federal institui o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) estabelecendo a junção de políticas sociais com políticas de segurança pública.

É importante ressaltar que essa tendência de violência urbana é algo que atinge as grandes metrópoles do mundo. No entanto, Adorno destaca que “no Brasil, o fato se agrava por estarmos no circuito das rotas internacionais do tráfico de drogas e do contrabando de armas” (ADORNO, 2002)⁹, o que torna as áreas periféricas grandes redutos da criminalidade atingindo principalmente os jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. Diante desse diagnóstico apresentado por diversos especialistas e da constatação realizada por inúmeros estudos de que os jovens, maioria do sexo masculino e oriundo das classes populares são os que mais ocupam os dados estatísticos de mortes, assim como de registro de ações de violência no Brasil, o Pronasci se apresentava como um programa de repressão ao crime organizado, mas também

⁸ Código Penal brasileiro.

⁹ Artigo originalmente preparado para o ciclo de conferências Sociedad sin Violencia., promovido pelo PNUD. El Salvador, abril.

de assistência social, com foco principalmente na juventude das áreas mais atingidas pela violência criminal. O programa se estruturava em 94 ações e entre as suas diretrizes estavam a promoção dos direitos humanos, apoio ao desarmamento, cursos profissionalizantes, fortalecimento de redes comunitárias, modernização do sistema de segurança pública e valorização dos profissionais envolvidos. Para uma melhor compreensão do quadro de violência nos anos 2000 utilizei como referencial o Estado do Rio de Janeiro e os dados do ISP sobre letalidade violenta¹⁰ nas grandes cidades fluminenses.

Tabela 5 - Letalidade violenta no RJ – Década de 2000

Letalidade violenta - Taxa de mortes a cada 100 mil/ habitantes				
Ano	RJ (capital)	Grande Niterói ¹¹	Interior	Estado - RJ
2000	53,7	46,3	30,3	48,6
2001	50,6	45,5	32,9	48,7
2002	58,3	60,5	33,3	54,7
2003	58,3	43,9	32,4	54,3
2004	57,2	39,6	31,3	51,0
2005	53,1	50,2	35,8	52,7
2006	53,6	44,2	33,0	49,9
2007	54,3	40,6	33,6	49,7
2008	46,2	37,9	29,7	45,6
2009	46,3	37,8	29,0	44,9
2010	34,9	35,9	24,9	36,4

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do ISP.

Os dados apresentados na tabela acima demonstram a diferença da violência nas grandes cidades e no interior do estado. A virada do século XX para o XXI fez ressurgir uma série de discussões sobre os melhores caminhos na tentativa de conter a violência. A dimensão do problema constatado ainda no final do século passado e a ineficiência das políticas voltadas apenas para a punição das ações criminosas, parecia não estar dando resultado. No Rio de Janeiro, presenciamos uma efêmera tentativa de humanização da política

¹⁰ O termo Letalidade violenta utilizado pelo ISP corresponde ao somatório dos seguintes títulos: homicídio doloso, roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal seguida de morte e morte por intervenção de agente do Estado

¹¹ A região da Grande Niterói representa o somatório dos seguintes municípios: Niterói, São Gonçalo e Maricá. Contudo até 2010 eram adicionados também os municípios de Itaboraí e Tanguá a esta região.

de segurança pública com a passagem de Luiz Eduardo Soares pela subsecretaria da pasta, no início do governo Garotinho (1998-2002), a qual abordaremos melhor no segundo capítulo desse trabalho. Ainda sobre os dados da tabela, é possível perceber uma queda significativa nos números a partir da criação do Pronasci. Outro fato relevante é que na cidade do Rio de Janeiro observamos uma considerável redução da letalidade nos últimos dois anos da década - 2009 e 2010, alcançando pela primeira vez, patamares abaixo do que a região da Grande Niterói. Nesse sentido, é preciso destacar que, no ano de 2008, o governo estadual havia iniciado a política de implementação das chamadas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) que convergia com as propostas do Pronasci. Não nos cabe neste trabalho avaliar as condições e a eficiência das UPPs no Rio de Janeiro, no entanto, é preciso destacar a importância desse projeto em relação ao contexto analisado.

Ao que concerne à tendência da violação dos direitos humanos, há um entendimento de que o direcionamento das políticas de segurança pública para o combate criminal voltado apenas para a punição dos criminosos, sem considerar as questões sociais, tem como consequência, as exacerbadas ações policiais que aumentam ainda mais os números da violência entre a população mais fragilizada em termos de direitos e cidadania nas grandes metrópoles urbanas.

Tabela 6 - Mortes por intervenção dos agentes do Estado – RJ – Década de 2000

Taxa de mortes a cada 100 mil/ habitantes				
Ano	RJ (capital)	Grande Niterói	Interior	Estado - RJ
2000	4,7	2,8	0,6	3,0
2001	6,5	2,2	1,2	4,1
2002	10,3	4,7	1,4	6,1
2003	13,3	7,0	1,0	8,0
2004	11,2	5,1	1,4	6,6
2005	11,6	8,8	1,0	7,2
2006	11,0	6,1	1,6	6,9
2007	14,6	5,6	1,4	8,6
2008	11,1	6,5	1,4	7,3
2009	10,3	4,6	1,3	6,6
2010	7,7	4,8	0,7	5,3

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do ISP.

A partir da observação dos dados acima é possível afirmar que o Estado, através de seus agentes de segurança pública, constitui-se como um dos grandes produtores da violência urbana. Sendo assim, é possível dizer que as diretrizes do Pronasci não foram suficientes para a mudança das ações policiais no âmbito das grandes cidades. Ainda que no ano de 2010, os dados dessa violência apresentem uma diminuição considerável em relação ao pico atingido durante a década, não foi possível alcançar os números referentes aos anos iniciais - 2000 e 2001 - em relação às áreas metropolitanas. Conclui-se então que, além da ampliação do olhar para o campo social e garantia da igualdade judicial nos diferentes espaços urbanos, constitui-se como um dos grandes desafios do combate à violência nas grandes cidades um redirecionamento das políticas de segurança pública, no qual os agentes do estado possam ser somente cumpridores e não transgressores das normas e da legislação penal vigente no nosso país.

2 VIOLÊNCIA POLICIAL: UM RETRATO DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA CIDADE DE SÃO GONÇALO

“Dizem que ela existe pra ajudar,
Dizem que ela existe pra proteger,
Eu sei que ela pode te parar,
Eu sei que ela pode te prender,
Polícia para quem precisa,
Polícia para quem precisa de polícia,
Polícia para quem precisa,
Polícia para quem precisa de polícia [...]”
Polícia. Tony Bellotto (Titãs 1986)

A luta pelos direitos humanos precisa ser compreendida a partir das muitas dimensões que envolvem essa causa. No âmbito da legislação brasileira, há uma série de garantias legais que convergem com os acordos internacionais acerca desses direitos. No entanto, a instituição policial que deveria ser garantidora dos preceitos legais surge constantemente como violadora dos direitos humanos. Neste capítulo, faremos uma discussão histórica sobre a necessidade da luta pelos direitos humanos, em meio a um cenário em que os moradores de São Gonçalo têm sofrido bastante com a violência policial e com a consequente violação desses direitos.

2.1 Para que servem os direitos humanos?

Após mais de 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do reconhecimento de sua importância através da Constituição Federal de 1988, ainda vivemos sob constantes violações desses direitos. O fato de a Constituição definir os direitos humanos como essenciais para garantir a dignidade da pessoa humana, não foi suficiente para impedir a distorção de seus objetivos por parte de alguns grupos conservadores. O crescente aumento da violência urbana faz com que as pessoas se sintam desprotegidas. Sendo assim, cria-se um

cenário propício para que o Estado justifique suas ações de arbitrariedade como necessárias para a diminuição dessa violência. É diante desse cenário que começam a ser propagadas algumas ideias deturpadas acerca dos princípios e das finalidades dos direitos humanos.

Aprovada pela assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, no dia 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) preconiza como princípios fundamentais, o reconhecimento da dignidade humana, a liberdade e a igualdade jurídica, como direitos inalienáveis de todo ser humano. A primeira metade do século XX ficou marcada pela ascensão dos regimes totalitaristas e das guerras mundiais, que demonstraram quanto o ser humano pode ser autodestrutivo. Sendo assim, a DUDH surge como um mecanismo de proteção e de garantias à vida humana, buscando construir um conceito multidimensional, assim como, subsidiar, a partir de acordos internacionais, a promoção de políticas públicas de caráter universais que possam garantir direitos fundamentais a todos os humanos.

Art- 1º: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. Art- 7º: Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (DUDH, 1948)

Não obstante as definições iniciais da DUDH sobre a amplitude desses direitos, é preciso destacar que sua trajetória, ainda em curso, foi forjada a partir de duas importantes concepções históricas: o jusnaturalismo, que compreende os direitos humanos a partir de uma intersubjetividade que pressupõe que os indivíduos sejam detentores de direitos inerentes a sua própria natureza, e a concepção das lutas históricas, na qual os indivíduos se organizam de maneira coletiva e são capazes de lutar pela aquisição de direitos, não ofertados a todos, de maneira equitativa. (BRASIL, 2013)

Nos países como o Brasil, onde as desigualdades sociais se apresentam de maneira tão exacerbada, os direitos humanos tornam-se ainda mais importantes para a luta pela garantia dos direitos básicos à dignidade de toda e qualquer pessoa, tais como, saúde, educação, moradia, segurança e outros. Sendo assim, é possível perceber que os direitos humanos são amplos e que a sua dimensão atual se deu por conta de muitas lutas e acordos internacionais que buscaram avultar esses direitos a partir da criação da DUDH. Esses direitos podem ser divididos em quatro gerações de conquistas (TOSI, 2004). A primeira corresponde aos direitos civis, a segunda aos direitos políticos, a terceira aos direitos econômicos, sociais e

culturais, e por fim, o direito à solidariedade, que está ligado ao âmbito dos direitos internacionais.

Entre as conferências internacionais, organizadas pela ONU e voltadas para a discussão dos avanços necessários em relação à ampliação dos direitos humanos, destaca-se a Conferência de Teerã em 1968 que afirmou a importância da liberdade como um dos princípios fundamentais para garantia dos direitos sociais e econômicos, e a Conferência de Viena, em 1993, que sinalizou, entre outras coisas, que o combate à pobreza deveria ser um dos principais focos, pois a mesma, além de violar um princípio básico da dignidade humana acarreta na violação de outros direitos. “Viena, confirmou a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação dos direitos civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais”. (BRASIL, 2013)¹².

O fato da ONU reconhecer a pobreza como um dos grandes empecilhos à contemplação dos Direitos Humanos demonstra que as desigualdades gritantes em nosso país e no mundo, ao excluírem uma grande parte da sociedade, fomentam a violação desses direitos. Por isso, torna-se função do Estado assumir o papel de interventor através de políticas públicas que possam combater as desigualdades, visando garantir a universalidade dos direitos humanos. No entanto, a atuação do Estado não deve ocorrer simplesmente de maneira assistencialista, mas sim, no sentido de subsidiar a emancipação social dos excluídos para que eles possam se tornar sujeitos detentores de direitos.

No Brasil, após o longo período de ampla violação desses direitos pela ditadura militar, a Constituição Federal de 1988 institucionalizou o alinhamento com a DUDH, destacando a cidadania e a dignidade humana como princípios básicos do Estado brasileiro. Contudo, apesar de termos uma “Constituição Cidadã”, que na teoria, garante um conjunto de direitos aos seus cidadãos, na prática, percebe-se que a desigualdade social continua limitando o acesso a esses direitos pela população mais pobre.

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição [...]; III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante [...]; XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial[...]". (CF, 1988)

¹² Caderno de Educação em Direitos Humanos, elaborado pela Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, durante o governo Dilma. O caderno faz parte das diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos.

Nota-se que a Constituição foi construída respeitando os preceitos da DUDH, mas, para que esses ideais tornem-se realidade, é necessário que sejam efetivamente garantidos através do acesso à educação, saúde, segurança, alimentação, moradia digna e outros. Na década de 1990, as demandas sociais demonstravam a grande contradição das dificuldades vivenciadas pelos mais pobres com as “garantias” constitucionais. Assim sendo, e como decorrência dos acordos internacionais firmados junto à ONU, o Estado brasileiro deu início à elaboração de políticas públicas voltadas para a proteção e valorização dos direitos humanos. Em 1996, no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, instituía-se por decreto governamental publicado no dia 13 de maio, o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH I). Além de promover uma campanha nacional de conscientização pelo respeito e valorização dos direitos humanos, o PNDH I tinha como principais objetivos, a implementação de atos e acordos internacionais pelos direitos humanos, a identificação dos obstáculos, a redução de condutas e atos de violência, intolerância e discriminação, assim como, a observância da Constituição Federal em relação à igualdade de direitos e ao pleno exercício da cidadania.

Por estar em consonância com a legislação nacional e alinhada às determinações das Nações Unidas, o PNDH se consolidou como uma política de Estado e não apenas governamental com continuidade nos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma, que respectivamente se sucederam ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Em relação ao plano de ações, o PNDH I dividiu as propostas em curto, médio e longo prazo. No que se refere ao combate contra a violação do direito à vida, constituíram-se como parte do programa, entre outras, as seguintes ações: elaboração de mapas da violência urbana, com base de dados e indicadores referentes aos diversos tipos de violência, apoio à prevenção da violência aos grupos mais vulneráveis, tais como, crianças e idosos, proposição de projeto de lei regulamentando a venda e a posse de armas de fogo, assim como a sua utilização por policiais nos horários de folga, estimular o aperfeiçoamento, treinamento e capacitação dos policiais, estimular a criação e o fortalecimento das corregedorias de polícia, com vistas a limitar abusos e erros em operações policiais e emitir diretrizes claras a todos os integrantes das forças policiais com relação à proteção dos direitos humanos, apoiar a criação de um sistema de proteção especial à família dos policiais ameaçados em razão de suas atividades, apoiar as experiências de polícias comunitárias ou interativas, entrosadas com conselhos comunitários, que encarem o policial como agente de proteção dos direitos humanos.

No ano de 2002, o governo de FHC lançou o PNDH II. Essa etapa pode ser considerada como continuidade do PNDH I. Se durante a primeira etapa, o programa esteve

voltado mais diretamente para a garantia dos direitos civis e políticos, o PNDH II buscava ampliar o horizonte dos direitos humanos para a dimensão social, econômica e cultural. Na prática, em conformidade com o que já estava previsto na Constituição Federal de 1988, o programa reafirmava a necessidade de garantia dos direitos humanos de maneira universal, indivisível e interdependente.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição¹³. (CF, 1988)

As propostas gerais desse novo programa de direitos humanos buscava apresentar novas diretrizes que pudessem definir as políticas públicas no sentido da efetivação dos direitos constitucionais. Além disso, buscou-se ampliar o direcionamento do olhar dos direitos humanos para outras pautas e grupos sociais, até então, colocados à margem de toda e qualquer intervenção de políticas públicas, tais como, os homossexuais, a questão da violência familiar, o trabalho infantil e os direitos dos deficientes físicos. Portanto, o PNDH II passou a funcionar como uma espécie de parâmetro para a definição dos novos programas sociais, assim como, um incentivador de novas legislações que pudessem contemplar esses “novos” grupos como cidadãos de direito, reconhecendo assim, a necessidade de políticas públicas que garantissem a todos os indivíduos a proteção e o amparo diante das necessidades humanas, independente das diferenças físicas, raciais, religiosas, de gênero ou de qualquer outra natureza.

Os avanços do PNDH II construíram o alicerce para a consolidação de políticas públicas necessárias para a garantia dos direitos humanos. No ano de 2009, ainda no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado o PNDH III. Essa nova etapa do programa pode ser compreendida como a continuidade dos programas anteriores a partir da materialização de muitas de suas propostas. Os novos direcionamentos do programa, dividiram-se em 6 eixos orientadores: interação democrática entre Estado e sociedade civil; desenvolvimento e direitos humanos, universalizar direitos em contexto de desigualdade; Segurança pública, acesso à justiça e combate à violência; educação e cultura em direitos humanos; direito à memória e à verdade.

A divisão organizacional por eixos, não deixa dúvidas, que, entre os objetivos dessa etapa, estava reconhecer e consolidar os Direitos Humanos como um conjunto de direitos que

¹³ Artigo atualizado após as EC (Emendas Constitucionais) dos anos 2000, 2010 e 2015, que incluíram respectivamente, os direitos à moradia, alimentação e transporte.

deve atuar de maneira interdependente. Dessa forma, além de se consolidar como uma política de Estado, o PNDH III, ao buscar a efetivação da universalização dos Direitos Humanos se tornou muito relevante para a compreensão cada vez mais ampliada do direito à cidadania e consequentemente do fortalecimento da democracia brasileira.

É importante destacar que todas as etapas do programa estiveram alinhadas com as discussões e conferências regionais, nacionais e internacionais acerca dos Direitos Humanos. De maneira gradual, o Programa Nacional de Direitos Humanos, criado em 1996 foi avançando e incluindo novas demandas e atores que, por muitos anos, foram invisibilizados e tiveram seus direitos negligenciados pelo poder público. Assim sendo, o PNDH incorporou propostas de várias conferências nacionais em Direitos Humanos, entre elas, podemos citar o direito à moradia, à educação, ao transporte, à alimentação saudável, os direitos da mulher, juventude, criança e adolescente, idoso, direito à igualdade racial, das pessoas com deficiência física, meio ambiente e outros. Portanto, ainda que já tivéssemos uma Constituição fundamentada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o PNDH I, II e III foram fundamentais para avançarmos na materialização de alguns direitos através da inserção de leis e de políticas públicas que buscam consubstanciar a nossa jovem democracia.

Em relação à segurança pública tivemos alguns avanços. Os PNDHs preconizavam a transparência e a publicação dos dados sobre criminalidade e violência policial. Foi a partir dessas recomendações que surgiram instituições como o ISP (Instituto de Segurança Pública). Criado no ano 1999, o instituto tem como missão a divulgação de dados oficiais sobre a violência, incluindo os números sobre violência constitucional e letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro. Outra importante questão fomentada pelo PNDH III encontra-se na participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas de segurança através de mecanismos de gestão participativa como conselhos e conferências. Entre as ações programadas pelo PNDH III para o fortalecimento do combate à violência institucional estão:

Criar ouvidoria de polícia com independência para exercer controle externo das Polícias Federais e da Força Nacional de Segurança Pública (...), Recomenda-se aos Estados e ao Distrito Federal a criação, como marco normativo próprio, de ouvidoria de polícias autônomas e independentes, comandados por ouvidores com mandato e escolhidos com a participação da sociedade civil (...). (PNDH III, 2009)

Considerando que a polícia brasileira, ao longo de sua história, e principalmente durante a ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970, se constituiu como uma organização essencialmente repressiva, punitiva e de atuação violenta, percebe-se que os direcionamentos dos Direitos Humanos buscam romper com o paradigma da ilegitimidade das ações da polícia,

que ainda encontram-se arraigados ao período da ditadura militar. Nesse sentido, a criação de sistemas de controle externo às organizações policiais e até mesmo os mecanismos de divulgação dos dados sobre a violência institucional, tornam-se imprescindíveis para a criação de políticas públicas de segurança que garantam a dignidade dos cidadãos e uma atuação policial que esteja em consonância com a Constituição e os direitos humanos.

De maneira geral, as principais críticas da sociedade em relação à atuação policial, principalmente nas regiões periféricas, são direcionadas ao excesso de violência, ao abuso de poder e à falta do uso de estratégias de inteligência que preservem os direitos da grande maioria das pessoas não envolvidas com a criminalidade, nas regiões com maiores incidências de conflitos entre policiais e traficantes. Outro aspecto importante a se destacar nas pesquisas de opinião sobre a polícia é que há um descrédito em relação a denúncias de violação de direitos por parte das ações policiais, devido à falta de punições e da inexistência de um órgão que responsabilize os autores das ações incompatíveis com as determinações legais da atuação policial. Foi na busca pela ressignificação da atuação policial que o PNDH III objetivava implementar as seguintes ações:

Padronizar equipamentos, armas, munições e veículos apropriados à atividade policial a serem utilizados pelas forças policiais da União, bem como aqueles financiados com recursos no governo federal nos estados, Distrito Federal e municípios (...). Recomenda-se aos estados e ao Distrito Federal a não banalização e a adequação técnica dos veículos blindados, em respeito aos princípios dos direitos humanos, rejeitando seu uso para intimidações ou violações de direitos, como no caso dos “caveirões”. (PNDH III, 2009. p. 126-127)

No final da primeira década dos anos 2000, o Estado do Rio de Janeiro deu início ao programa de segurança pública que tinha como base a criação das chamadas UPPs¹⁴. Não obstante o programa ter sido lançado um ano antes das novas orientações do PNDH III, é possível percebermos algumas semelhanças entre as propostas do governo estadual do RJ com as diretrizes do decreto Nacional dos Direitos Humanos, lançado em 2009. Sendo assim, é preciso destacar, que apesar de malgrado, o programa se constituiu como uma tentativa de ressignificação da polícia que mais se aproximou dos ideais de uma polícia humanizada que pudesse romper com as amarras da atuação policial no período da ditadura militar no Brasil.

Como vimos no final do capítulo anterior, na virada da década dos anos 2000 para 2010 ocorreu uma pequena redução no número de letalidade por agentes policiais no estado

¹⁴ UPP (Unidade de Polícia Pacificadora). Principal projeto da área de segurança pública durante os governos de Sérgio Cabral no RJ (2007- 2010 / 2011-2014). O programa tinha entre os principais objetivos a ocupação dos territórios dominados pelo tráfico e a busca por uma maior aproximação entre a polícia e as comunidades mais pobres.

do Rio de Janeiro, principalmente na capital. Ainda que essa diminuição não tenha se sustentado durante toda a década de 2010, ela indica alguns avanços das políticas públicas que foram sendo construídas com base nos Direitos Humanos e que compreendem não só as ações conjuntas voltadas para a ressignificação do papel da polícia, mas, de maneira concomitante, o aumento dos investimentos realizados pelo governo federal na área social, voltados principalmente para a juventude das áreas mais carentes.

Contudo, essa queda nos números sobre a letalidade policial no final da década de 2000 e início de 2010 não foram suficientes para acabar com o descrédito da sociedade em relação à confiabilidade nas ações policiais. Além disso, a tentativa de ressignificação do papel da polícia sempre foi vista com muita desconfiança no âmbito da estrutura policial militarizada e não submetida historicamente a nenhum tipo de controle externo. Ainda que as ações propostas pelo PNDH III, consolidadas a partir de ampla discussão com os diversos setores sociais, busquem a ampliação da garantia de direitos a todos os indivíduos e grupos, incluindo a categoria dos próprios policiais, alguns agentes públicos ligados à área da segurança, e até mesmo para uma parcela da sociedade civil, os Direitos Humanos se constituem como um grande entrave das ações policiais no combate à criminalidade. Entre os objetivos estratégicos do PNDH III voltados para a proteção dos policiais, estão, a melhoria dos equipamentos, formações e treinamentos adequados, assim como a preservação da saúde física e mental.

Condicionar o repasse de verbas federais, aos estados, Distrito Federal e municípios, à garantia de efetiva disponibilização de equipamentos de proteção individual aos profissionais do sistema nacional de segurança pública; fomentar o acompanhamento permanente da saúde mental dos profissionais do sistema de segurança pública, mediante serviços especializados do sistema de saúde pública. (PNDH III, 2009, p.107)

As instituições policiais no Brasil foram construídas a partir de representações de violência e repressão em busca da consolidação de um sistema punitivo e de controle social. Sendo assim, as arbitrariedades e as violações dos Direitos Humanos foram sendo naturalizadas dentro das corporações. Um dos fatores essenciais para essa naturalização talvez esteja na invisibilização das ações violentas devido à falta de acesso às informações e a estrutura judicial própria das instituições militares.

No que concerne à violação de direitos como uma prática da atuação policial, é importante percebermos que, ao longo da história, ocorrem mudanças em relação aos direitos violados. Na década de 1950, ainda como resquício das formas de atuação da polícia política

do Estado Novo, os direitos políticos foram os mais violados e a repressão policial estava voltada principalmente para os movimentos sociais, tais como, a luta dos camponeses contra a exploração e a inserção aos direitos dos trabalhadores urbanos garantidos pela CLT, mas ainda negados para os trabalhadores rurais e a atuação de grupos políticos ligados ao PCB que, após ter sido colocado na ilegalidade, no ano de 1947, pelo governo Dutra, passou a se organizar de maneira clandestina. As amálgamas das violações dos Direitos Humanos estão intrínsecas à origem do Estado e da polícia brasileira, ainda que, em alguns momentos da história, algumas violações sejam mais visíveis do que outras.

Se durante a década de 1950, as discussões sobre os direitos humanos foram invisibilizadas e as repressões se concentraram nos movimentos sociais e políticos, na década de 1970 os direitos individuais foram um dos alvos preferidos e as discussões em torno dos direitos humanos no meio das instituições de segurança pública foram duramente reprimidas. O fato de a ditadura ter montado um aparato de controle dos meios de comunicação, facilitava a ocultação de informações sobre a violência institucionalizada e da privação de direitos que sofria a sociedade. A violência empreendida pelas ações policiais nessa época era racional. A justificativa utilizada fundamentava-se no discurso da proteção da soberania nacional e na manutenção da ordem. Assim, métodos de violência física, moral e totalmente controladores foram sendo impostos pela polícia, caracterizando o período como um dos mais traumáticos da história republicana, no qual a violação dos direitos humanos ocorria imersa a todo tipo de intencionalidade e totalmente validado pelo próprio Estado brasileiro, causando o medo generalizado devido às arbitrariedades da ditadura.

Se você fosse uma pessoa minimamente informada, com certeza se sentiria apreensiva ao retornar do exterior ao país e ver seu passaporte desaparecer em um buraco de uma parede, sabendo que seria examinado por um anônimo e não tendo certeza se seu documento seria devolvido ou que tipo de informação estava sendo extraído dele. (CARDIA, 1997)

A Constituição de 1988 e a volta do Estado democrático de direito não foram suficientes para interromper a escalada de violação de direitos no Brasil. No entanto, os instrumentos legais de combate a práticas que desrespeitam a vida humana, criados a partir da volta da democracia, foram importantes para tornar visíveis e aumentar a rede de proteção dos diferentes indivíduos. Decerto que a violação a determinados grupos, como mulheres, idosos, crianças, homossexuais e outros, também aconteciam no período da ditadura. Porém, eram invisibilizados devido à preponderância da situação política do país e por terem suas organizações de luta ainda muito embrionárias.

A volta do Estado democrático de direito coincide com o aumento das desigualdades e da concentração de renda, resultante da política econômica do período da ditadura militar. Sendo assim, ainda que a ineficiência e a arbitrariedade policial atinjam a todos, e sejam apontadas pelas pesquisas como os principais fatores do descrédito da população com as instituições policiais, são as regiões mais carentes que mais sofrem com a violação de direitos por parte dessas instituições.

A negligência do poder público com o crescimento desordenado das áreas ocupadas pela população mais pobre exacerbou ainda mais a marginalidade desses grupos. Dessa forma, diante da ausência do Estado e da efetiva garantia dos direitos constitucionais, o medo das ações policiais torna-se ainda mais frequente, na medida em que a polícia reproduz algumas práticas de arbitrariedade do período ditatorial, só que agora, agindo de maneira diferente, nas comunidades e nas áreas nobres das cidades.

Portanto, percebe-se que as violações dos direitos humanos materializadas nas ações policiais entre as classes mais pobres, refletem a ausência de outros direitos, tais como, educação, trabalho, moradia e dignidade humana, que, ao longo da história, foram sendo negados para essa parcela da população, marginalizada pelo próprio Estado. Por isso, compreende-se que, passados mais de 30 anos da Constituição Federal de 1988 e de todas as ações do Estado voltadas para a ampliação dos direitos humanos a todos os cidadãos, ainda temos um longo caminho a percorrer, na busca pela efetivação desses direitos, principalmente para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

2.2 Política de segurança pública no Rio de Janeiro: polícia de quem e para quem?

A história da nossa polícia remonta ao início do século XIX e está relacionada à chegada da família real no Brasil. O marco inicial que deu origem às atuais polícias militares foi a criação da guarda real de polícia que surge a partir de 1809. Subordinadas ao Ministério da Guerra, a guarda real mantinha uma estrutura fundamentada no modelo militar e tinha como atribuições, “reprimir o contrabando, manter a ordem, capturar e prender escravos, desordeiros, criminosos e etc”. (MUNIZ, 2001, p.192).

Percebe-se, através de suas atribuições iniciais, que a polícia foi forjada para defender os interesses das elites. No início de sua organização, a profissionalização ainda estava longe de ser uma realidade e os quadros policiais, formados por voluntários, mostravam-se frágeis e

desorganizados, mas que, apesar disso, serviam para atender os interesses da família real naquele momento. A partir de 1830, a polícia deixava de estar subordinada ao Ministério da Guerra, passando a ser vinculada diretamente ao Ministério da Justiça. No entanto, o que parecia um caminho para a construção de uma identidade policial independente não se concretizou, pois a amálgama das práticas policiais com as forças militares do exército voltaria a acontecer com a Guerra do Paraguai, onde policiais passaram a servir nas tropas das forças armadas do Exército brasileiro.

Dessa forma, a consolidação das polícias militares no Brasil seguiram as estruturas e formas de atuação do Exército. Foi com a chegada da República que as instituições de polícia começaram a ganhar a forma atual. A primeira Constituição Republicana de 1891 possibilitou uma maior autonomia das antigas províncias, agora denominados Estados. Com isso, os Estados começaram a organizar as forças públicas de segurança como pequenos exércitos estaduais, dando início assim, à atual organização estrutural das polícias brasileiras.

Longe de se constituir como uma instituição representativa do interesse das massas, a polícia republicana apresentava algumas mudanças em relação à polícia imperial. A percepção dos governadores sobre a necessidade das forças estaduais de segurança para a manutenção da autonomia em relação ao governo federal, assim como, de sua legitimidade perante o povo, fez com que houvesse um processo de profissionalização das polícias. A partir do início do século XX, a polícia já se constituía como um aparato de segurança hierarquizado, disciplinado e com remuneração vinda dos cofres públicos estaduais.

No que se refere à atuação das forças policiais, ocorre um redirecionamento, a partir do advento da República, para uma atuação de rotina, que acontece, principalmente, pelos novos regulamentos e orientações que surgem, não só pela profissionalização, mas também pelo fortalecimento da identidade do policial que se forma totalmente híbrida ao ofício dos militares das forças armadas. Ou seja, as práticas policiais, a partir da chegada da República, constituem a representação do poder estatal legítimo e o seu agir é fruto das orientações da política de segurança estadual, mas também de uma rotina idealizada e implantada pelos próprios policiais. Segundo Bretas e Rosenberg, foi ainda no período final do império que os aparatos policiais passaram a ganhar maior autonomia funcional

(...) Percebe-se no último terço do Império, o despertar de uma autonomia que resguarda interesses ligados à “profissão” policial (...) nota-se nos interstícios do funcionamento policial, a emergência de demandas inerentes às especificidades do serviço prestado, do lugar social ocupado pelo policial, bem como, num nível mais elevado da esfera hierárquica, as reivindicações do monopólio de um saber particular e específico – o policial – que, ao mesmo tempo que o diferencia de outras

ocupações, cria uma identidade própria que surge desse contraste. (BRETAS & ROSEMBERG, 2013)

A autonomia policial que emerge no final do império foi consolidada no período Republicano através da sistematização das esferas funcionais – Polícia militar e Polícia civil. Se por um lado, o fortalecimento da identidade profissional implica formas de atuação mais independente em relação ao político, por outro, a construção de identidade forjada a partir do entrelaçamento histórico com o militarismo fortaleceu as instituições policiais, no sentido de garantir a elas, através de seus regimentos internos, a possibilidade de estarem vinculadas a um sistema judicial interno em que são os seus próprios pares os responsáveis pelas punições em caso de violação dos procedimentos e da quebra dos princípios constitucionais de garantia de direitos para todos os cidadãos. Assim sendo, compreende-se como um dos principais fatores para o avanço da violência policial a falta de controle externo e a impossibilidade dos atos de violação de direitos cometida pelos integrantes das corporações policiais serem julgados de maneira exógena. Em outras palavras, se a polícia controla a todos, quem controla a polícia?

Decerto que a invenção da instituição policial surge devido à “necessidade” do controle social, sendo imbuídos do princípio da autoridade para a preservação dos interesses do Estado. Dessa forma, a polícia encontra-se totalmente intrínseca aos problemas de ordem social. Se considerarmos que no Brasil, a chegada da República não significou uma ruptura social com o paradigma de sociedade egresso do período imperial, no qual o Estado agia de maneira coadunada com os interesses de uma minoria privilegiada, é possível perceber o quanto a violência policial seletiva está ligada à questão estrutural do nosso país.

Pensada nesses termos, a violência oficial está ligada à violência estrutural – que se manifesta nas desigualdades sociorraciais -, mas não pode ser reduzida a esta última. Ou seja, se o aparelho policial participa ativamente na reprodução da ordem social, a forma como ele opera e trata populações pobres e não brancas depende de controles institucionais externos e internos ao aparelho policial. (MACHADO & NORONHA, 2002)

As considerações feitas até aqui nos levam a identificar dois fatores fundamentais para o entendimento acerca das origens da atuação policial e do incremento da violência, principalmente nas ações contra a população mais pobre: o primeiro desses fatores encontra-se na essência militar do aparato policial. Apesar das instituições policiais terem passado por um processo de profissionalização de seus agentes, o que presume um maior cuidado com a vida e a diminuição dos índices de violência, na prática, isso não se concretizou.

Historicamente vinculada ao militarismo das forças armadas, a polícia não foi capaz de absorver as mudanças sociais que surgem a partir da década de 1950, onde a grande concentração populacional nos meios urbanos demandava uma nova lógica policial que pudesse ser mediadora dos conflitos dessa nova dinâmica de organização social.

A construção de uma relativa autonomia dos aparatos policiais em relação ao saber profissional contribui para que essas instituições rejeitem o debate que vem de fora pra dentro. A essência corporativista juntamente com a falta de mecanismos externos de controle, colabora para que a polícia atue de maneira coercitiva e violenta contra qualquer atitude individual ou coletiva que julgue como ameaçadoras da lei e da ordem. Sendo assim, compreende-se que o formato militarizado da polícia, implica ausência de punições e reproduz a lógica do conceito weberiano de monopólio legítimo da violência¹⁵. Assim, ao assumir o papel de mediador dos conflitos e não conseguir solucioná-los, o Estado assume o papel de vítima, colocando em prática, por meio de suas agências policiais, o poder punitivo, exercendo o monopólio estatal da violência como forma de resolução dos conflitos. (Adorno, 2001).

O segundo fator a se destacar diz respeito às políticas de segurança pública. Ainda que o foco desse trabalho esteja voltado para as discussões sobre a violência policial a partir da segunda metade do século XX, não podemos deixar de mencionar o fato dos movimentos sociais da chamada Primeira República ter sido tratado pelos nossos governantes como caso de polícia, ou seja, percebe-se desde o início da nossa história republicana um processo de criminalização seletiva, como forma de legitimação das ações de violência policial. Contudo, não se trata de desconsiderar os fatos de que a violência policial atinja todas as classes sociais, mas estudos e pesquisas feitas nessa área e apresentadas durante este trabalho, mostram que as maiores vítimas dessa violência, sem dúvida alguma, são as classes pobres e não brancas.

No campo da segurança pública, ao assumir a resolução dos conflitos, o Estado assume também o papel executor do poder punitivo. A polícia e seus agentes surgem como representantes legais do controle social, e, através de ideias totalmente abstratas, definidoras dos inimigos sociais, garantem a legitimidade do uso da violência institucional marcada pela “seletividade, repressividade e estigmatização” (Ferreira, 2012).

No que se refere às implicações das políticas de segurança pública nas ações policiais, a Constituição de 1988 representa o marco legal em relação à tentativa de construção de uma

¹⁵ O conceito de Max Weber sobre o monopólio da violência estatal relaciona-se com a ideia de que, se o Estado é o único capaz de produzir o Direito, é dele a legitimidade da utilização da violência para fazer cumprir os ordenamentos legais.

polícia cidadã no Brasil. Não obstante as tentativas de ruptura com o paradigma autoritário de nosso aparato policial, o fim da Ditadura não significou o abandono de práticas de violência policial. As marcas da violência e da estrutura de um poder militarizado que por muito tempo atuou como força auxiliar ao Exército continuaram a ser reproduzidas. Se antes, essas forças atuavam de acordo com a ideologia política do inimigo comum, após a redemocratização, a violência institucional passou a ser amparada pelo discurso do combate à criminalidade, atingindo diretamente aos mais pobres e negros, que, por essa ideologia de criminalização, passaram a ser estigmatizados e referendados pela polícia como classes eventualmente perigosas à manutenção da ordem.

O fato, é que, ao longo de sua história, as instituições policiais não passaram por nenhum tipo de reformas significativas que pudessem romper com a estrutura militar, hierarquizada e violenta que sempre fizeram parte das corporações policiais. No entanto, não há como negar que a Constituição de 1988 e a criação do Estado democrático de direito passaram a fomentar as discussões sobre a necessidade da democratização da polícia brasileira à luz das garantias constitucionais e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nas últimas três décadas, foram feitos vários ensaios de mudanças nas polícias brasileiras. No que se refere à política de segurança pública no estado do Rio de Janeiro, há de se destacar dois importantes momentos de tentativas de ruptura com o paradigma da polícia violenta e opressora mencionada até aqui. O primeiro momento ocorre durante o governo Garotinho, na virada dos anos 1990 para os anos 2000. Após uma década da chamada Constituição cidadã de 1988, a esperança de uma polícia mais humanizada se desfazia diante dos números. A última década do século XX apresentou uma explosão da violência urbana, incluindo a violência institucionalizada. Com isso, a questão da segurança pública se apresentava como um dos grandes desafios para o Estado brasileiro. Foi diante do cenário desolador da violência urbana que atingia direta ou indiretamente a todos os cidadãos fluminenses, que Anthony Garotinho incorporou as propostas de reforma do aparelho policial, idealizadas anos antes pelo coletivo Viva Rio¹⁶, as quais basearam estudos realizados por Luiz Eduardo Soares que haviam ajudado a construir seu programa de governo. Eleito em 1998, Garotinho nomeou, em 1º de Janeiro de 1999, Luiz Eduardo Soares como Subsecretário de Segurança Pública do Estado. No entanto, o que poderia ser o primeiro passo para a tão

¹⁶ O VIVA RIO foi uma ONG que surgiu no Rio de Janeiro em 1993 como fruto da indignação com o aumento da violência urbana. A ONG que depois de 20 anos se transformou em uma Empresa Social, buscava colaborar com a construção de uma cultura de paz através do desenvolvimento de projetos e pesquisas, elaborados juntamente com a sociedade civil, que pudessem subsidiar as políticas de segurança pública para o estado do Rio de Janeiro.

desejada reforma que mudasse a imagem negativa que a população tinha da polícia, causada pela violência e ineficiência de suas ações, da estrutura militarizada e da aparente falta de controle externo, logo, apresentava indícios de que não seria bem assim. Um pouco antes da posse, o governador eleito já anunciara o General José Siqueira Silva como novo secretário de segurança.

Mais do que contrapor na mesma equipe Luiz Eduardo Soares, um conceituado estudioso sobre a violência urbana, antropólogo, professor de Filosofia e Sociologia e autor de propostas que defendiam mudanças nas estruturas policiais, com um general da reserva, conhecido por fazer da parte da chamada “linha dura” e atuar de maneira violenta durante a ditadura militar, o discurso do novo Governador parecia legitimar a velha forma de atuação policial, questionada pela sociedade civil por estar em desacordo com as garantias de direitos da Constituição democrática de 1988. Em entrevista concedida após a vitória nas urnas, Garotinho afirmava:

“Ele é linha dura mesmo. Contra bandido tem que ser linha dura [...]. Quero um secretário de segurança que saiba que o limite da autoridade é a lei e dentro da lei, seja duro com os bandidos”. (Folha de São Paulo, 28/10/1998).

O discurso do governador eleito parecia ir de encontro aos apontamentos de Soares e do Viva Rio que fundamentaram o seu projeto de governo para a segurança pública do estado do Rio de Janeiro. A nomeação do coronel “linha dura” em meio ao compromisso com um programa de governo baseado em uma nova proposta de segurança, que tinha como principal objetivo a construção de uma polícia eficiente e que respeitasse os Direitos Humanos, parecia um grande paradoxo. Não obstante a nomeação e a fala de Garotinho na entrevista que anunciara o nome do novo secretário, o gesto político parecia uma grande tentativa de se diferenciar dos governos de Leonel Brizola, importante liderança do partido pelo qual o governador havia sido eleito (PDT), mas que constantemente era acusado pela opinião pública de ter sido negligente com a criminalidade.

A experiência de Soares na pasta da Segurança não foi muito longa, tendo durado de janeiro de 1999 a março do ano 2000. No livro “Meu Casaco de General: Quinhentos dias no Front da Segurança Pública do Rio de Janeiro” ele conta um pouco de sua vivência e dos problemas e obstáculos não superados no interior das instituições policiais. Não demorou muito para Soares e sua equipe comprovarem na prática o que a grande maioria dos cidadãos, principalmente pobres e moradores das favelas já estavam cansados de saber. O fato é que os efeitos brutais da violência enraizada no interior das instituições de segurança eram constantes

e atingiam a todos, dos jovens moradores da zona sul, que ao parar na blitz eram extorquidos pelo policial corrupto, ao favelado, que sofria com a violência física e moral das abordagens carregadas de preconceito e discriminação, com a perda do seu direito de ir e vir por conta dos conflitos entre polícia e bandidos e com a sensação de que a vida poderia ser interrompida a qualquer momento pela ação dos criminosos ou até mesmo da própria polícia.

A imagem negativa da polícia perante a sociedade pode ser compreendida como reflexo de suas ações cotidianas e são reveladas por algumas expressões sempre muito comuns nas comunidades – “Polícia é pior que bandido”, “A gente tem que fugir dos policiais. Eles são perigosos”, “Corre que os canas estão vindo aí”. Longe de proporcionar mudanças significativas nas estruturas do aparato policial, a transição democrática evidenciou um redirecionamento das ações de violência institucionalizada. Para Nancy Cardia, o medo generalizado que atingia diretamente às classes altas e médias durante as décadas de 1960 e 1970 no auge da ditadura militar transferiu-se para a população mais pobre. O crescimento da violência urbana fez surgir uma errônea interpretação por parte dos órgãos de Segurança Pública de que as favelas seriam o território da violência e que a população residente nesses locais era conivente com a criminalidade e com o tráfico de drogas. Cardia (1997) afirma que para essas pessoas (moradores das comunidades) “a polícia era percebida menos como fonte de segurança e mais como agente de força”.

Apesar de demonstrar uma inclinação para a efetivação das propostas de reforma do aparato policial, a dicotomia de Garotinho na composição desequilibrada da fórmula civil-militar dificultou bastante a implementação das novas ideias, pois ao nomear o General Siqueira como o número um da pasta, ele deixava o subsecretário Soares e a equipe que junto com ele havia construído o projeto de segurança pública do novo governo, em uma posição no mínimo desconfortável. O novo secretário de segurança dividiu as subsecretarias em quatro e coube a Soares, o único civil do alto escalão da SSP, assumir a subsecretaria de Pesquisa e Cidadania.

As propostas para o novo paradigma de Segurança Pública que constavam no Programa de Governo de Garotinho destacavam a importância da integração de outras áreas no combate à violência, tais como psicologia, sociologia, serviço social, antropologia, engenharia da computação e outras, que pudessem atuar juntamente com as áreas já tradicionais como o direito, técnicas policiais e estratégias militares. O grande desafio dessa proposta seria convencer a ala militar mais tradicional de que era possível combinar eficiência da polícia e diminuição nos índices de violência com o respeito aos direitos humanos. Entre

os principais pontos das possíveis mudanças apresentadas durante a campanha, Soares destaca:

1-É possível reduzir a criminalidade violenta com políticas públicas consistentes, independente de quais sejam suas causas [...]; 2-políticas consistentes envolvem modernização tecnológica e gerencial, moralização das instituições e participação comunitária; 3-Essas políticas públicas devem obedecer ao princípio da compatibilidade entre respeito aos direitos humanos e eficiência policial; 4-O objetivo de uma política correta e competente de segurança pública é contribuir para o processo civilizatório [...] o papel da polícia é fazer respeitar as leis, respeitando-as. (SOARES, 2000).

Devido à identidade militar e o histórico repressivo de nossa polícia, a resistência ao novo paradigma de segurança pública parecia inevitável. Ciente das dificuldades que essa reformulação sofreria no âmbito da corporação, Garotinho, de maneira muito astuta, antes mesmo da posse e da nomeação oficial da nova equipe, pediu que Soares indicasse os representantes das polícias militar e civil para integrarem juntamente com ele e o futuro secretário, o Coronel Siqueira, uma equipe de transição que pudesse fechar os principais projetos necessários para a implementação das mudanças. Soares não hesitou e tratou logo de indicar nomes de policiais respeitados, que tivessem afinidade com as novas propostas e sem nenhum comprometimento com esquemas, corrupção ou qualquer outro tipo de mazelas que envolvia muitas lideranças no âmbito das diferentes polícias, militar e civil. Como representante da PM, a escolha foi do coronel Sergio da Cruz e da polícia civil, do delegado Carlos Alberto D'Oliveira. Foi a partir daí, embasados pelo plano teórico das proposições de campanha e pela necessidade de melhorias nos resultados e, conseqüentemente, da imagem da polícia perante a opinião pública que foi esboçada as principais mudanças e projetos da nova gestão da Segurança Pública no Rio de Janeiro.

O carro chefe do novo modelo de segurança foi a criação do projeto das novas delegacias que foi chamado de Delegacia Legal. Entre os principais projetos de ruptura com o paradigma tradicional e arcaico de Segurança Pública estavam: a reforma da polícia técnica, os conselhos comunitários de segurança, implantação de sistema de planejamento e gestão, Criação do Instituto de Segurança Pública (ISP), política específica de proteção às mulheres, as novas unidades da PM: O GEPAT, o GEAT e o GEPE, o policiamento comunitário, reformas no processo de recrutamento e qualificação policial, a ocupação social das favelas e comunidades pobres (o mutirão pela paz), a campanha pelo desarmamento; a ouvidoria; o programa de proteção à testemunha [...]. (SOARES, 2000).

As novas propostas seguiam em conformidade com a valorização dos direitos humanos e o PNDH I e buscavam mudar a imagem da polícia por meio da inserção de novas práticas gerenciais, planejamento e monitoramento. Soares (2000) afirma que, antes da posse, em reunião com o governador e o já anunciado secretário - General Siqueira - Garotinho havia dito o seguinte: “Minha concepção de segurança pública não é exclusivamente militar. Acho que há uma dimensão militar e outra civil, uma dimensão operacional e outra social”.

Apesar do aparente direcionamento ratificado nas palavras do Governador, a nova política de Segurança Pública gerava insatisfação em grande parte da corporação policial. Alguns pelo vínculo histórico ligado ao militarismo e por acreditarem que os novos direcionamentos pudessem afrouxar o combate à criminalidade e outros por perceberem as mudanças como uma ameaça direta aos seus esquemas de corrupção. A recuperação da confiança da população nas instituições, segundo a equipe de transição do novo governo, passava necessariamente pelo tripé modernização, moralização e participação comunitária, e, em tese, a criação de controles internos e externos, da ouvidoria e até mesmo das delegacias legais colocavam em xeque as antigas estruturas.

A ideia da delegacia legal surge a partir das necessidades diagnosticadas pela equipe civil da secretaria de segurança. Segundo Soares (2000), estudos apontavam que, desde 1988, entre 75% e 82% dos crimes na Região Sudeste, com exceção de roubos de carro, não eram registrados nas delegacias. Esses dados demonstram a falta de credibilidade que a polícia tinha diante da população. Dessa forma, a argumentação dos defensores do projeto fundamentava-se no resgate da confiança que se daria através da transparência e eficiência, na qual as delegacias legais seriam o grande símbolo dessa mudança. O próprio nome “legal” estava atrelado ao fim das antigas carceragens dentro das delegacias e à estrutura arquitetônica e tecnológica que favoreceria o contato da população com um ambiente menos obscuro e com mais agilidade e articulação nas informações para a resolução dos casos.

A informatização é muito mais do que a troca de máquinas de escrever por computadores; é a instauração de procedimentos ágeis de organização e disponibilização de informações; é também a criação de mecanismos rigorosos de acompanhamento e controle da própria ação policial. Sobretudo, é a condição para o estabelecimento de comunicação permanente entre as unidades policiais e os bancos de dados das instituições que compõem o campo da segurança pública. (SOARES, 2000).

Se considerarmos que no Brasil, estudos e pesquisas indicam que a maioria das pessoas que sofrem com a violência e as injustiças da polícia são pobres, negros e favelados, a tecnologia torna-se ainda mais importante para a questão da segurança pública, pois vai além

de ser apenas um instrumento de precisão nas investigações, constituindo-se como um grande aliado de proteção dos indivíduos, na medida em que uma filmagem pode denunciar uma ação arbitrária ou até mesmo inocentar um indivíduo que esteja sendo acusado de algum crime que não cometeu, por exemplo.

O projeto das novas delegacias, da unificação e sistematização de dados, contou com a participação de especialistas da COPPE¹⁷ e vislumbrava uma atuação mais inteligente e menos truculenta nas ações policiais. Com o auxílio de novas tecnologias, foi possível avançar na agilidade, assim como, diminuir bastante o número das injustiças cometidas pelo aparato policial. Essas mudanças, só foram possíveis devido à participação do elemento civil e da aproximação com a Universidade. Isso não significa dizer que o comando militar, historicamente à frente das instituições de segurança eram incapacitados. No entanto, fatores como a reprodução das velhas práticas, o imobilismo, o corporativismo e a resistência à participação de outras áreas nas questões sobre segurança pública, foram e continuam sendo os principais entraves para a criação de uma polícia mais eficiente e democrática.

O segundo momento após a Constituição de 1988 em que houve uma tentativa de intervenção na forma de atuação da polícia do estado do Rio de Janeiro, ocorreu na gestão do governador Sergio Cabral que, no ano de 2008, deu início ao projeto que passou a ser chamado de “pacificação” e foi materializado com a criação das denominadas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora). A primeira UPP foi inaugurada em dezembro de 2008 na comunidade da Santa Marta que fica em Botafogo, área nobre da cidade do Rio de Janeiro.

Inaugurada um ano após o Rio de Janeiro ter apresentado a sua pré-candidatura aos jogos olímpicos de 2016 e da confirmação do Brasil como sede da copa do mundo de futebol de 2014 as UPPs surgiam como o grande projeto do governo para garantir a paz e uma nova imagem do Rio de Janeiro como uma cidade segura para sediar quaisquer megaeventos de ordem mundial como a Copa do mundo de futebol e uma possível olímpiada, que ainda haveria de se confirmar. O discurso oficial das autoridades em relação à criação das UPPs estava na necessidade de retomada dos territórios ocupados pelo tráfico para diminuição dos índices de violência urbana. Com isso, o governo estadual foi capaz de captar recursos públicos do governo federal e até mesmo investimentos privados, pois a chamada pacificação favorecia bastante a atuação do mercado.

Anunciado como um projeto inovador no âmbito das Políticas de Segurança Pública do Rio de Janeiro, a chamada pacificação previa novas formas de atuação da polícia militar

¹⁷ Coordenação de Programas de Pós Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Fundada em 1963 a COPPE é um dos maiores centros de pesquisa e engenharia da América.

nos morros e comunidades da cidade. A retórica governamental baseava-se no discurso do policiamento de proximidade. Para isso acontecer, seria necessária a retomada dos territórios, que, com o abandono de anos por parte do poder público, havia se transformado em grandes trincheiras para os traficantes e criminosos que passaram a dominar essas regiões.

A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades. (CARVALHO, p.13)

A legitimidade para o estabelecimento das UPPs foi se consolidando pela publicação de decretos governamentais. Os primeiros decretos não pareciam vislumbrar uma verdadeira política de segurança pública, mas o caráter autorizativo era o suficiente para o início das intervenções policiais na tentativa da diminuição dos índices de violência e da imagem da cidade no exterior. A regulamentação do projeto teve início com os decretos de criação das UPP nº 41.650 de 21 de janeiro de 2009 e o decreto nº 41.653 de 22 de janeiro do mesmo ano, que determinava uma gratificação de R\$ 500,00 para os policiais que atuassem nas UPP. O fato de o primeiro decreto só ter sido assinado um mês após a inauguração da UPP de Santa Marta, nos permite perceber um atropelamento das ações intervencionistas do que viria a se tornar o principal projeto da Política de Segurança Pública do Rio de Janeiro na virada para a segunda década do século XXI.

[...] o que se costuma chamar “política de segurança” quase sempre não passa de intervenções policiais, reativas e fragmentárias, determinadas pelas tragédias cotidianas. Intervenções que, por sua vez, são ditadas pela visibilidade pública e pelo varejo das pressões. (SOARES, 2000)

O percurso traçado pelas autoridades governamentais da área da segurança teve início a partir da grande visibilidade midiática alcançada com o anúncio da primeira UPP. O apelo desesperado da sociedade pela diminuição da violência e a necessidade de resultados rápidos que pudesse responder às pressões internas e garantir a imagem de uma cidade segura no exterior, fez o projeto ganhar visibilidade e o discurso do governo, pautado na retórica de um novo paradigma de atuação policial comunitária ganhar força perante a mídia e uma grande parcela da sociedade fluminense. Sendo assim, aos poucos, o projeto das UPP foi ganhando um ordenamento legal e funcional caracterizando-o como uma política de Segurança Pública que buscava, ao menos na teoria, atuar em consonância com os direitos humanos e os PNDH.

Um dos decretos que pode ser considerado fundamental na tentativa de consolidar as UPP como uma política de segurança pública foi o nº 42.787/2011. Esse decreto delimitava as cinco etapas para a implementação das UPP: intervenção tática, estabilização, implantação, avaliação e monitoramento. (Franco, 2013). Ainda sob determinação do mesmo decreto foi instituída a Coordenadoria de Polícia Pacificadora – CPP, órgão responsável por organizar, dirigir e implementar as UPP no Rio de Janeiro. No discurso das autoridades de Segurança Pública, caberia à CPP a missão de construir a “pacificação” com um novo modelo de policiamento que fosse capaz de garantir eficiência com a efetividade da presença, ou seja, uma polícia de proximidade.

Dessa forma, a CPP começou a elaborar estratégias para por em prática as cinco etapas determinadas pelo decreto mencionado acima. A primeira ação para implementação da UPP consistia na ocupação militar, que geralmente acontecia com o auxílio das tropas especializadas como o BOPE e o BPCChoque. A partir da ocupação inicial, que as autoridades passaram a chamar de retomada do território, o processo avançaria, passando pelas outras quatro etapas mencionadas até chegar à última que seria o monitoramento das ações dos policiais da UPP. Outro ponto importante a se destacar foi a criação da Coordenadoria de Ensino e Pesquisa, que tinha como meta a capacitação e difusão dos policiais que atuariam nas UPP (FRANCO, 2013), mantendo como princípio uma formação que valorizasse os direitos humanos e fortalecesse as ideias do policiamento comunitário.

Arelado ao discurso da pacificação, estava a retórica governamental da ampliação das políticas sociais, que, após a retomada dos territórios, supostamente, teriam maior facilidade para serem colocadas em prática. Um dos maiores defensores desse discurso foi o secretário de segurança pública José Mariano Beltrame, que aparecia constantemente em suas entrevistas defendendo a necessidade de integração da pasta da segurança com as áreas voltadas para o social. Beltrame comandou a pasta da segurança no Rio de Janeiro durante os dois governos de Sergio Cabral e na primeira metade do governo Pezão, tendo sido um dos grandes responsáveis pelo projeto das UPP.

Não obstante a ideologia das políticas públicas voltadas para a “pacificação” e o acesso a direitos sociais como garantia de cidadania, é preciso refletir sobre as questões implícitas que permeavam o projeto das UPP. Sem deixar de considerar os resultados expressivos de redução da violência conforme veremos ao longo desse trabalho, há a necessidade de se observar que, se por um lado a chamada pacificação foi aprovada por uma parcela da população, por outro, surgiram diversos questionamentos sobre a efetividade dos

serviços sociais, do controle exercido pelo Estado e até mesmo da manutenção de práticas violentas, ainda que de forma mais isolada, por parte de alguns policiais.

Conforme já dissemos, o projeto da UPP surge em meio à necessidade de uma rápida resposta à sociedade e às aspirações do Rio de Janeiro em sediar os principais eventos esportivos do mundo – Copa do Mundo de futebol e Olimpíadas. A opção de criação de unidades de policiamento diferenciado nos morros e comunidades da capital fluminense parece evidenciar uma reprodução estrutural e totalmente discriminatória de associação da delinquência e criminalidade com a pobreza. Sendo assim, essas novas unidades de polícia continuam a atuar como força reguladora do Estado. No entanto, a questão principal não parece estar na regulação do Estado, mas na opção pela associação entre o público e o privado no sentido de investimentos para o desenvolvimento de projetos sociais que passaram a ocorrer de maneira verticalizada, deixando de considerar aqueles que deveriam ser os principais interlocutores do Estado, os moradores das comunidades.

Essa correlação de interesses entre políticas de segurança, social e econômica, a partir da associação do público com o privado demonstra mais uma vez que o Estado continuou a atuar em favor das classes hegemônicas. Nesse sentido, o processo de criminalização das áreas mais pobres serve como justificativa para a imposição de um paradigma cultural coercitivo que se impõe por meio do aparato regulador das polícias nos levando a refletir sobre os objetivos implícitos dessa política das UPP. Polícia de quem e para quem?

Na prática, as políticas sociais, propostas de maneira articulada com o projeto das UPP, se materializaram com a criação da UPP social¹⁸. Com isso, mais uma vez, percebe-se que a disposição para o diálogo entre o Estado e os moradores das áreas mais pobres tinha como principais intermediárias as forças policiais. Ao mesmo tempo em que essa dinâmica reflete um processo de criminalização da pobreza, nos anos iniciais, o projeto das UPPs conseguiu com o apoio da grande mídia, ganhar legitimidade por parte da aceitação da opinião pública, garantindo os interesses sociais e econômicos das elites hegemônicas que percebiam na diminuição dos índices de criminalidade, um cenário favorável à manutenção do seu *status quo*.

¹⁸ Programa coordenado pelo Instituto Pereira Passos em parceria com a ONU-habitat que tem como objetivo promover o desenvolvimento urbano, social e econômico por meio de uma parceria entre o governo estadual e a prefeitura do Rio de Janeiro nas favelas e comunidades contempladas com as Unidades de Polícia Pacificadora – UPP.

Tabela 7 - Indicadores de criminalidade e atividade policial em áreas de UPP (2007 a 2015)

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Homicídio	179	140	99	92	75	64	52	72	109
Homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial	180	139	128	52	38	37	20	24	38
Letalidade violenta	361	284	230	147	118	105	76	97	150
Ocorrências em flagrante	381	343	576	642	887	1184	1475	1625	1783
Latrocínio	0	3	3	1	2	4	1	1	1

Fonte: ISP

Os dados apresentados na tabela acima demonstram que não obstante a parceria pública-privada que direcionava as políticas de segurança em favor dos interesses do mercado, tivemos uma diminuição significativa nos indicadores de criminalidade e violência a partir da implementação das UPP. Ainda que o referido projeto tenha suscitado muitas críticas, percebe-se que, a intervenção do Estado por meio do modelo de policiamento de proximidade diminuiu o número de mortes. No que diz respeito à análise principal desse trabalho, temos nos indicadores de letalidade violenta e de homicídios decorrentes da oposição às intervenções policiais, o reflexo dessas novas orientações, que ao valorizar o modelo de aproximação entre Estado/comunidade nas áreas das UPPs, reduzia o número de operações policiais pautadas pela prática do confronto e do desrespeito aos direitos dos moradores dessas localidades.

Foi a partir de 2015, que o projeto das UPPs começou a apresentar os primeiros sinais de falência. O desgaste com a população crescia, na medida em que surgiam as denúncias de abuso de autoridade e abordagens discriminatórias. Outro importante fator a se destacar é que a ocupação não significou a expulsão ou prisão dos antigos grupos de criminosos armados que aos poucos voltaram a ser percebidos com mais frequência em algumas áreas. O recente trabalho de pesquisa feito pelo CESeC¹⁹ aponta que, para a população das áreas ocupadas, o desmonte do projeto começou a se evidenciar pelo não cumprimento das promessas de melhorias na infraestrutura e na ampliação dos serviços públicos dessas comunidades e ganhou força com a volta dos tiroteios e das ações abusivas por parte dos policiais que devido

¹⁹ O Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) é um centro de pesquisas em segurança pública fundado no ano 2000 pela Universidade Cândido Mendes – RJ. O principal objetivo do CESeC é o desenvolvimento de pesquisas e projetos que contribuam para o aperfeiçoamento do sistema de justiça criminal e subsidiem políticas públicas voltadas à redução da criminalidade com respeito aos direitos humanos.

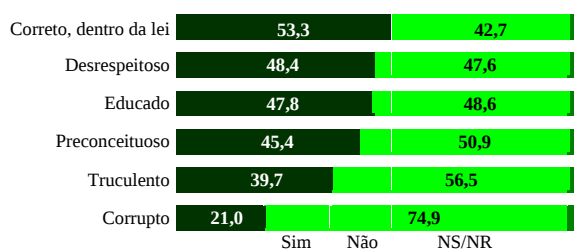
à bancarrota do projeto já não recebem mais o mesmo tipo de formação em direitos humanos que os policiais das UPP recebiam no início do projeto.

A retomada da política de confronto e o consequente aumento dos homicídios decorrentes de intervenção policial nas UPP atestam o fracasso do projeto e se traduzem, para os moradores e policiais de boa parte das favelas ocupadas, em medo, tensão, insegurança e instabilidade – ou seja, no exato oposto do que se poderia chamar de pacificação. (MUSUMECI, 2017)

O desmonte do projeto fez recrudescer a violência policial nas áreas em que outrora esses índices haviam diminuído. Em trabalho de pesquisa apresentado por Leonarda Musumeci, coordenadora do CESeC, com moradores das regiões onde foram instaladas UPP²⁰, apontam que, com o passar do tempo e as mudanças de direcionamento na política de segurança pública do estado, a população voltou a conviver não só com a violência imposta pela criminalidade, mas também com as antigas práticas policiais de violação de direitos dos moradores dessas comunidades.

Gráfico 2 - Avaliação do comportamento dos policiais na última abordagem sofrida

Avaliação do comportamento dos policiais na última abordagem sofrida
(% dos entrevistados que disseram ter sido abordados pelo menos uma vez nos últimos 12 meses)



Fonte: CESeC, 2017.

Ainda segundo a pesquisa, para 78% da população a sensação de segurança não mudou com a chegada da UPP. Sobre a avaliação das abordagens policiais, a insatisfação aumenta para aqueles que já foram abordados mais de uma vez, atingindo um percentual de 52,4% entre as pessoas que consideram ruim ou péssimo o tratamento recebido. Outro importante ponto a destacar é que a confiança nos policiais das UPP varia muito conforme a faixa etária e a cor da pele dos moradores. Em uma escala de 0 a 10 as menores notas foram dadas por jovens até 17 anos - nota 3,9 e por pessoas de pele preta - nota 3,9.

²⁰ Pesquisa focal realizada entre 08 de agosto e 25 de outubro do ano 2016.

É importante destacar que os dados foram coletados no ano 2016, no qual uma série de questões políticas envolvendo corrupção no governo estadual e até mesmo a trama golpista que derrubara a presidenta Dilma contribuíram para a retomada das políticas neoliberais e a diminuição de vários programas sociais que deveriam caminhar juntos com a política de segurança pública. Sendo assim, a pesquisa reflete, não só a falência do projeto das UPP, mas um redirecionamento ao paradigma tradicional de segurança pública que criminaliza pobres e pretos e atua de maneira violenta e ineficaz. Isso não significa dizer que a UPP foi um modelo de sucesso, mas a tentativa de mudanças na forma da atuação policial e os números iniciais de diminuição da violência trouxeram a esperança de muitos moradores que, mesmo com todos os problemas já mencionados, demonstravam o desejo de manutenção das UPP nessas comunidades. Para 59,7% dos entrevistados, a UPP deveria continuar. No entanto, entre os quase 60% que apoiavam 43,7% acham que o projeto deveria passar por algumas mudanças.

Gráfico 3 - Medidas que ajudariam muito a melhorar a UPP (%)



Fonte: CESeC 2017

No que concerne a São Gonçalo, eram comuns, no início da instalação das primeiras UPP no Rio de Janeiro, os boatos que circulavam entre os moradores da cidade de que alguns traficantes das regiões onde haviam sido implantadas as UPP estavam migrando para São Gonçalo e outras cidades da região metropolitana. Mas, indo de encontro a esses boatos, os dados oficiais da violência na cidade mostram que os números diminuíram de maneira considerável durante os primeiros anos da chamada política de pacificação das UPP, voltando a crescer após o ano de 2015.

Conclui-se a partir daí que, assim como a tentativa de mudanças proposta pela equipe de Soares no início do governo Garotinho, o projeto das UPPs, ainda que direcionado a algumas localidades específicas reflete o direcionamento de políticas de segurança pública desejosas de atuar em consonância com os PNDHs. Contudo, ainda que alguns indicadores

dessas políticas apresentem um resultado positivo, elas não foram capazes de romper com a estrutura de organização policial violenta e ineficiente que continua a vigorar em nossa sociedade.

2.3 A institucionalização da violência em São Gonçalo: A polícia nas páginas dos jornais

Nas duas últimas décadas, a população gonçalense presenciou um enorme crescimento da violência na cidade. Essa violência pode ser compreendida a partir da análise dos dados do aplicativo fogo cruzado²¹ e dos registros de tiroteios realizados pelo aplicativo a partir da sinalização da própria população. A incidência dos tiroteios revela o agravamento da falta de segurança pública, que aumenta, na medida em que há um crescimento da criminalidade e o despreparo da polícia em preservar a vida das pessoas que residem em áreas controladas pelo tráfico de drogas. Segundo o aplicativo, os bairros mais atingidos por tiroteios entre julho de 2016 e 2018 foram o Jardim Catarina, Amendoeira, Jóquei e Salgueiro. No ano de 2019, o Salgueiro chegou a registrar 16 tiroteios somente no mês de abril, isso significa que em média, a cada dois dias durante aquele mês, os moradores conviveram com essa dura realidade. Em relação ao número de mortes resultantes desses tiroteios, o bairro Jardim Catarina contabilizou 21 mortes, seguido pelo Salgueiro com 15 e Amendoeira com 10.

Na maioria das vezes, os tiroteios são originados pelas disputas de facções criminosas rivais ou por operações policiais que visam a combater o tráfico de drogas realizado pelos criminosos dessas facções. Ainda que a violência institucional seja invisível aos olhos de uma parcela da sociedade que não vivencia diretamente essa realidade, as notícias dessa violência e da violação dos direitos humanos, seja ela por parte dos traficantes ou do próprio aparato policial, surgem diariamente estampando as capas dos jornais que cobrem a cidade. Apesar da dificuldade de se compreender a complexidade da origem e da propagação desenfreada dos mais variados tipos de violência urbana, nos assusta o fato do Estado, o qual deveria ser o principal responsável pela proteção e segurança dos cidadãos, atuar como um propagador dessa violência.

²¹ Aplicativo digital criado em 2016, com o propósito de registrar incidências de tiroteio e violência armada. Os dados coletados e armazenados no aplicativo são oferecidos pela própria população que informa de maneira anônima todas as vezes que percebe a ocorrência de tiroteios em alguma região.

Em relação às polícias estaduais, São Gonçalo está sob a competência do 7º Batalhão, no âmbito da Polícia Militar e das Delegacias de Polícia do Centro – 72ª, Neves – 73ª, Alcântara – 74ª e Rio do Ouro – 75ª, na esfera da Polícia Civil. A área de atuação do 7º BPM corresponde a AISP 7²² e está subdividida pelas CISP (Circunscrições de Segurança Pública) que correspondem às áreas de cada delegacia. Nos últimos anos, além das ações desastrosas que colocam em risco a vida dos moradores dos bairros mais pobres, o 7º BPM ganhou as páginas dos jornais por uma série de denúncias que envolveram corrupção, tráfico de drogas e até mesmo o assassinato da Juíza Patrícia Acioli, que atuava no Fórum da cidade.

Um ‘batalhão’ de policiais a serviço do tráfico em SG

Quase seis anos após a morte da Juíza Patrícia Acioli, o 7º BPM (São Gonçalo) voltou ao centro das atenções, desta vez, por envolvimento em um dos maiores casos de corrupção da Polícia Militar. Uma investigação da Delegacia de Homicídios de Niterói Itaboraí e São Gonçalo (DHNISG), iniciada em fevereiro de 2016, resultou na operação Calabar, na qual os agentes públicos são acusados de receber propina para facilitar a vida de traficantes da cidade. A megaoperação tinha como objetivo cumprir 185 mandados de prisão, sendo 97 de PMs denunciados por corrupção e o restante de traficantes. Todos os envolvidos são lotados ou já prestaram serviços ao Batalhão de São Gonçalo (*O São Gonçalo*, 29/06/2017)

O caso retratado na reportagem acima revela uma proximidade de um grande número de agentes do 7º BPM com traficantes da cidade e demonstra como aqueles que deveriam combater a criminalidade e a violência decorrente de suas ações acabam atuando em favor delas e deteriorando ainda mais a imagem da polícia perante a sociedade. É preciso destacar que a violência policial não pode ser reduzida apenas à promiscuidade de uma parcela da corporação, mas que é fruto de um longo processo histórico de militarização, criminalização da pobreza e discurso de manutenção da ordem.

Diferentemente dos dias atuais, nas décadas de 1950 e 1970 a violência policial não era tão visibilizada assim. Isso não significa dizer que ela era inexistente, mas talvez, devido à sutileza de suas ações, assim como, o contexto histórico de cada uma dessas épocas, as notícias de violência policial não repercutiam tanto e acabavam sendo invisibilizadas aos olhos de grande parte da sociedade. No primeiro capítulo deste trabalho, vimos que, na década de 1950, a cidade de São Gonçalo vivenciou o grande “boom” dos loteamentos. No entanto, o fato de muitos desses loteamentos não terem sido ordenados pelo poder público municipal contribuiu para que alguns bairros crescessem à margem das regiões centrais da cidade. Dessa forma, foram surgindo residências irregulares e desprovidas de qualquer intervenção pública que lhes garantisse os direitos básicos da cidadania. Além da negligência na urbanização de

²² AISP – Área Integrada de Segurança Pública

algumas áreas, as pessoas residentes em alguns desses lugares, passaram a ser vistas pela polícia como potenciais transgressoras da lei e da ordem. A construção desse estereótipo em relação aos moradores dos bairros mais pobres tem como consequência uma carga de violência ainda maior quando confrontada com as ações policiais que se utilizavam do discurso da lei e da ordem como forma de legitimar suas ações de violência.

No que concerne à violência policial em São Gonçalo, na década de 1950, não foram encontradas informações específicas nos jornais da época que pudessem fazer alusão explícita a essa prática tão perceptível nos dias atuais. Mas algumas notícias ligadas à área da polícia e da segurança pública no estado do Rio de Janeiro podem nos ajudar a compreender melhor as possíveis mudanças ou permanências na atuação policial ao longo dos anos. Com o título “Severa repressão aos agentes das transgressões” o Jornal *O São Gonçalo* apresentou uma mensagem do então governador, Miguel Couto Filho à Assembleia Legislativa. A referida mensagem chama a atenção pelo discurso da negação de uma violência que ainda nem era tão evidenciada assim.

Dois problemas que preocupam particularmente o governo fluminense são a manutenção da ordem pública e a repressão dos jogos proibidos, ao uso de entorpecentes e as publicações imorais, que formam o grupo mais insólito das transgressões responsáveis pela insegurança social no Estado. Sem permitir a prática de métodos coercitivos não condizentes com a dignidade do indivíduo, mas atuando com a energia necessária através de um perfeito entrosamento entre os diversos setores policiais, esta campanha se faz sentir principalmente contra certos grupos de contraventores recalcitrantes que se obstinam em agir no Estado do Rio [...]. (O São Gonçalo. 20/03/1955)

Nessa mensagem direcionada a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o governo utiliza-se do discurso da ordem pública para legitimar as ações policiais. Outro ponto a se destacar encontra-se na retórica da dignidade dos indivíduos. Apesar da violência policial não ter muita visibilidade na imprensa, ao destacar a necessidade de uma atuação sem práticas de violência, a mensagem indica que essas práticas poderiam ser muito mais constantes do que o divulgado nos jornais da época.

É importante destacar que, durante a década de 1950, o Brasil, que já fazia parte da ONU, havia ratificado a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Sendo assim, a retórica do governador, na mensagem enviada ao legislativo parece cumprir os protocolos políticos dos acordos internacionais. Contudo, algumas práticas de violação de direitos e de violência policial, continuavam a acontecer.

[...] Ainda agora, o promotor Edmundo Alvim, recebeu queixa do Sr. Adelino Ferreira contra a lamentável ocorrência provocada pela R. P. 2 no bairro Estrela do Norte. Na semana que se finda, houve um atropelamento, às 10 horas, naquele local, tendo comparecido a R. P. 2 que por informação procurou prender Alexandre Ferreira Sobrinho [...] Como o mesmo não fosse encontrado, a referida guarnição por conta própria, contra todas as leis que mantem a inviolabilidade dos lares, invadiu uma hora depois o prédio nº 112 da rua Adalberto Nicoll, onde reside com sua família, sob a alegação de que Alexandre ali estaria escondido. (*O São Gonçalo*. 17/02/1957)

A referida reportagem foi publicada na página das ocorrências policiais com o título: “A rádio patrulha invadiu uma residência no Alcântara”. É possível perceber, por meio desta ocorrência, registrada nas páginas do jornal *O São Gonçalo*, o total despreparo da polícia que para tentar solucionar um caso aparentemente accidental, no qual o suposto acusado não demonstrava grandes perigos para a população, a polícia, por meio da rádio patrulha atuou de maneira violenta e totalmente em desacordo com as determinações legais. Outro ponto importante a se destacar é que o bairro Estrela do Norte situa-se às margens de uma das principais vias de ligação entre o Centro e Alcântara. Dessa forma, depreende-se que os abusos das autoridades policiais não ocorrem somente nas regiões mais distantes e negligenciadas pelo poder público.

Ao analisarmos a violência institucional na cidade de São Gonçalo na década de 1950, é preciso considerar que a densidade demográfica da população gonçalense ainda estava concentrada nos bairros centrais. Não obstante o processo de loteamento e do crescimento urbano desordenado da cidade, a ação de policiamento ainda se concentrava nos bairros de maior incidência populacional ou comercial, como Neves, Alcântara e Centro. Com o passar dos anos, os impactos dos loteamentos na nova ordenação urbana e populacional da cidade começaram a surgir e, como vimos no capítulo anterior, a falta de ações públicas do poder municipal corroborou com a marginalização de áreas ocupadas pelos mais pobres.

Diferentemente da década de 1950, em que as notícias de violência policial ocorriam de maneira isolada e não encontrava respaldo nos discursos das autoridades, que, ao menos na retórica, demonstravam preocupação com os direitos e a dignidade dos cidadãos, a década de 1970 pode ser compreendida como um período em que a violência policial acontecia de maneira ordenada e legitimada pelas autoridades. Durante a ditadura civil-militar o Estado autoritário e não democrático passou a instrumentalizar o aparato policial como um mecanismo de coerção a todos os indivíduos que direta ou indiretamente estivessem colocando à prova o que as autoridades militares entendiam como ordem política e social. Na prática, ao difundir em âmbito nacional a ideologia da Doutrina de Segurança Nacional, o

Estado passou a utilizar-se das instituições policiais como instrumento de coerção e limitador das garantias individuais dos cidadãos brasileiros.

Foi a partir da década de 1970, que a cidade de São Gonçalo passou a vivenciar com mais intensidade o processo de criminalização da pobreza. Os impactos do crescimento populacional e da urbanização desordenada das décadas anteriores, tais como, falta de moradias e infraestruturas, desemprego e crescimento da violência começaram a aparecer. A perda do fôlego industrial aumentava o número dos desocupados e as ações de violência da polícia demonstravam que, para além da repressão política do período da ditadura, o processo de criminalização da pobreza indicava na prática, o velho discurso da manutenção da ordem, como forma de justificar os abusos e as violações de direitos por parte dos policiais. Na conjuntura da época, alguns jornais utilizaram seus espaços para corroborar com a lógica da repressão discriminatória. Dessa forma, ainda que o Estado de exceção imposto pelos militares restringisse as informações sobre a segurança pública no Rio de Janeiro, algumas ações coordenadas pelas polícias militar e civil ganhavam visibilidade nos jornais. Com o título: “Limpeza na cidade para o carnaval levou mais de 100 para as prisões”, o *Jornal O São Gonçalo* apresentou a seguinte matéria, um pouco antes da festa de carnaval de 1970.

Blitz policial efetuada pela Delegacia de Alcântara reforçada por contingente do 1º polícia militar, logrou na última madrugada prender cerca de 80 pessoas, ocasião em que o objetivo era limpar a cidade para o carnaval, dando completo combate aos marginais e desocupados. Dois ônibus, um do 1º BPM e outro cedido pela viação Estrela ficaram inteiramente lotados, depois de sucessivas buscas nos mais diferentes bairros da circunscrição [...]. (*O São Gonçalo*, 07/02/1970)

Sobre esta notícia, podemos destacar pelo menos dois pontos que parecem ser fundamentais para a melhor compreensão das ações policiais durante a década de 1970. O primeiro encontra-se no discurso da ordem, enfatizado pela utilização do termo “limpeza na cidade” e o segundo na associação da desocupação com a desordem. Nesse sentido, é necessário refletir como alguns jornais foram instrumentalizados pelas autoridades para a propagação de suas ideias.

Dessa forma, a análise da violência policial no âmbito municipal reproduz a lógica da violência estrutural na qual se encontra organizada a sociedade, ou seja, a forma como as ações policiais se manifestam são intrínsecas ao discurso enraizado em nossa história que insiste em tratar pessoas pobres e negras como possíveis causadores de uma suposta “desordem social”. Machado e Noronha, 2002, afirmam que a violência oficial²³ varia conforme o grau de tolerância, governamental ou populacional, levando a que, em certos

²³ Termo utilizado para se referir à violência praticada pelas instituições policiais.

lugares haja mais vigilância policial do que em outros. Essa realidade agrava ainda mais as disparidades na segurança pública e no crescimento da criminalidade em algumas áreas.

Esquema de Segurança do carnaval de SG começa amanhã às 12 horas

A partir das 12 horas de amanhã até a mesma hora de quarta feira de cinzas, estará em vigor o esquema de segurança montado para o carnaval em São Gonçalo, visando garantir a tranquilidade dos foliões que acorrerão as ruas e clubes da cidade [...].As duplas de Cosme e Damião²⁴, a exemplo de outros anos, no período de carnaval vão se deslocar pela cidade, atuando principalmente nos bairros de maior movimento, como sejam, Paraíso, Rodo de São Gonçalo, Santa Catarina e Rodo de Alcântara. (*O São Gonçalo*, 6/2/70)

Decerto que as áreas mais movimentadas demandam um maior efetivo de policiamento, principalmente nos grandes eventos, como é o caso do carnaval. No entanto, o que se percebe na reportagem, é um direcionamento do efetivo para os bairros centrais da cidade, desconsiderando que o festejo carnavalesco também ocorria em outros bairros da cidade. Outra preocupação do policiamento apresentada pelo jornal era em relação aos clubes - Tamoio e Mauá - onde muitas famílias costumavam brincar o carnaval.

Ao longo desta pesquisa, verificou-se a ausência de notícias explicitando a violência ou ações preventivas por parte da polícia em alguns bairros durante a década de 1970. Essa situação reforça o abandono do poder público por algumas regiões da cidade, assim como, o contexto político da falta de informações e do medo da divulgação dos abusos cometidos pelo Estado.

Alguns dos aspectos apontados por Noronha e Machado como fundamentais para a variação comportamental da polícia estão na orientação governamental, no uso da violência e na aceitação social da violência para resolver os conflitos. A desigualdade no tratamento dispensado às pessoas nas abordagens policiais faz com que a confiança seja ainda menor em algumas regiões e que a violência seja considerada um instrumento aceitável em outras. Dessa forma, algumas notícias do jornal *O São Gonçalo* chamam a atenção pelo tratamento criminal dado às pessoas desocupadas que ocupavam os espaços públicos da cidade durante a década de 1970.

Desocupados infestam o Boaçu e moradores querem policiamento urgente

Moradores e comerciantes instalados na rua Carlos Gianelli no Boaçu, estão endereçando veemente apelo às autoridades gonçalenses no sentido de que seja iniciada uma campanha de combate aos marginais e desocupados que infestam a região [...] Naquele trecho grande número de marginais fazem ponto diariamente [...]. O apelo que aquelas pessoas fazem às autoridades tem por objetivo solicitar um policiamento para a região pois somente desse modo – acreditam eles - a anomalia será evitada. (*O São Gonçalo*, 28/01/1970)

²⁴ Designação dada ao policiamento realizado a pé por duplas de policiais na cidade.

A rua Carlos Gianelli liga o bairro Boaçu ao centro da cidade, e, se caracteriza por ser uma rua importante para o comércio em São Gonçalo. Sobre o teor completo da publicação da notícia acima, o jornal apresenta denúncias de importunação e impropérios os quais as senhoras e crianças que transitavam pela via eram “obrigados” a ouvir. Ao analisarmos a conjuntura acerca dessa notícia, é preciso destacar a força e a influência que os comerciantes exerciam junto às autoridades públicas, o que fazia com que as suas reivindicações ganhassem destaque nas páginas dos jornais. Outra questão a ser observada é o incômodo causado pelas pessoas desocupadas, chegando a serem colocados na mesma categoria dos supostos marginais que ocupavam a região. Por fim, há de se considerar a preocupação com a segurança da região central da cidade, assim como, a legitimidade concedida à polícia para atuar em uma situação de desconforto para um determinado grupo social e para a ordenação urbana das vias centrais.

Portanto, o inconformismo com a violência ou qualquer tipo de exagero nas ações policiais tendem a ser minimizadas pelos grupos menos vulneráveis a sofrerem por essas ações. Em pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos sobre a Violência (NEV-USP) apresentada em artigo do ano de 1997 por Nancy Cardia sobre a violência policial em São Paulo e Rio de Janeiro, a polícia é percebida menos como fonte de segurança e mais como agente da força. Não obstante o trabalho do NEV não ser especificamente direcionado à cidade de São Gonçalo, ele nos serve de parâmetro por também retratar a realidade do Rio de Janeiro. Os dados apresentados por Cardia revelam que a percepção dos moradores das áreas mais pobres sobre a polícia no período da transição da ditadura para a democracia era de total desconfiança e incredulidade nas instituições policiais como garantidora da segurança. Alguns dados sobre a imagem da polícia são bastantes significativos. Para cerca de 88% dos entrevistados havia a possibilidade de policiais estarem envolvidos com o crime. Outro aspecto importante ratificado pela pesquisa é que negros e pobres são maltratados e que os ricos recebem melhor tratamento por parte dos policiais. Esses dados só reforçam a invisibilização da prática policial violenta contra as camadas mais pobres no período que vai do fim da ditadura até os anos iniciais após a volta da democracia.

Mas, diferentemente das décadas de 50 e 70, nos anos 2000 e 2010 ocorre um aumento na visibilidade das violações policiais. Se, por um lado, as instituições democráticas não foram capazes de garantir as reformas necessárias para o aperfeiçoamento da polícia brasileira, por outro, a democracia possibilitou o debate acerca das violações dos direitos humanos e como consequência disso uma maior divulgação dos abusos cometidos pelas instituições policiais. No entanto, ao mesmo tempo em que a Constituição de 1988 garantiu as

liberdades de expressão, de manifestação e da imprensa, a permissão para a construção/manutenção de ordenamentos jurídicos diferenciados para as instituições militares funcionam como um escudo, na medida em que os atos de violação policial são julgados pelos próprios pares. Segundo Cardia (1999), o fato de a transição democrática ter sido feito pela cúpula de dominação política vigente, fez com que não houvesse uma ruptura completa com o autoritarismo policial dos tempos da ditadura militar. Em São Gonçalo, tanto a violência criminal quanto a institucional se intensificou nos bairros que historicamente sofreram descaso no processo de urbanização, infraestrutura e de políticas de segurança pública.

Decerto que a violência está presente em todos os recortes espaciais das grandes cidades e que em São Gonçalo essa realidade não é diferente. Todavia, dados coletados pela plataforma Fogo Cruzado apontam que a participação da polícia em eventos com extrema violência e altos índices de letalidade tem acontecido com muito mais frequência nos bairros mais afastados do centro da cidade, e que, nos últimos anos, essa violência vem aumentando cada vez mais. Como já dissemos anteriormente, esses bairros sofrem com o descaso histórico por parte do poder público desde a época dos loteamentos.

Tabela 8 - Agentes de segurança mortos e feridos 2018

Violência em São Gonçalo no ano 2016

Bairro	Tiroteio	Mortes	Presença de Policiais
Centro	2	0	0
Jardim Catarina	14	3	5
Jóquei	18	3	5
Salgueiro	23	7	10

Tabela 9 - Violência em São Gonçalo no ano 2019

Violência em São Gonçalo no ano de 2019

Bairro	Tiroteio	Mortos	Presença de Policiais
Centro	4	2	2
Jardim Catarina	69	23	33
Jóquei	92	28	40
Salgueiro	137	48	60

Fonte: Autor. Dados extraídos da Plataforma Fogo Cruzado.

Os dados da tabela revelam que houve um crescimento da violência na cidade nos últimos anos, evidenciado pelo número de tiroteios. Algumas constatações dessa tabela reforçam a diferenciação que alguns bairros sofrem em relação às políticas públicas de segurança e o desrespeito aos direitos humanos. A deflagração de tiroteios nos quais há presença de policiais ocorre com muito mais frequência em bairros como Salgueiro, Jóquei e Jardim Catarina enquanto nos bairros centrais, onde a presença da polícia é vista com mais frequência, atuando de maneira ostensiva, os registros de tiroteios são menores. Nas duas últimas décadas algumas ações policiais de extrema violência e com consequências de mortes ganharam as páginas dos jornais, mas ainda assim, muitos desses casos foram arquivados pela “justiça” militar. No início dos anos 2000, o jornal *O São Gonçalo* apresentou uma reportagem sobre o caso de um estudante de 14 anos, morto em ação do GEAT na comunidade da Coreia, que fica no bairro do Fonseca em Niterói, nas proximidades da fronteira geográfica com São Gonçalo. Apesar de não fazer parte do território gonçalense, o fato foi acrescentado a esse trabalho por refletir a forma de atuação da polícia estadual do Rio de Janeiro.

Subsecretário promete punir PMs responsáveis por morte de estudante

“Esses policiais – verdadeiros bandidos fardados desonram a corporação, degradam as instituições públicas e envergonham o governo”. O desabafo foi do coordenador estadual de Segurança, Justiça e Cidadania, Luiz Eduardo Soares, durante visita ao morro da Coreia em Niterói, onde na noite de segunda feira, o estudante Joilson Santana dos Santos, de 14 anos, foi morto com quatro tiros de fuzil durante uma operação do Grupamento Especial de Ações Táticas (GEAT) do 12º BPM (Niterói) no local. (*O São Gonçalo*, 24/02/2000)

As fortes palavras do subsecretário Luiz Eduardo Soares pareciam ser um sinal de uma nova visão na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Todavia, um pouco menos de um mês após o acontecimento e o posicionamento do subsecretário, Soares foi exonerado da pasta e, com isso, a tentativa de reformulação das polícias, proposta pelo governo Garotinho, entrou em derrocada. Naquela mesma edição, o jornal *O São Gonçalo* abriu espaço para o desabafo dos moradores em relação à violência policial na região.

Moradores reclamam de truculência dos policiais

Os moradores do morro da Coreia aproveitaram a presença do coordenador de Segurança, Justiça e Cidadania do Estado, Luiz Eduardo Soares, e do comandante do 12º BPM para reclamarem da truculência de alguns policiais. “Tem uns que chegam aqui falando que vão matar todo mundo. Às vezes temos mais medo dos policiais do que dos próprios bandidos”, relatou a moradora Ana Tânia Soares, de 30 anos. (*O São Gonçalo*, 24/02/2000)

Como vimos no decorrer deste capítulo, Soares encontrou na prática, uma série de obstáculos para introduzir as ideias de segurança pública que o grupo do qual fazia parte havia planejado em seus estudos. O enraizamento das práticas violentas e autoritárias no cerne da polícia e a naturalização da violência por parte de uma parcela da sociedade tornaram-se verdadeiros obstáculos à introdução de novos métodos e até mesmo ao maior controle e às possíveis punições para os policiais que transgredissem as leis no exercício de suas funções.

Pesquisas revelam que o uso da força em operações policiais não diminui os índices de criminalidade. Um estudo feito pelo CENPE/MPRJ²⁵ aponta que a letalidade policial não provoca queda no número de crimes. Segundo esse mesmo estudo, no ano de 2019, algumas AISP apresentaram redução em relação à letalidade policial, enquanto a AISP 7 de São Gonçalo teve um aumento de 13, 2% em relação às mortes decorrentes de intervenções policiais. Algumas dessas ações tiveram grande repercussão na mídia, como foi o caso da ação policial no bairro do Salgueiro em 2017.

Operação deixa pelo menos sete mortos no complexo do Salgueiro, um dia após PM ter sido assassinado

Um tiroteio deixou pelo menos sete mortos no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio, na madrugada desse sábado. Segundo as primeiras informações, a ação teria sido realizada pela Coordenadoria de Recursos Especiais (Core). Mas a polícia civil garantiu que a participação da Core foi apenas para garantir o trabalho da delegacia de homicídios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí na realização da perícia. Disse ainda que os sete corpos localizados na comunidade foram encaminhados para identificação do Instituto Médico Legal (IML) da região. Segundo relatos das redes sociais, as vítimas estavam em um baile funk na localidade da Marinha. (Jornal Extra, 11/11/2017)

A chacina do Salgueiro, descrita nas páginas de um jornal de grande circulação no estado, denuncia o quanto a polícia estadual, vinculada a AISP 7 de São Gonçalo, tem atuado de maneira violenta e letal em suas operações nos bairros gonçalenses mais pobres e dominados pela criminalidade. Um aspecto muito comum nessas ações tem sido a negação da participação policial por parte das instituições de segurança pública. A estratégia de negar o envolvimento, ou, em alguns casos, de forjar um cenário de criminalização da vítima tem como dupla finalidade, a diminuição das possibilidades punitivas e condenatórias e a legitimidade das ações perante a sociedade.

Conclui-se, a partir dessas análises, que a estrutura organizacional das polícias, não sofreu nenhuma mudança significativa nessas últimas décadas. Sendo assim, percebe-se que essas importantes instituições continuam a reproduzir a mesma lógica de violência utilizada em outros momentos da nossa história como tentativa de imposição e controle. Com isso, a

²⁵ Centro de Pesquisas do Ministério Público do Rio de Janeiro

imagem dessas instituições permanece muito negativa, pois o uso da força e as sucessivas ações de arbitrariedade e violação dos direitos humanos, ao invés de garantir a proteção e o direito ao exercício da cidadania, têm demonstrado uma imensurável capacidade de gerar medo, aumentando ainda mais a desconfiança da população em relação à polícia.

3 EDUCAR PARA OS DIREITOS HUMANOS: OFICINAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

[...] Pessoas inocentes, que não tem nada a ver
Estão perdendo hoje o seu direito de viver [...]
Eu só quero é ser feliz
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci
E poder me orgulhar
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar
(Cidinho e Doca, 1994)

Este caderno de atividades tem como uma de suas principais finalidades, subsidiar os professores e professoras de História com oficinas relacionadas ao Brasil contemporâneo, de 1950 aos dias atuais, refletindo sobre os seguintes temas: violência policial, direitos humanos e exercício da cidadania. Considerando o cenário atual do crescente negacionismo acerca da importância dos direitos humanos, as oficinas pretendem evidenciar a escola como um espaço onde esses direitos fundamentais devem ser amplamente debatidos, potencializando o ensino de história como locus de construção de alunos críticos, que sejam capazes de problematizar e ressignificar o senso comum sobre os direitos humanos no Brasil.

3.1 Fundamentação legal

Com o objetivo de desenvolver a formação integral nos alunos e alunas, as atividades propostas têm como finalidade desenvolver não somente o domínio dos conteúdos conceituais, mas também os conteúdos procedimentais e atitudinais²⁶. Dessa forma, tendo em vista que o ensino de História, no âmbito das discussões teóricas e dos marcos legais da educação brasileira, relaciona-se diretamente com a formação cidadã dos indivíduos, pretende-se que as atividades contribuam para que os alunos e alunas saibam debater,

²⁶ Conceitos utilizados por Antoni Zabala que englobam valores, normas e atitudes e o saber fazer.

respeitar as diferenças e atuar como sujeitos transformadores da realidade histórica em que vivem.

(...)Temos que o ensino de História deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possam entender que cidadania não constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtida em lutas constantes e em suas diversas dimensões. (CIRCE BITTENCOURT, 2010)

No que se refere aos marcos regulatórios da educação brasileira em relação à implementação dos direitos humanos na educação básica temos o parecer nº5/2011 que já apontava os direitos humanos como um dos princípios norteadores da educação brasileira. As propostas de atividades apresentadas nesse trabalho estão de acordo com a nova BNCC e suas deliberações que orientam a educação básica.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2017).

Como vimos nos capítulos anteriores, os diversos tipos de violência urbana, seja a violência institucional ou criminal, principalmente nos bairros periféricos, como é o caso de alguns bairros da cidade de São Gonçalo, acabam se naturalizando e tendem a ser vistos como algo insuperável. Diante dessa realidade, o ensino de História assume um papel muito relevante para a compreensão do tempo presente e para o despertar de ações simbólicas ou não, que sejam capazes de combater as injustiças, assim como, romper com marcas históricas que insistem em permanecer, atingindo o individual e o coletivo das pessoas que vivem nessas áreas mais pobres. Segundo Circe Bittencourt, um dos grandes compromissos da História deve ser o aprofundamento da noção de cidadania, e isso, confere à História a necessidade de uma formação política na qual os alunos e alunas sejam capazes de refletir e atuar em prol dessas rupturas.

Sendo assim, as atividades apresentadas nesse trabalho foram pensadas, buscando associar o conteúdo curricular formal sobre as décadas de 1950, 1970 e anos 2000/2010 da história brasileira com a questão dos direitos humanos e da realidade local apresentada pela pesquisa nos capítulos anteriores.

Em relação ao campo específico da História, a BNCC²⁷ define esta disciplina, como parte integrante da área do conhecimento denominada de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. As propostas apresentadas neste capítulo estão em consonância com as determinações da BNCC na medida em que buscam colaborar com uma formação cidadã, crítica e de respeito aos direitos humanos através de análises e reflexões sobre diferentes períodos históricos. Algumas competências da BNCC que norteiam as atividades propostas neste capítulo:

1- Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

5- Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos.

6- Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

No que se refere às definições dadas pela BNCC para o campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no ensino médio, as atividades apresentadas, evidenciam, entre outras, as seguintes habilidades:

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os direitos humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

3.2 Oficinas

É fato que a violência urbana tem se constituído como um dos grandes problemas sociais do tempo presente, e que, essa violência apresenta-se por uma multiplicidade de

²⁷ Base Nacional Curricular Comum. Documento homologado pela portaria nº 1570, publicado no D. O. U em 21/12/2017.

formas que vão desde as ações criminosas até a orientação governamental que instrumentaliza a força policial como um agente dessa violência. Diante disso, acreditando que toda teorização sobre as questões estruturais, nas quais estão intrínsecas, o desemprego, a falta de suprimentos básicos e de dignidade para as classes populares são indissociáveis da questão da violência, mas nem sempre percebidas ou consideradas pelo Estado, é que apresento as atividades dessa oficina como forma de possibilitar por meio da análise das fontes históricas, o conhecimento, a reflexão e ações de exercício de cidadania e valorização dos direitos humanos. As atividades propostas foram pensadas para serem aplicadas nas turmas de 2º ou 3º ano do ensino médio.

3.2.1 Oficina 1: Cidadania e Direitos Humanos

Apresentação:

O termo “cidadania” tem origem no latim e significa “cidade”. Esse conceito que aparece na antiguidade grega e romana de maneira restrita e limitada a alguns grupos foi ganhando amplitude ao longo do tempo e atualmente é definido pelo senso comum como um conjunto de direitos e deveres instituídos para uma determinada sociedade por meio de sua Constituição.

No Brasil, a consolidação do termo cidadania nos remete a um processo de luta contra o período da ditadura militar que culminou com a derrubada do regime e com a coalização de forças políticas que, após a abertura política, buscaram atender as demandas dos diversos grupos sociais, consolidadas, ao menos na teoria, na Constituição de 1988 - que ao garantir os direitos civis, políticos e sociais passou a ser conhecida também como Constituição cidadã.

A compreensão acerca dos direitos humanos tem sido bastante distorcida por grupos conservadores que buscam deslegitimar as conquistas históricas garantidas por nossa Constituição. Sendo assim, essa oficina buscará apresentar uma reflexão sobre a necessidade de se lutar pela manutenção dos direitos conquistados ao longo da história, assim como, a percepção de que o termo cidadania, de uma maneira mais ampla, está atrelado à qualidade de ser cidadão e, conseqüentemente, sujeito na luta pela manutenção e ampliação de seus direitos e deveres.

Objetivos gerais

- Compreender a relevância da criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição de 1988;
- Identificar o conjunto de direitos humanos definidos pela convenção da ONU através da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948;
- Refletir sobre o respeito e as violações de direitos garantidos pela constituição de 1988.

Atividade I:**A - Metodologia**

A turma deverá ser dividida em no máximo cinco grupos. Após uma breve explanação sobre o contexto da criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o professor/professora deverá solicitar que cada grupo destaque dois artigos da Declaração que considerem mais relevantes para o exercício da cidadania e que estejam relacionados diretamente com os trechos da Constituição de 1988 que os alunos/as receberão junto com a declaração. Nesse primeiro momento, depois de discutirem entre si e selecionarem os artigos, cada grupo deverá apresentá-los brevemente para o restante da turma expondo os motivos que os levaram à escolha dos artigos.

Após o fechamento dessa primeira etapa, o professor/a entregará de maneira aleatória duas reportagens para cada grupo e pedirá que eles identifiquem as possíveis violações ou preservação dos direitos constitucionais e/ou humanos, que possam ser relacionadas com as reportagens analisadas. Como fechamento dessa primeira oficina, cada grupo deverá apresentar para o restante da turma um resumo das reportagens analisadas e os artigos que se relacionam a ela. Depois que todos os grupos se apresentarem, o professor deverá propor que utilizem as reportagens e os artigos para a produção coletiva de um grande cartaz denunciando a violação desses direitos.

B - Documentos a serem analisados

Documento I – Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universal e efetiva tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2º Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Artigo 3º Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4º Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão; a escravidão e o tráfico dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Artigo 5º Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6º Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica.

Artigo 7º Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8º Toda a pessoa tem direito a recurso efetivo para as jurisdições nacionais competentes contra os atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9º Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10º Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

Artigo 11º 1. Toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas. 2. Ninguém será condenado por ações

ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam ato delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o ato delituoso foi cometido.

Artigo 12º Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei.

Artigo 13º 1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado. 2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14º 1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países. 2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15º 1. Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade. 2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16º 1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais. 2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos. 3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado.

Artigo 17º 1. Toda a pessoa, individual ou coletiva, tem direito à propriedade. 2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18º Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19º Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20º 1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas. 2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21º 1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios, públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos. 2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país. 3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos: e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Artigo 22º Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis,

graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23º 1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual. 3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social. 4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Artigo 24º Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e às férias periódicas pagas.

Artigo 25º 1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. 2. A maternidade e a infância têm direito à ajuda e à assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social.

Artigo 26º 1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. 3. Aos pais, pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.

Artigo 27º 1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam. 2. Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Artigo 28º Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração.

Artigo 29º 1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade. 2. No exercício deste direito e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vistas exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática. 3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente e aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30º Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma atividade ou de praticar algum ato destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

ONU. 10 de dezembro de 1948

Link: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>

Documento II - Trechos da Constituição Federal de 1988

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp

Documento III - Reportagens

Vítimas de racismo e injúria racial relatam casos de agressão

Portal G1 - 19/07/2017

<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/07/vitimas-de-racismo-e-injuria-racial-relatam-casos-de-agressao.html>

Em novo caso de tortura em supermercado de SP, homem é amarrado e leva choques

O caso teria ocorrido, em março de 2018, mas as imagens só foram divulgadas agora.

Folhapress 20/09/2019

<https://www.folhape.com.br/noticias/brasil/em-novo-caso-de-tortura-em-supermercado-de-sp-homem-e-amarrado-e-leva/116855/>

Suspeito de assassinato é linchado e morto no Maranhão

Caso aconteceu na cidade de Araiões, a 408 km de São Luís. Wallison Silva Araújo, de 19 anos, é suspeito de assassinar um jovem no domingo (24).

Portal G1- 26/06/2018

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/policiais-nao-conseguem-conter-populacao-e-acusado-de-assassinato-e-linchado-no-maranhao.ghtml>

Sem dado preciso, Brasil pode ter até dobro do estimado de moradores de rua.

Portal UOL: 30/12/2019.

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/30/moradores-de-rua-numero-aumento.htm>

Três pessoas são mortas e bebê é ferido em operação policial no RJ.

Jovem de 17 anos está entre as vítimas; segundo a PM, os outros dois mortos portavam fuzis.

G1: 14/08/2019

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/14/jovem-e-baleada-e-morta-em-operacao-da-policia-em-bangu-no-rio.ghtml>

Traficantes espalham o ódio contra religiões afro-brasileiras pelo país

Relatos de violência contra locais de religião de matriz africana estão se tornando cada vez mais frequentes.

Portal G1: 09/06/2019

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/06/09/traficantes-espalham-o-odio-contras-religioes-afro-brasileiras-pelo-pais.ghtml>

Falta de médicos leva a morte de jovem em hospital no RN

Na zona agreste potiguar, região de São Paulo do Potengi, um adolescente de 17 anos morreu após esperar atendimento de urgência por 3 horas.

Esquerda Diário: 12/12/2018

<https://www.esquerdadiario.com.br/Falta-de-medicos-leva-a-morte-de-jovem-em-hospital-no-RN>

Ações policiais causaram maior parte do fechamento de escolas no Rio

Jornal Extra: 16/09/2017

<https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/acoes-policiais-causaram-maior-parte-do-fechamento-de-escolas-no-rio-21831288.html>

‘Fico sem comer para dar aos meus filhos’, relata morador da Baixada após Bolsonaro dizer que não há fome no Brasil

Jornal Extra: 20/07/2019

<https://extra.globo.com/noticias/rio/fico-sem-comer-para-dar-aos-meus-filhos-relata-morador-da-baixada-apos-bolsonaro-dizer-que-nao-ha-fome-no-brasil-23821071.html>

PMs são condenados por chacina de jovens em carro no Rio

O São Gonçalo: 09/11/2019

<https://www.osaogoncalo.com.br/seguranca-publica/74984/pms-sao-condenados-por-chacina-de-jovens-em-carro-no-rio>

3.2.2 Oficina 2 - As leis e as guerras

Apresentação:

Considerando o aumento assustador da violência institucional e criminal apresentado por esta pesquisa e, certamente, percebido pela sociedade, em especial pelas pessoas que residem nas periferias, onde a incidência dessa violência atinge números alarmantes, torna-se necessário refletir sobre os direitos humanos e as ações do Estado como forma de prevenção e diminuição dessa violência.

A oficina buscará apresentar as contradições do Estado brasileiro, que faz parte das principais convenções e acordos internacionais sobre os Direitos Humanos, mas que, apesar da Constituição de 1988 fundamentar-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948) continua a replicar um modelo de segurança que desrespeita e viola direitos caminhando na contramão dos acordos internacionais.

Partindo do princípio de que uma das funções da História é relacionar o passado com o presente, utilizaremos as guerras mundiais e as convenções internacionais para efeito de

comparação com as guerras internas estabelecidas pela ação ou ausência do Estado e que têm causado uma grande violação de direitos em nome do combate à criminalidade.

Objetivos gerais:

- Comparar as “regras” de uma guerra internacional com as ações da polícia na chamada guerra contra o tráfico.
- Compreender que a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os acordos e protocolos adicionais foram criados, principalmente, para proteger as pessoas que não participam dos conflitos.
- Perceber as contradições do Estado brasileiro em relação aos acordos internacionais e as ações internas.

Atividade I

A - Metodologia:

A atividade poderá ser aplicada após uma aula sobre a 2ª Guerra Mundial. Para iniciar a oficina, o professor deverá iniciar uma problematização a partir da tabela que constará nos documentos abaixo sobre o número de mortes ocorrido por intervenção de agentes do Estado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Após a análise dos números por parte dos alunos/as, o professor/a deverá lançar algumas perguntas para estimular a reflexão acerca dessa questão. Por que o número de mortes em ações policiais vem crescendo tanto nos últimos anos? Quem são as pessoas que mais morrem nessas ações? Será que as ações desses agentes seguem os procedimentos legais de garantia dos direitos humanos? As ações e procedimentos da polícia são os mesmos quando comparados por regiões pobres ou ricas?

Após essas discussões iniciais, o professor/a deverá explicar que existem regras, até mesmo para os conflitos mundiais, e que, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, existem outros protocolos que foram sendo discutidos e aprovados pelos países integrantes da ONU como forma de evitar massacres e genocídios conforme ocorrera durante a Segunda Guerra mundial, no regime nazista na Alemanha ou nos ataques do EUA às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, por exemplo. Depois de uma breve exposição sobre o assunto, o professor solicitará a divisão da turma em quatro grupos e apresentará alguns artigos da chamada Convenção de Genebra de 1949 e alguns dispositivos adicionais criados em 1977. Essa Convenção compõe o núcleo do direito internacional humanitário que regula a condução dos conflitos armados, buscando limitar seus efeitos. Protegem

especificamente as pessoas que não participam das hostilidades (civis, profissionais da saúde e humanitários) e as que deixaram de participar, como os soldados feridos, enfermos e náufragos e os prisioneiros de guerra²⁸. Como forma de conclusão dessa etapa da oficina, cada grupo deverá pensar na possibilidade de inclusão de dois artigos, criando assim, mais duas regras de proteção e respeito à vida humana que deverão ser apresentadas à turma ao término da atividade.

B - Documentos a serem analisados

Documento I - Tabela

Tabela 10 - Morte por intervenção de agentes do Estado – área: Região Metropolitana do RJ

Ano	jan	Fev	Mar	abr	mai	jun	jul	agos	set	out	nov	dez	Total
2010	74	61	80	100	106	74	57	29	30	69	101	53	834
2011	57	34	64	62	71	62	33	15	21	18	29	17	483
2012	37	31	37	44	40	19	48	43	14	31	37	26	407
2013	28	28	37	37	40	26	34	25	39	36	29	39	398
2014	43	51	43	35	50	43	54	44	47	37	59	37	543
2015	64	80	50	50	43	44	59	45	56	45	43	28	607
2016	50	48	54	72	78	74	72	68	82	81	87	99	865
2017	95	82	120	74	94	87	60	65	98	87	119	74	1.055
2018	139	92	29	89	135	138	116	159	97	116	121	80	1.381
2019	146	136	125	111	159	140	180	152	135	124	117	118	1.643

Fonte: Extraído do ISP (Instituto de Segurança Pública).

Documento II- Convenções de Genebra

Convenção I – 1949. **Artigo 12** - Os membros das forças armadas e outras pessoas mencionadas no artigo seguinte, que estejam feridos ou enfermos, deverão ser respeitados e protegidos em todas as circunstâncias. Serão tratados com humanidade pela parte em conflito em poder da qual se encontrem, sem qualquer distinção de caráter desfavorável baseada em sexo, raça, nacionalidade, religião, opiniões políticas ou qualquer outro critério análogo. É estritamente proibido qualquer atentado contra suas vidas e suas pessoas, particularmente o assassinato ou extermínio, a tortura ou a realização de experiências biológicas, o abandono

²⁸ Informações retiradas do site do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

premeditado sem assistência médica ou tratamento, ou a exposição a riscos de contágio ou infecção criados com essa finalidade.

Convenção de 1977. **Artigo 4** - Garantias fundamentais 1.

Todas as pessoas que não participarem diretamente, ou que tiverem deixado de participar das hostilidades, quer estejam ou não privadas de liberdade, têm direito ao respeito de sua pessoa, sua honra, suas convicções e práticas religiosas. Serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem qualquer distinção de caráter desfavorável. É proibido ordenar que não haja sobreviventes.

2. Sem prejuízo do caráter geral das disposições anteriores, são e permanecerão proibidos, em qualquer momento ou lugar, em relação às pessoas mencionadas no parágrafo 1: a) os atentados contra a vida, a saúde ou o bem-estar físico ou mental das pessoas, em particular o assassinato, os tratamentos cruéis, como tortura, mutilações, ou qualquer forma de pena corporal; b) as punições coletivas; c) a tomada de reféns; d) os atos de terrorismo; e) os atentados à dignidade da pessoa, particularmente os tratamentos humilhantes e degradantes, a violação, a coação à prostituição e todo atentado ao pudor:

Convenção de 1977. **Artigo 34** - Despojos das pessoas falecidas 1. Os despojos das pessoas que morreram devido a causas ligadas a uma ocupação ou durante uma detenção resultante de ocupação ou de hostilidades, e os das pessoas não nacionais do país em que morreram devido às hostilidades, devem ser respeitados e as sepulturas de todas essas pessoas devem ser respeitadas, mantidas e assinaladas como previsto no artigo 30 da IV Convenção, a não ser que esses despojos e sepulturas se beneficiem de um regime mais favorável em virtude das Convenções e do presente Protocolo.

Convenção de 1977- **Artigo 57** — Precauções no ataque 1. As operações militares devem ser conduzidas procurando constantemente poupar a população civil, os civis e os bens de caráter civil. 2. No que respeita aos ataques, devem ser tomadas as seguintes precauções: a) os que preparam e decidem um ataque devem: I) fazer tudo que for praticamente possível para verificar se os objetivos a atacar não são civis, nem bens de caráter civil, nem se beneficiam de uma proteção especial, mas sim se são objetivos militares nos termos do parágrafo 2 do artigo 52, II) tomar todas as precauções praticamente possíveis quanto à escolha dos meios e métodos de ataque de forma a evitar ou, seja como for, reduzir ao mínimo, as perdas de vidas humanas na população civil, os ferimentos nos civis e os danos nos bens de caráter civil que

puderem ser acidentalmente causados; III) abster-se de lançar um ataque do qual se possa esperar que venha a causar acidentalmente perdas de vidas humanas na população civil, ferimentos nos civis, danos nos bens de caráter civil ou uma combinação dessas perdas e danos que seriam excessivos relativamente à vantagem militar (...).

Atividade II

A - Metodologia

Buscando estabelecer uma relação das ações de guerras internacionais com a guerra entre o Estado x criminalidade e criminalidade x criminalidade, vivenciada no cotidiano dos moradores das áreas periféricas, o professor apresenta uma cartilha desenvolvida pela ONG de características humanitárias denominada Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) que atua em diversas partes do mundo na missão de proteger a vida e manter a dignidade humana em situações de conflitos armados ou outras situações de violência.

Não obstante a preocupação da cartilha com a proteção e a dignidade da vida humana, as ações comportamentais sugeridas por ela expõem uma série de violações de direitos causadas pela ausência do Estado ou pela própria ação desse mesmo Estado através das intervenções policiais que colocam em risco a vida de milhares de pessoas que não tem nenhuma relação com a criminalidade.

A partir da leitura da cartilha, que deverá ser impressa e distribuídas pelo professor/a aos grupos, eles deverão identificar, fundamentados na Constituição de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, os diversos tipos de violação que sofrem cada vez que precisam colocar em prática as dicas de orientação da cartilha. Os alunos deverão compartilhar os direitos violados com a turma. Como forma de conclusão dessa atividade, será proposto aos alunos que elaborem, de forma coletiva, uma nova cartilha direcionada ao Batalhão de polícia da sua cidade, com orientações para atuação policial nas comunidades mais pobres para que atuem de acordo com respeito aos direitos constitucionais e a dignidade humana, assim como, os protocolos internacionais de guerra. Para essa atividade, cada um dos grupos deverá pensar em três ou quatro dicas que, juntamente com as dicas dos outros grupos, deverão formar a nova cartilha.

B - Documento

Panfleto (Cartilha) com orientações comportamentais para situação de perigo nas comunidades do Rio de Janeiro

Veja algumas dicas do panfleto que foi distribuído nas comunidades:

- 1 – Identifique as ruas mais seguras. Ruas desertas ou escuras são mais perigosas. Por isso, ande por locais mais movimentados e conheça caminhos alternativos para o caso de algum imprevisto, isso pode te salvar do sufoco.
- 2 – Antes de ir a algum lugar onde o bicho pega de vem em quando, tente falar com quem mora lá ou conhece bem o local.
- 3 – Caso ande por lugares que conhece, identifique locais que podem servir de abrigo em caso de emergência.
- 4 – Aprenda a reconhecer os sinais de perigo, como fogos de artifício, lojas fechadas, ruas vazias, etc. Nestes casos, identifique um local seguro para se abrigar em caso de emergência.
- 5 – Agora, se você está na rua e, de repente começa um tiroteio, imediatamente procure um abrigo no prédio ou casa mais próximos.
- 6 – Fique longe das janelas. Se elas foram atingidas por uma bala perdida, o vidro quebrado pode te ferir ou até matar. Procure um local que tenha, pelo menos, duas paredes de tijolos separando você e o local de onde vem o som de tiros.
- 7 – Caso não dê, se jogue no chão. Tentar correr para casa durante um tiroteio, é pior. Fique esperto em casos de tiros disparados para o ar! Afinal, tudo que sobe, desce!
- 8 – Assim que possível, se arraste, sem se levantar, para um local mais seguro!
- 9 – Nunca seja curioso. Somente saia do seu abrigo ou chegue na janela quando tiver certeza de que o perigo acabou!
- 10 – Na hora do sufoco, se precisar avisar alguém, é bom ter à mão uma lista com os números de telefones importantes. Nervoso, você não vai conseguir lembrar o número de ninguém!
- 11 – Não há uma lei no Brasil que te obrigue a andar com documentos, mas você pode ser abordado pela polícia a qualquer momento. Neste caso, evite constrangimentos, sempre ande com documentos com foto. Além disso, coopere, não faça movimentos bruscos e mantenha as suas mãos em lugar bem visível.
- 12 – Nunca pegue granadas ou balas abandonadas como “brindes”, porque elas podem explodir e ferir você! Isso também serve para armas.

Fonte: Jornal do Brasil

https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd_matia=744904&dinamico=1&preview=1

3.2.3 Oficina 3 - A Ditadura militar no Brasil

Apresentação:

O ensino de História se constituiu ao longo do tempo, como uma disciplina que exerce um papel fundamental na formação cidadã dos indivíduos de uma determinada sociedade. O conceito de cidadania está inerente às demandas do tempo presente. Sendo assim, o fato do Brasil estar vivenciando nesta década, um crescimento considerável de uma parcela da população que apoia a bandeira dos militares no poder, nos instiga e impulsiona a refletir sobre a visibilidade e as invisibilidades da ditadura civil militar no ensino dessa temática.

A história do tempo presente se apresenta como uma nova realidade historiográfica, na qual o reconhecimento das experiências das pessoas comuns, que estiveram presente nos fatos, evidencia-se e provoca a desestabilização do princípio historiográfico moderno que defende a necessidade de afastamento do historiador em relação ao seu tempo presente²⁹. Essa tendência potencializa o ensino de História com o seu propósito problematizador e interventor, através do conhecimento histórico, produzido não somente nas salas de aula, mas também em outros espaços de memória e valorização das experiências coletivas. Nesse sentido, diferentemente da ideia do que era o entendimento sobre cidadania nos séculos passados, o termo, atualmente, é caracterizado como a possibilidade de ampliação das vozes silenciadas ao longo da história.

O trauma do período militar deixou marcas que não podem ser apagadas e que necessitam ser tratadas. Como ponto de partida dessa proposição de aula, buscaremos analisar algumas imagens sobre o período da ditadura que nos levem a refletir sobre o contexto histórico da época. As imagens são instrumentos de grande relevância para o ensino de História. Elas não se tratam apenas de registros imediatos de um determinado momento, mas ajudam na percepção coletiva na difusão de conceitos e na compreensão da realidade de um determinado período histórico.

O crescimento do número de pessoas que se lançaram nas redes sociais e em algumas manifestações populares nos anos de 2018 e 2019 defendendo uma intervenção militar para solucionar os problemas do país desperta algumas inquietações sobre qual tem sido o papel do ensino de história no Brasil. O que se inclui e o que tem sido negligenciado no currículo

²⁹ PINHA, 2017, p 117.

oficial sobre a ditadura? Quais sujeitos e ações do Estado são visíveis e quais são invisíveis? De que maneira o Estado brasileiro consolidou a institucionalização do esquecimento? Diante de tantas questões, os professores são desafiados a desestabilizar e ressignificar as naturalizações sobre o passado, que circula, entre os diferentes meios sociais e midiáticos e que os alunos trazem previamente para as aulas de História.

Objetivos gerais

- Compreender o contexto histórico do Brasil durante a década de 1970 e analisar a violência e os mecanismos de violação de direitos humanos utilizados pela ditadura militar;
- Conhecer as formas de luta e resistência e os caminhos percorridos até a volta da democracia no Brasil;
- Reconhecer a violência como uma marca da atuação da polícia brasileira no período da ditadura;
- Compreender a relação da polícia com os movimentos sociais e a importância desses movimentos na luta pelo exercício da cidadania e pela democracia no Brasil.

Atividade I:

A - Metodologia:

O professor/a inicia a aula dividindo a turma em cinco grupos nos quais cada um receberá impressa, de maneira aleatória, uma imagem (fotografia) sobre um ato de violência praticado pelo Estado no período da ditadura militar para serem analisadas conforme perguntas que serão postas no quadro. Depois disso, o professor/a solicitará que cada grupo apresente suas percepções sobre as imagens, destacando o indivíduo, e/ou, grupo de pessoas agredido e o possível grupo social no qual eles façam parte. Nesse momento, as imagens deverão ser reproduzidas por datashow para que todos possam ver e participar das discussões. Durante a apresentação dos grupos, o professor/a atuará como um mediador, apresentando algumas informações sobre a imagem e fomentando o debate acerca dos diferentes olhares e da importância das imagens para a construção de um evento histórico, contribuindo assim, com outras possibilidades de análise para a melhor compreensão do contexto histórico e da percepção de como a ditadura atingia diretamente todos os cidadãos (trabalhadores, estudantes, artistas, jornalistas...) apenas por discordarem do autoritarismo vigente e da falta de liberdade do período.

Após a análise e discussão sobre as primeiras imagens, cada grupo receberá uma segunda imagem e, a partir dela, serão estimulados a criar uma hipótese sobre o acontecimento histórico retratado. Depois dos alunos discutirem dentro de seus grupos, o professor deverá solicitar que cada grupo apresente suas percepções e as hipóteses para o restante da turma. Após a explanação dos grupos, o professor/a deverá apresentar os dados sobre as imagens, fazendo as intervenções necessárias para uma melhor compreensão acerca da importância da participação popular no contexto da derrubada da ditadura e da construção de um Estado de direitos no Brasil.

B - Documentos a serem analisadas:

1º momento: Imagens de violação dos direitos humanos

Foto 1:



Foto 2:



Foto 3:



Foto 4:



https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/album/1542923865_871951.html#foto_gal_1

Foto 5:



<https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/fotografo-do-corpo-de-herzog-nao-reconhece-o-doi-codi/>

2º momento: **Imagens de movimentos sociais de resistência no período da ditadura militar.**

Foto 6:



Manifestantes reclamando pelo fim da ditadura e eleições diretas – Fonte gazeta do povo

Foto 7:



Jornal criado em 1975 para resistir e denunciar os abusos da ditadura. As criadoras foram Terezinha Zerbini, que se destacou por levantar a bandeira da anistia, em um momento em que o tema ainda era pouco discutido, e a jornalista e professora Joana Lopes

Foto 8:



Manifestação do Movimento Negro Unificado (MNU) no Rio de Janeiro, 1978. Ele reivindicava a organização da comunidade negra e o fim da discriminação racial no país.

Foto 9:



Passeata dos 100 mil – 1968 (Crédito – Memórias da ditadura)

Foto 10:



Lula discursando a metalúrgicos de cima de uma mesa no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, em assembleia que decidiu pelo início da greve (Fernando Pereira/CPDoc JB)

Atividade II

A - Metodologia:

Após a realização dos debates da atividade anterior e da ampliação do olhar sobre a relação das imagens com a História, o professor/a inicia essa segunda atividade tentando problematizar a questão da liberdade de imprensa no Brasil. Para isso, deverão ser lidos trechos de artigos das legislações que vigoraram e/ou vigoram nos três períodos históricos analisados nessa pesquisa.

A partir da leitura desses artigos, o professor/a deverá fazer uma breve exposição oral sobre a censura à imprensa existente durante a década de 1970 e do surgimento da chamada imprensa alternativa como forma de luta e resistência. Sugere-se nesse momento, uma leitura compartilhada do texto ***Imprensa Alternativa*** que poderá ser feita por meio de reprodução impressa ou do recurso do datashow.

Depois de discutirem o texto, o professor apresenta algumas capas dos jornais alternativos e solicita que cada grupo, a partir das imagens analisadas na **atividade I**, crie uma capa de um jornal alternativo denunciando alguma violação ou reivindicando alguma causa apresentada no contexto e que esteja relacionada diretamente com a imagem.

B - Documentos a serem analisadas:

Documento I – Leis sobre a liberdade de imprensa

LEI Nº 2.083, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1953.

Regula a Liberdade de Imprensa.

CAPÍTULO I

A LIBERDADE DE IMPRENSA

Art 1º É livre a publicação e a circulação no território nacional de jornais e outros periódicos.

§ 1º Só é proibida a publicação e circulação de jornais e outros periódicos quando clandestinos, isto é, sem editores, diretores ou redatores conhecidos, ou quando atentarem contra a moral e os bons costumes.

§ 2º Durante o estado de sítio, os jornais ou periódicos ficarão sujeitos à censura nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida.

LEI Nº 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967.

Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

CAPÍTULO I

DA LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO E DA INFORMAÇÃO

Art . 1º É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.

§ 1º Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida.

Art . 2º É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art. 11) ou quando atentem contra a moral e os bons costumes.

§ 1º A exploração dos serviços de radiodifusão depende de permissão ou concessão federal, na forma da lei.

Da Comunicação Social – Constituição Federal de 1988

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

Documento II- Texto: Imprensa Alternativa

IMPrensa ALTERNATIVA

Jornais de formato tablóide ou minitablóide, muitas vezes de tiragem irregular, alguns vendidos em bancas, outros de circulação restrita e quase sempre de oposição ao regime militar instalado em 1964. A chamada imprensa alternativa era no entanto formada também por jornais feministas, de reivindicação de direitos de minorias como negros e homossexuais, e que nem sempre tinham conotação de contestação direta ao regime militar.

Durante os anos de governo militar — e, notadamente, durante a década de 1970 — proliferou, no Brasil, um tipo de imprensa que ficou conhecida como “imprensa alternativa”. Durante a ditadura estes jornais questionaram o regime, denunciaram a violência e a arbitrariedade, expressando uma opinião e uma posição de esquerda num país que havia suprimido, praticamente, quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição.

A imprensa alternativa congregava jornais de vários tipos: 1) jornais de esquerda (que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas); 2) revistas de “contracultura” (que reuniam intelectuais e artistas “alternativos” ou “malditos” — artistas que produziam fora do esquema comercial) e 3) publicações de movimentos sociais (englobando neste campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa, aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada “imprensa negra”, os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas etc.).

Cada um destes três tipos apresenta características e dinâmicas próprias, havendo em cada um dos três blocos uma diversidade interna muito grande, de conteúdos, de propostas e de posições. A riqueza da imprensa alternativa durante os anos 1970 refere-se à própria multiplicidade do movimento social e político da época.

Os jornais de esquerda

Podem ser chamados de jornais de esquerda aquelas publicações influenciadas direta ou indiretamente pelos partidos e organizações políticas de esquerda, que, na época, se encontravam na clandestinidade. Impossibilitados de fazer circular seus órgãos oficiais de divulgação de pensamento, opinião e crítica ao regime, muitos destes partidos e destas organizações utilizavam-se de jornais que não eram oficialmente partidários, como “braços legais” para expressão de suas posições. Nem todos os que trabalhavam nestes jornais eram militantes políticos organizados, mas a orientação política fundamental era dada pela organização — ou pela frente de organizações — que sustentava e animava ideologicamente o projeto daquela publicação (...).

Os jornais alternativos de esquerda representavam, de um lado, a busca de novos espaços por parte de jornalistas que se sentiam bloqueados em sua atividade crítica na chamada grande imprensa; de outro, a necessidade — que tocava a muitos intelectuais, artistas e estudantes universitários daquela época — de construir espaços de “resistência” ao regime militar. Dessa forma, a imprensa alternativa representava não apenas um fenômeno jornalístico mas, também, um fenômeno político. Ela representava uma das possibilidades de luta política na época — e das mais importantes.

Entre os principais jornais alternativos da década de 1970, podemos citar *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Versus* e *Em Tempo*. Cabe ainda lembrar a experiência particular do *Coojornal* — publicação de um grupo de jornalistas gaúchos — que, embora sem vinculações partidárias orgânicas, foi importante na criação de um campo jornalístico de oposição nacional (...).

Jornais ligados a movimentos sociais

Ao lado desta imprensa alternativa de esquerda que reunia jornalistas independentes, militantes políticos e intelectuais, um outro tipo de publicação alternativa se fazia igualmente importante: eram os jornais ligados aos movimentos sociais. Estes jornais, em sua maioria,

não eram elaborados por jornalistas, nem por militantes organizados, mas por pessoas diretamente vinculadas aos movimentos sociais que buscavam representar. Era deste tipo a imprensa feminista, a chamada “imprensa negra”, os jornais do movimento estudantil, as publicações voltadas para a defesa da causa indígena, os jornais de grupos homossexuais, os jornais de bairro etc. Neste conjunto, um tipo específico merece destaque por sua importância política: os jornais ligados a movimentos de minorias políticas (mulheres, negros e homossexuais). Esta imprensa representava uma novidade em relação aos outros tipos de publicação existentes — mesmo a imprensa alternativa de esquerda. Ela vinculava-se a movimentos de novo tipo, recém-surgidos no cenário brasileiro, sob influência de ideias internacionais. Entre os mais importantes jornais feministas do período destacam-se *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* (ambos da década de 1970) (...).

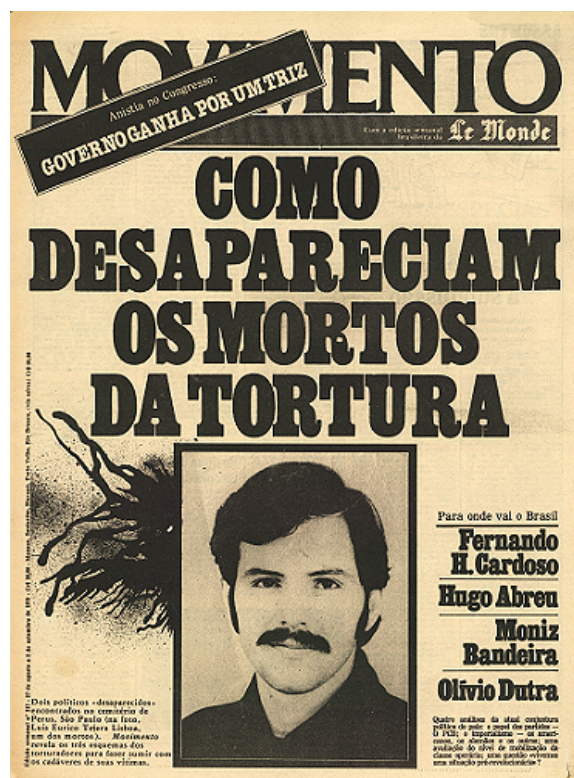
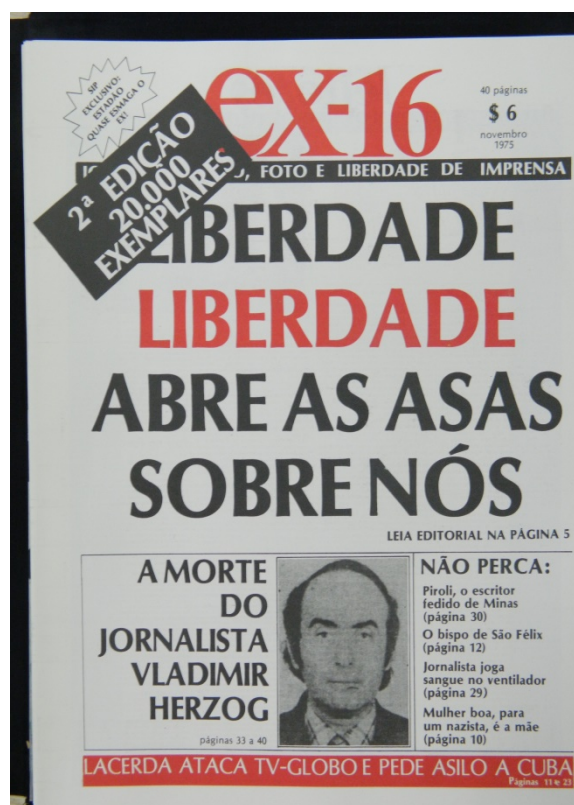
Os jornais ligados às diferentes correntes do movimento negro intitulavam-se, a si próprios, de “imprensa negra”. E, da mesma forma que a imprensa feminista, representavam um local privilegiado para a construção de um discurso político deste movimento. Os principais jornais que começaram a ser editados na segunda metade da década de 1970 e durante os anos 1980 representaram um renascer do movimento negro no Brasil (após a repressão indiscriminada dos primeiros anos de regime militar) e espelhavam os principais debates e pontos de conflito dentro deste movimento. Diferentemente, porém, da imprensa feminista, o tempo de vida destes jornais era bem mais curto. As dificuldades eram maiores — tanto financeiras quanto políticas. Entre os principais jornais deste período, cabe citar *Tição*, *Sinba* e *Koisa de Crioulo*.

Maria Paula Nascimento Araújo³⁰

Fontes: acervo fund. rio-arte; acervo progr. est. tempo pres. Ufrj; col. togo ioruba; kucinski, b. *jornalistas*; miccolis, l. *catálogo*.

³⁰ Texto e referência extraído do site da FGV-CPDOC. Link: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa>

Documento III – Capas dos Jornais Alternativos





https://www.google.com/search?q=capas+de+jornais+alternativos+na+d%C3%A9cada+de+1970&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=0GsFIZse6cOmlM%253A%252C3Wn6co2l7TJGjM%252C_&vet=1&usg=AI4_-kQb1xw8VkBhSOufqxH9gbdVlDDw&sa=X&ved=2ahUKEwjbnOGzgoroAhU0C9QKHb8AkcQ9QEWAnoECaAgQCQ#imgsrc=0GsFIZse6cOmlM

3.2.4 Oficina 4 - História local: A violência institucional em São Gonçalo

Apresentação:

Esta oficina buscará refletir sobre a violência policial na cidade de São Gonçalo nos diferentes períodos históricos. Atualmente, os números da violência institucional (policial) e criminal não param de crescer e podem ser percebidos pelo aumento no número de assaltos a transeuntes e automóveis, pelas “ordens” de fechamento de escolas e comércio dados pelos traficantes e pelo número de mortes e tiroteios nos diferentes bairros da cidade. Segundo o aplicativo Fogo Cruzado³¹ a cidade liderou o número de tiroteios na região metropolitana do Rio de Janeiro no ano 2019, sendo registrados 800 tiroteios.

³¹ Aplicativo digital criado em 2016, com o propósito de registrar incidências de tiroteio e violência armada.

Certamente, não temos como mensurar a origem desses tiroteios, ou até mesmo a participação policial nessas situações. No entanto, não podemos deixar de considerar a ausência do Estado como fator preponderante para o aumento dessa violência. Considerando os alunos/as da cidade como sujeitos históricos que vivenciam essa realidade de violência local, a oficina buscará contemplar o universal, ou seja, a violação de direitos em níveis estaduais e nacionais a partir das experiências locais, vivenciadas por eles em seu cotidiano ou apresentada e analisada através das fontes históricas que fundamentam a presente pesquisa.

Objetivos gerais

- Compreender a história local como parte do processo histórico mais amplo;
- Analisar a forma de atuação policial em diferentes momentos da história da cidade;
- Identificar e refletir sobre as formas institucionais de violação dos direitos humanos em São Gonçalo;
- Reconhecer a violência policial como uma marca da polícia militar atuante na cidade.

Atividade I

A - Metodologia

Para início dessa oficina, o professor deverá problematizar a violência policial e as violações dos direitos humanos como uma das grandes questões atuais de São Gonçalo. Sugere-se que as atividades sejam desenvolvidas após uma aula sobre a década de 1950 que retrate o grande desenvolvimento das indústrias nos governos Vargas e JK e os impactos do crescimento e das transformações das grandes cidades.

A problematização deverá ser fomentada com a análise coletiva de alguns gráficos que deverão ser apresentado através do Datashow com perguntas e provocações que despertem uma análise crítica e uma percepção da cidade como um dos principais focos de violência policial e criminal do Estado do Rio de Janeiro.

Antes de iniciar as análises, o professor/a deverá explicar que a principal fonte dessas análises será o aplicativo Fogo Cruzado que é alimentado, entre outras fontes, com dados informativos que chegam por meio da própria população.

B - Documentos

Documento I – Gráficos

Gráfico 4 - Tiroteios/disparos de armas de fogo: Comparativo outubro 2019/18 – Região Metropolitana

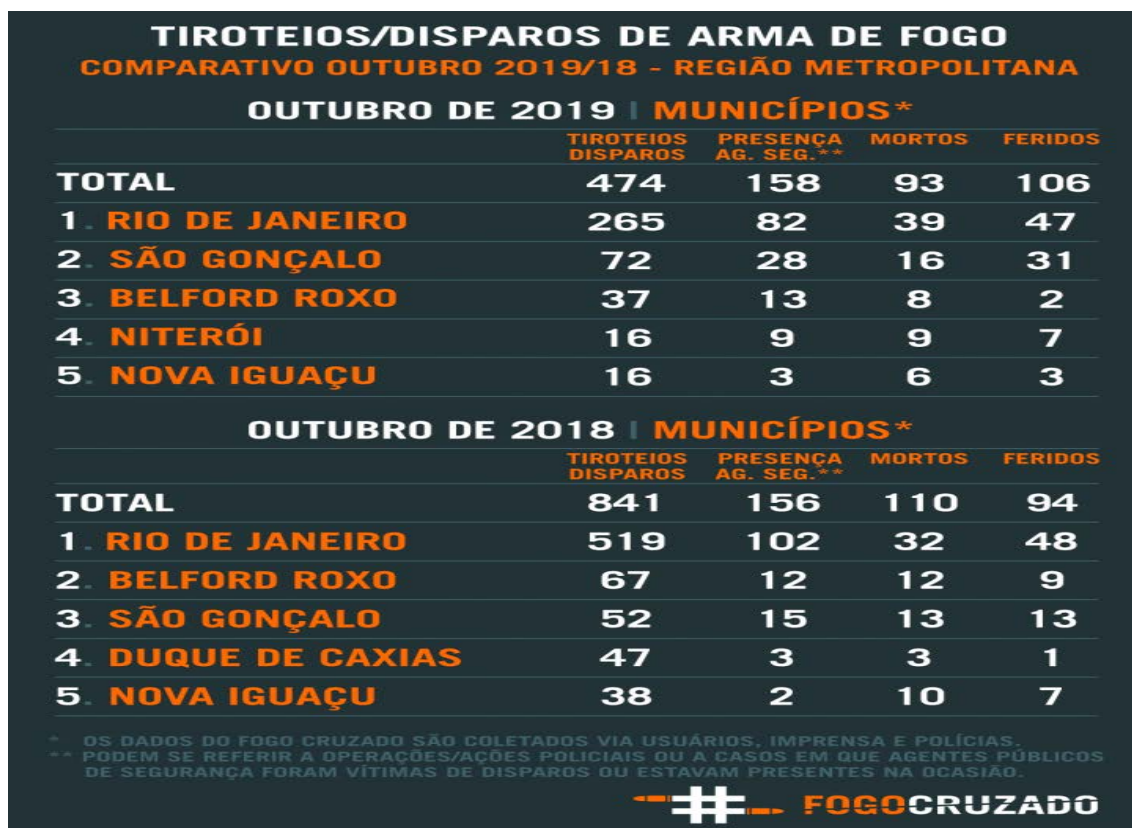


Gráfico 5 - Tiroteios/disparos no leste metropolitano: Bairros 2018

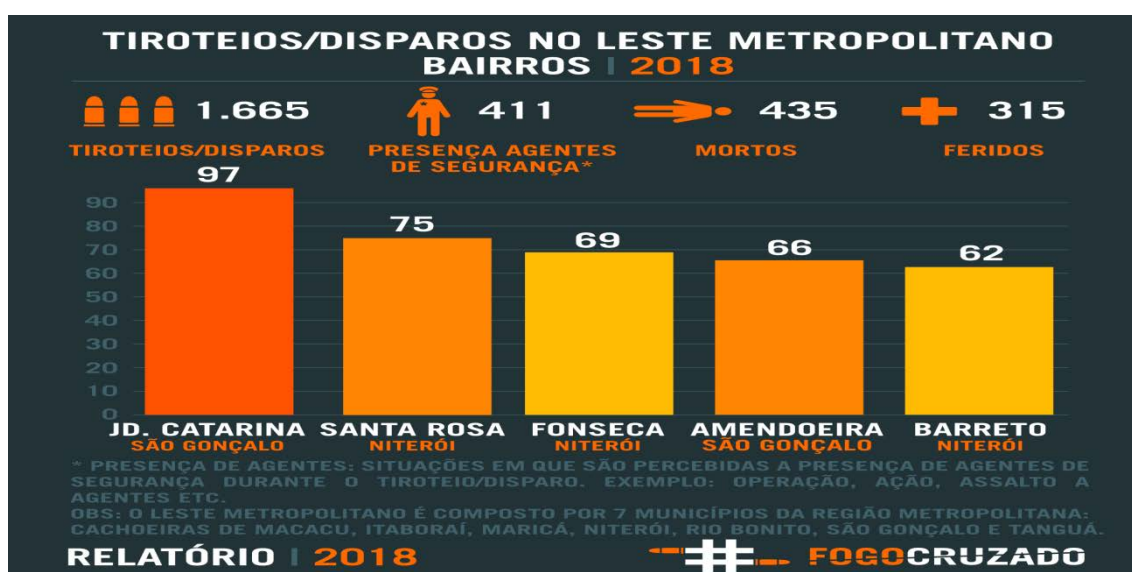


Gráfico 6 - Motivos de tiroteios/disparos 2018 – Motivos de tiroteios/disparos 2019

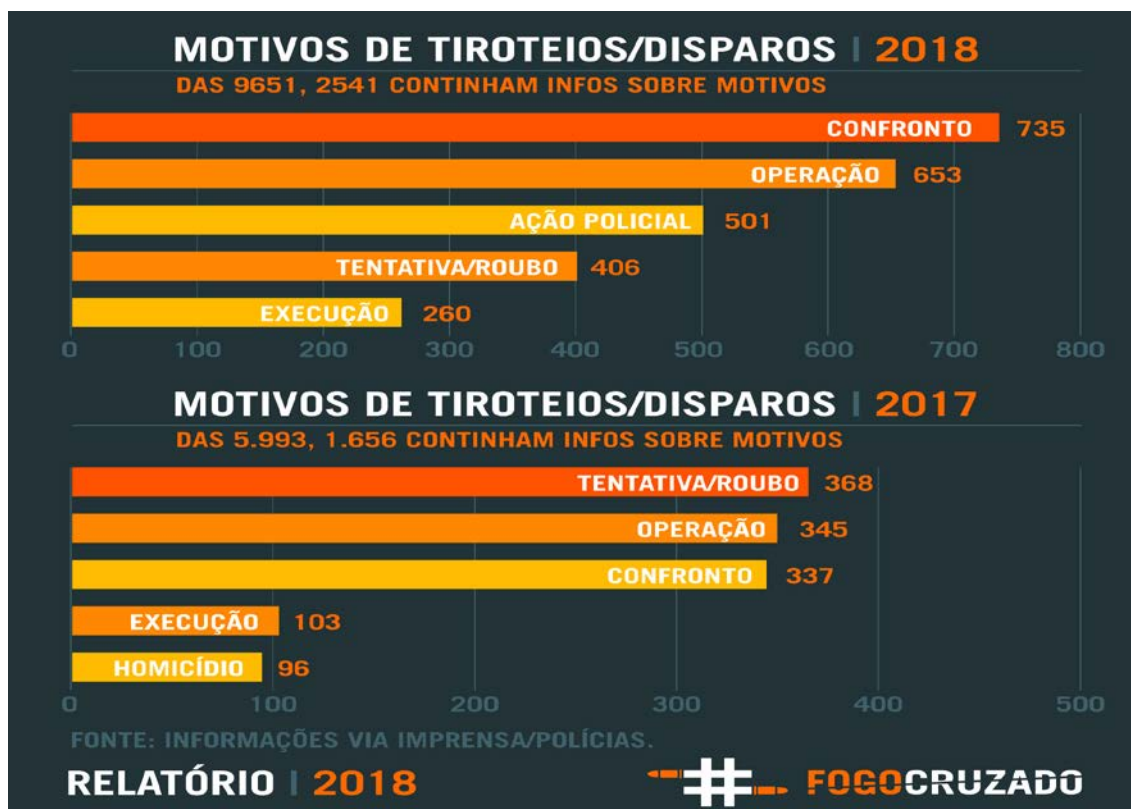


Gráfico 7 – Locais com três mortos ou mais: Região metropolitana 2018



Gráfico 8 – Agentes de segurança mortos e feridos 2018



Atividade II

A - Metodologia

Após as análises dos gráficos, a turma deverá ser dividida em quatro grupos nos quais cada um receberá impressas duas imagens de uma página do jornal *O São Gonçalo* em diferentes épocas - décadas de 1950, 1970 e 2000/2010 - e, analisando somente o título da notícia, deverão criar uma hipótese para o acontecimento retratado na matéria. Os grupos apresentarão suas análises para a turma. Nesse momento, o professor deverá reproduzir a imagem e apresentar as verdadeiras informações da notícia. Para fechamento da oficina, os grupos deverão identificar, conforme análise dos documentos disponibilizados na **oficina 1** (Trechos da Constituição de 1988 e Declaração Universal dos Direitos Humanos), um tipo de violação de direitos cometido pelos agentes do Estado e reescrever a reportagem em folha A4, retratando o mesmo acontecimento caso tivessem sido respeitados os direitos humanos de todos os envolvidos.

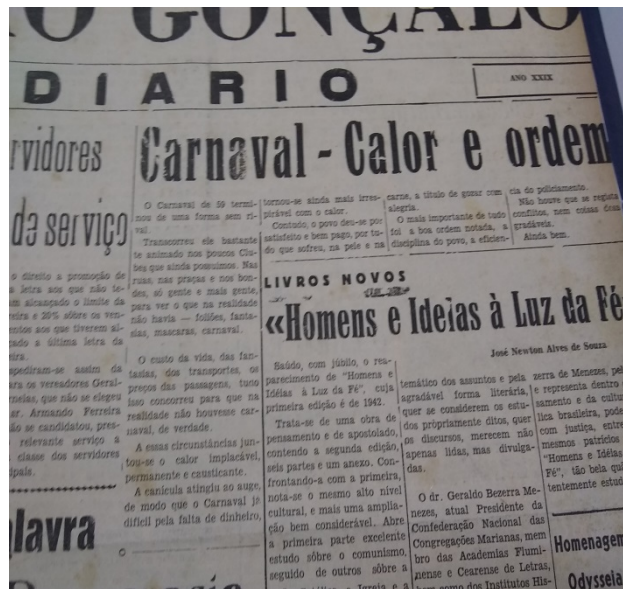
B - Documentos

Documento I – Reportagens do jornal *O São Gonçalo*

Jornal: O São Gonçalo (Década de 1950)



A reportagem acima faz um apanhado das ocorrências policiais durante o carnaval. O destaque são duas notícias que envolvem violência contra a mulher que quase resultaram em mortes (O São Gonçalo 12/02/59).



Com o tema: “Carnaval, calor e ordem”, a reportagem faz um balanço do período festivo, destacando como ponto positivo a chamada boa ordem, a disciplina do povo e a eficiência do policiamento (O São Gonçalo 12/02/1959).

Jornal: O São Gonçalo (Década de 1970)

O que os menores poderão fazer durante o Carnaval

Este esquema segundo o qual os menores de 14 anos poderão divertir-se no Carnaval de 1970, co-locando em consideração sua segurança, saúde e moralidade:

Até 3 anos — pode ir acompanhado a mais, não podendo participar dos cordões, danças, etc. De 3 a 14 anos — pode ir a qualquer hora da noite, acompanhado e ficar até as 8 horas da noite. De 14 a 18 anos — pode ir em escada de samba, bloco, rancho, etc. mesmo de noite, desde que acompanhado, obtendo a permissão no Juizado, com 14 dias de antecedência. De 14 a 18 anos — pode ir a qualquer hora da noite, acompanhado e ficar até o balé público de rua. CARNIVAL INFANTO-JUVENIL: Nas matutinas, que terminam às 8 horas da manhã, são obedecidas as seguintes recomendações:

Adulto não entra, quer dizer mais de 18 anos, não pode tomar parte em cordões, danças, etc.; não há bebida alcoólica para crianças, nem para adultos, nem para os diretores dos clubes, copos, só de papel ou plástico, separação no salão ou na quadra; lutar para as crianças de 3 a 10 anos, separação dos menores de 10 a 18 anos; ninguém pode usar terno, smoking, lanchonete, etc.; não, faca, vareta, e qualquer complemento de fantasia perigoso na aglomeração; a música para de meia em meia hora, para descanso.

BALES NOTURNOS

Quando não houver venda pública de cordões, o que torna o balé público, os menores a partir de 14 anos, acompanhados, podem tomar parte.

Recomendações principais: barcos separados, para venda de refrigerantes; não havendo bar separados, o balé não poderá ser realizado; é obrigatório o uso de cartaz com as direções: "Atenção — Se vier bebidas alcoólicas a menores de 18 anos constitui Crime de Contravenção Penal, ficando o infrator sujeito a prisão em flagrante e processo criminal (Art. 63, I, da Lei das Contravenções Penais)". Qualquer estabelecimento onde haja venda de bebidas em todo o Estado, que não tiver o cartaz mencionado, ficará sujeito à multa de R\$ 1 a 400 cruzeiros novos e fechamento, pela Secretaria de Justiça.

Prefeitura apolará decoração de Carnaval do Rôdo de São Gonçalo

Primeiro e importante passo damos, ante-ontem, para a realização do carnaval do Rôdo de São Gonçalo.

A matéria traz um esquema de segurança determinando os horários em que os menores de 13 anos poderiam se divertir durante o carnaval de 1970. As medidas, segundo a reportagem, levam em consideração o bem-estar, saúde e moralidade dos menores (O São Gonçalo 09/01/1970).

Desocupados infestam o Boaqu e moradores querem Policiamento urgente

Moradores e comerciantes da rua Carlos Gianelli, no Boaqu, estão em um policiamento para a região. Segundo alegam, moços, garotas e até mesmo crianças, já não podem transitar pelo trecho sombrio, pois os garajões e improvisados se fazem ouvir frequentemente, além de provocar a queda de algumas casas, estão sujeitas a toda sorte de inconveniências.

O apelo que aquelas pessoas fazem às autoridades é: "Por favor, façam um policiamento urgente para a região".

Segundo alegam, moços, garotas e até mesmo crianças, já não podem transitar pelo trecho sombrio, pois os garajões e improvisados se fazem ouvir frequentemente, além de provocar a queda de algumas casas, estão sujeitas a toda sorte de inconveniências.

O apelo que aquelas pessoas fazem às autoridades é: "Por favor, façam um policiamento urgente para a região".

CLASSIFICADOS

Imóveis, Terrenos e Vendas

Aluga-se casa nova, com 2 quartos na rua Américo Silveira. Tratar com Osmar do Silva. Tel. 20615 das 8 às 11 horas.

Aluga-se salão grande para indústria ou comércio. Tratar na rua Salvador, 10, Dona Rita. (05-1)

Livros

VENDE-SE VESTIDO NOVO

Vende-se lindos vestidos, na rua da Relação, 42-44, com o sr. Araújo.

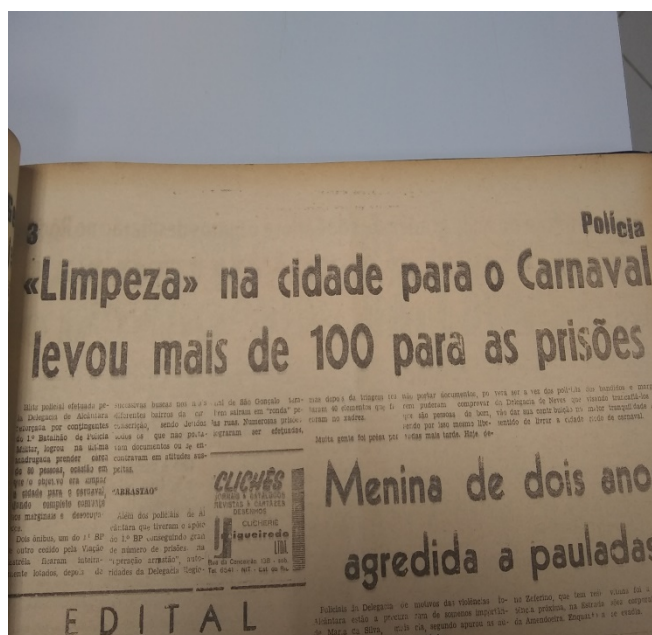
Perdeu-se documento de identidade, do sr. Osmar Alves dos Santos. Está na rua Jaime de Magalhães, 14, no Chile Branco. Retenção deste jornal.

Comissão Permanente de Defesa Civil

Núcleo Municipal de São Gonçalo

Ficam convocados todos os

Moradores e comerciantes da rua Carlos Gianelli, uma das vias mais importantes do bairro Boaqu, cobram das autoridades um maior policiamento e combate aos marginais e desocupados, que, segundo eles, importunam as pessoas, principalmente mulheres e crianças quando transitam pela rua (O São Gonçalo 30/01/1970).



Operação conjunta da delegacia de Alcântara com o 1º batalhão de polícia militar prende cerca de 80 pessoas com o intuito de “limpar a cidade” para o carnaval. Foram presos aqueles que não portavam documentos e os que eram considerados em atitudes suspeitas. Apesar das prisões, a matéria relata que a maioria dos presos foram soltos após provarem serem “pessoas de bem” (O São Gonçalo 07/02/1970).

Jornal: O São Gonçalo (Década de 2000/2010)



A capa do jornal traz como notícia principal do dia, na cidade, o assassinato, de forma violenta e cruel, de dois jovens em diferentes bairros - Amendoeira e Guaxindiba. A

reportagem destaca que dentro do bolso de um dos jovens foi encontrado um cartão do PIS em nome de Gláucio Luiz Carvalho de Sá, 24 anos (O São Gonçalo 06/01/2000).



A reportagem destaca as investigações sobre a morte de um estudante de 14 anos no Morro da Coreia, por ação policial. Os policiais que, supostamente, deram os disparos relatam que atiraram após terem ouvido tiros e que logo depois encontraram o corpo do menino ao lado de uma pistola. No entanto, a perícia aponta que, pela posição das balas no corpo do rapaz, tudo indica que ele já estaria de mãos levantadas quando recebeu os tiros (O São Gonçalo 25/02/2000).



Dois homens foram executados e jogados em um matagal no Jardim Bom Retiro, próximo a Guaxindiba, um deles tinha as mãos e os pés amarrados. Em relato, morador diz “Não temos

mais sossego, a violência está dominando (...). Precisamos de mais segurança no local” (O São Gonçalo 13/01/2000).

3.2.5 Oficina 5 - Polícia x Polícia

Apresentação:

Esta última oficina propõe uma análise comparativa entre as duas polícias estaduais. Sendo assim, os alunos e alunas deverão ser estimulados a refletir sobre a estrutura interna e a função específica de cada uma dessas polícias – polícia militar e polícia civil. A combinação histórica de elementos como a falta de investimentos do Estado, a militarização de suas estruturas, a falta de controle externo e o constante uso da violência, contribuem para que a sociedade tenha uma imagem muito muito negativa da polícia. Com isso, as polícias militar e civil tendem a serem vistas pela população como instituições uníssonas. Segundo pesquisa apresentada por Cardia (1997), a percepção que as pessoas têm em relação à polícia no Rio de Janeiro e São Paulo está atrelada à ineficiência, à corrupção, à falta de preparo, à violência e à falta de estrutura.

A história da polícia civil no Brasil está diretamente relacionada com a chegada da família real. Criada por Dom João em 1808, a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil (REZNIK, 2009), teve como primeiro intendente geral da polícia o desembargador Paulo Fernandes Viana, que passou a ter entre as suas atribuições o poder de decidir sobre quais seriam os atos considerados criminosos. Já a atual polícia militar teve início a partir da criação da Guarda Real de polícia em 1809, inicialmente vinculada ao ministério da guerra, ela tinha como principais atribuições a repressão violenta e a prisão daqueles que fossem considerados desordeiros (MUNIZ, 2001).

A intenção dessa oficina é que os alunos e alunas possam conhecer um pouco mais da história dessas duas instituições e consigam diferenciar as atribuições de cada uma das polícias do estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, pretende-se que os discentes possam experimentar o fazer policial da investigação por meio das pistas (fontes), que muito se assemelham ao trabalho do historiador.

Objetivos gerais

- Identificar algumas subdivisões internas ligadas a cada uma das polícias;
- Diferenciar o trabalho da polícia militar e civil;
- Refletir sobre as formas de atuação da polícia do Rio de Janeiro;
- Compreender as dificuldades inerentes às atividades policiais.

Atividade I:

A - Metodologia

O professor/a deverá iniciar a oficina fazendo uma breve exposição sobre a história da polícia. Depois disso, a turma deverá ser dividida em quatro grupos. Sugere-se, para esse momento, que a arrumação da sala seja feita de um modo em que o espaço central esteja livre. A partir daí, o professor/a deverá disponibilizar, no meio da sala, várias tiras coloridas feitas em cartolina, com siglas e nomes virados de cabeça para baixo, que estejam relacionados ao trabalho de cada uma das polícias. Cada grupo deverá escolher três tiras e os alunos, descobrir o significado (em caso das siglas) e a importância daquela subdivisão ou estrutura para o trabalho da polícia.

Enquanto os alunos discutem ou fazem a pesquisa sobre as palavras, o professor colocará dois círculos de plástico ou papel, que deverão ser preparados previamente por ele, no meio da sala de aula, com a indicação dos nomes: Polícia Civil e Polícia Militar em cada um desses círculos. Depois da discussão dos alunos, cada grupo deverá compartilhar a palavra, dizendo a qual das duas polícias ela se relaciona, colocando-as em cima do círculo que eles acreditem que faça parte. Nesse momento, o professor deverá fazer a mediação para que os alunos apresentem as suas percepções a respeito da funcionabilidade de cada uma das unidades e divisões internas da polícia analisadas por eles.

B - Documentos

Documento I (Sugestão de siglas e palavras)

- CORE (Coordenadoria de Recursos Especiais) PC
- BOPE (Batalhão de Operações Especiais) PM
- GEAT (Grupamento Especial de Ações Táticas) PM
- ACADEPOL (Academia de polícia civil) PC

- GEPE (Grupamento Especializado de Policiamento em Estádios) PM
- DP (Delegacia de polícia) PC
- BPM (Batalhão de polícia militar) PM
- BPChoque (Batalhão de Choque) PM
- INTENDÊNCIA DE POLÍCIA (PC)
- GUARDA REAL (PM)
- IML (Instituto Médico Legal) PC
- DH (Delegacia de homicídios) PC

Atividade II

A - Metodologia

Essa segunda atividade consiste na criação de uma linha investigativa para solucionar dois conhecidos casos de grande repercussão na história da polícia do Rio de Janeiro: “O Crime do Sacopã” e a “Fera da Penha” (REZNIK, 2009). Inicialmente, o professor/a explicará aos alunos que cada grupo deverá tentar desvendar um determinado caso policial que lhes será apresentado em um envelope, com algumas pistas e informações sobre o caso. O professor não precisa mencionar que se trata de casos reais investigados pela polícia do RJ.

Cada grupo estará analisando e criando uma hipótese para um dos dois casos, ou seja, como a turma estará dividida em quatro grupos, teremos um caso sendo investigado por dois grupos diferentes. O professor deverá colocar sobre a mesa quatro envelopes intitulados: **Caso I e Caso II**. Dentro dos envelopes, deverá haver uma descrição do caso a ser investigado (ver anexos B e C), algumas tiras coloridas com pistas que devem estar relacionadas ao crime e uma ficha, que, após a conclusão das investigações, deverá ser preenchida pelo grupo. Ao término das análises, os grupos deverão compartilhar as suas conclusões com a turma. Nesse momento, o professor deverá dizer que os casos analisados foram baseados em casos reais (REZNIK, 2009). Após a exposição dos grupos, o professor/a poderá descrever os rumos da investigação real sobre os casos, que estarão disponíveis para os docentes, em anexo, no final deste trabalho.

B - Documentos

Documento I

(lista de pistas, envolvidos e ficha para o preenchimento do caso I – O crime do Sacopã)

- mulher
- homem
- tiros
- amante
- separação
- telefonema
- Gilda - empregada doméstica e testemunha
- Marina - 17 anos
- Jorge Bandeira- tenente da força área brasileira”
- Leopoldo Heitor – advogado
- Valter Avancine – cliente do advogado e testemunha

Caso I – “O crime de Sacopã”: morte de Afrânio Arsênio Lemos

Linha de investigação	
Local do crime	
Tipo de crime	
Autor/a do crime	
Motivação e descrição detalhada do crime segundo as investigações	
O que disseram as testemunhas?	
Como terminou?	

Documento II

(lista de pistas, envolvidos e ficha para o preenchimento do caso II – A fera da Penha)

- Tania Mara – criança de 4 anos
- tiro
- escola
- farmácia
- álcool
- Neide Lopes – comerciária de 22 anos
- Antônio – pai de Tania Mara e de mais uma filha
- Nilza – esposa de Antônio e mãe de Tania

Caso II - “A Fera da Penha: morte da menina de 4 anos

Linha de investigação	
Local do crime	
Tipo de crime	
Autor/a do crime	
Motivação e descrição detalhada do crime	
O que disseram as testemunhas?	
Como terminou?	

CONCLUSÃO

Após mais de 200 anos de criação das polícias brasileiras, elas continuam reproduzindo, por meio de suas corporações, algumas marcas históricas muito negativas. Os dados apresentados no decorrer deste trabalho reafirmam o que a nossa sociedade parece já ter percebido há algum tempo – a polícia brasileira é violenta - e utiliza-se da arbitrariedade e violência de maneira seletiva, variando de acordo com a região onde atua. Decerto que de modo geral, a ineficiência e a truculência da polícia atinge a todos os cidadãos. No entanto, os números mostram, que em cidades grandes como São Gonçalo, a incidência desse tipo de violência é muito maior nos bairros e comunidades mais pobres.

O problema crônico da violência policial está longe de ser explicado a partir de uma só causa. A dimensão desse problema encontra-se em vários fatores estruturais, endógenos e exógenos, que vão desde a instrumentalização da polícia como força coercitiva de controle do Estado, passando pela falta de investimentos, formação policial, corporativismo e a falta de controle externo que garanta o cumprimento das devidas penalidades para aqueles que ultrapassam os limites legítimos do exercício de suas funções, e, até mesmo, da ineficiência e descaso das autoridades em não tratar das questões sociais como forma de prevenir o aumento da criminalidade.

Ao voltarmos na história da formação do município de São Gonçalo, e, no processo de urbanização desordenada da cidade, foi possível perceber que as áreas mais atingidas pela violência policial são os bairros mais pobres, onde ao longo da história, o poder público se recusou a estar presente, limitando o exercício da cidadania para os moradores dessas áreas. Portanto, a nossa primeira conclusão indica que a violência policial é fruto de uma combinação de elementos estruturantes e que tendem a florescer com mais intensidade nos locais onde a população não tem os seus direitos resguardados pelo Estado.

A comparação da atuação policial realizada neste trabalho, revelou semelhanças acerca da atuação da polícia dos dias atuais com as décadas de 1950 e 1970. As fontes analisadas sobre esses três momentos, reforçaram o caráter violento e autoritário, no qual percebemos que a maioria de suas ações não estão/estiveram alicerçadas em garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo, das classes mais vulneráveis.

A Constituição de 1988 trouxe a esperança da construção de um novo paradigma de polícia onde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a partir daquele momento, havia sido incorporada à nova Constituição e, com isso, pudesse ser o norte de todas as ações

institucionais voltadas para a segurança pública de nosso país. No entanto, isso não se refletiu diretamente nas políticas públicas de segurança e, conseqüentemente, no que deveria ser a função social dessas instituições. O que se viu a partir daí, foi uma escalada da violência policial, concomitante com o imensurável aumento da criminalidade e delinquência. Não obstante algumas poucas tentativas de mudanças na polícia do Rio de Janeiro, essas instituições não conseguiram se libertar de práticas violentas e intimidatórias, justificadas pela necessidade do combate à violência criminal.

Sendo assim, a proposição de oficinas de História desenvolvidas para este trabalho, torna-se relevante, na medida em que instrumentaliza profissionais de educação para o despertar da necessidade de se discutir a questão da violação institucional dos direitos humanos, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes, defensores dos seus direitos e preparados para exercerem plenamente a sua condição de cidadania.

Diante de tudo que foi dito e apresentado até aqui, conclui-se que o paradigma da polícia brasileira, em especial da polícia fluminense, encontra-se em total desarmonia com os preceitos legais e as garantias da Constituição de 1988, assim como, dos acordos internacionais, pelos quais o Brasil é signatário, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Depreende-se então, que a polícia precisa urgentemente de uma reforma estrutural que permita a superação desse modelo ineficiente, que, ao invés de garantir os direitos fundamentais da população, tem tornado as instituições policiais um verdadeiro aparato de violação desses direitos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)*. São Paulo: Anpocs, 2001.
- ADORNO, Sergio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n.8, p. 84-135, jul./dez. 2002.
- ALBERNAZ, E; CARUSO, H; MORAES, L. A polícia que queremos: Desafios para a reforma da polícia militar do estado do Rio de Janeiro. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 5-15, 2006.
- ARAÚJO, Victor Leonardo de; MELO, Hildete Pereira de. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 4, maio 2014.
- BRANDÃO, Ericka Vicente. *Urbanização e Violência: uma reflexão sobre a anomia estatal e a alteração dos índices da violência urbana em Belém do Pará*. Dissertação de mestrado. Belém (PA): Universidade da Amazônia, 2009.
- BRASIL. *Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH 3)/Secretaria especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – Brasília: SEDH/PR, 2009.*
- BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Educação em Direitos Humanos: Diretrizes nacionais – Brasília: Coordenação geral de educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.*
- BRETAS, M.L; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: Balanço e Perspectiva. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26.162-173, 2013.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- CARDIA, Nancy. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. *Tempo Social*; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 9 (1), p. 249-265, maio 1997.
- CANDAU, Vera; SACAVINO, Susana. Educação em direitos humanos e formação de educadores. *Educação*. Porto Alegre, v.36, n.1, jan./abr. 2013.
- CARVALHO, Batista Monique. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. *O social em questão*, Ano 16, n. 29, 2013.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DOSSE, F. História do tempo presente e historiografia. *Tempo e argumento*, Florianópolis, v.4, n.1, p. 5-22, jan./jun. 2012.

FERREIRA, Thiago Vargas. *O poder punitivo discriminatório resultante de um processo de criminalização seletivo*. Monografia apresentada ao curso de graduação em direito. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

FREIRE, Renato Coelho Barbosa de Luna. *Poder e sociedade na transformação da cidade*. História dos loteamentos do município de São Gonçalo na década de 1950. Monografia. São Gonçalo: Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. São Paulo, 13 jul. 2002.

GONÇALVES, Marcia de Almeida & REZNIK, Luís. *Guia de fontes para a história de São Gonçalo*. São Gonçalo: UERJ, Faculdade de Formação de Professores, Laboratório de Pesquisa Histórica, 1999.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Escrita da história e ensino da história: tensões e paradoxos. In: ROCHA, Helenice. *et al. A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KULAITIS, Leticia Figueira Moutinho. *Entre a vitimização e a criminalização: juventude, segurança pública e controle social perverso*. Dissertação de doutorado. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 2016.

LESSA, José Luís Honorato Lessa. Pioneira do Progresso Fluminense: O caso da industrialização de São Gonçalo (RJ) no século XX. IN: *Espaço e Economia* [Online], 12 | 2018, posto online no dia 14 julho 2018, consultado em 20 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/3296;DOI:10.4000/espacoeconomia.3296>

LIMA, R. S; BUENO. S; MINGARDI, G. Estado, Polícias e Segurança Pública no Brasil. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 49-85, jan.-abr. 2016.

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Cecília Vilar. A polícia dos pobres: Violência policial em classes populares urbanas. *Sociologia*, Porto Alegre, v.4, n.7, p.188-221, 2002.

MBAYA, Etienne-Richard. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente a diversidade de culturas. *Estud. av.* São Paulo, v.11, n. 30, mai./ago. 1997.

MONTEIRO, Ana Maria. Aulas de História: questões do/no tempo presente. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 58, p.165-182, out./dez. 2015.

Plano Nacional dos Direitos Humanos I. Instituído pelo decreto n. 1904, 13 de maio de 1996.

Plano Nacional dos Direitos Humanos II. Instituído pelo decreto n. 4.229, 13 de maio de 2002.

Plano Nacional dos Direitos Humanos III. Instituído pelo decreto nº 7.037, 20 de dezembro de 2009.

REZNIK, Luis. *200 anos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ideorama, 2009.

REZNIK, Luís; COSTA, Rafael Navarro; FREIRE, Renato Coelho Barbosa de Luna; MOURA, Rogério Soares de. *Joaquim Lavoura e o Lavourismo*. Um Estudo das práticas e representações políticas no município de São Gonçalo. São Gonçalo: FFP/UERJ, 2013.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto; GONÇALVES, Marcia; MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice. *Caixa de História: São Gonçalo: Guia do Professor*. Niterói: Imprinta Express, 2006.

SILVA, Daniel Pinha. O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.9, n.20, p.99-129.jan./abr. 2017.

SOARES, L. E. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

TOSI, Giuseppe (Org.). *Direitos Humanos: História, teoria e prática*. João Pessoa: Editora UFPB, 2004.

VILLAÇA, F. O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (org.) *O processo de urbanização no Brasil*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 169-241.

ZABALA, Antoni. *A Prática educativa: Como ensinar*; tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Arimed, 1998.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo do Direito Penal*. Tradução: Sergio Lamarão. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Jornais:

O São Gonçalo, (Décadas de 1950, 1970, 2000 e 2010)

Extra (2017 e 2019)

Sites:

<http://www.dhnet.org.br/dados/index.html>

<https://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>

www.isp.rj.gov.br

www.fogocruzado.org.br

ANEXO A – Reportagens da oficina 1: Documento III

Reportagem 1

Vítimas de racismo e injúria racial relatam casos de agressão

G1 - 19/07/2017

A população negra ainda sofre com ataques racistas no dia a dia. São histórias de agressão que acontecem no transporte público, no trabalho, nas tarefas diárias e no esporte.

O goleiro Aranha, um dos principais ídolos da Ponte Preta, foi vítima de um caso de racismo que teve muita repercussão e marcou sua carreira. Em 2014, quando era goleiro do Santos, integrantes da torcida do Grêmio o chamaram de macaco. Na ocasião, o time foi excluído da Copa do Brasil e condenado a pagar multa de R\$ 50 mil. Para o jogador, esse fato marcou sua carreira: “Hoje, infelizmente, quando alguém pesquisa sobre goleiro Aranha, aparece, imagens, vídeos e matérias sobre esse assunto”.

Ainda hoje, Aranha sofre com ataques racistas. Recentemente, depois de um jogo contra o Bahia, pelo menos dois torcedores publicaram ofensas racistas contra ele. Um dizia: “Aranha preto, tem que voltar pra senzala”. O outro: “macaco volta pra jaula, preto gorila”. “Às vezes, na internet, o pessoal tá meio escondido ou acha que tá escondido atrás de um perfil falso, se sente seguro atrás de uma tela de computador”, afirma o goleiro.

Em 2014, Aranha ganhou um prêmio da Secretaria de Direitos Humanos, que reconheceu a coragem do goleiro para enfrentar o preconceito e denunciar os atos de racismos dentro do futebol: “Esse é o meu troféu mais importante. Antes do dinheiro, antes da fama, antes de qualquer coisa, vem a humanidade, por isso esse prêmio é o mais importante”.

Reportagem 2

Em novo caso de tortura em supermercado de SP, homem é amarrado e leva choques

O caso teria ocorrido em março de 2018, mas as imagens só foram divulgadas agora.
FOLHAPRESS. 20/09/19

Amarrado, amordaçado com um fio de nylon e com a calça abaixada quase na altura do joelho, o homem grita sentado no chão numa sessão de tortura. A vítima está em cárcere privado no que parece ser as dependências de uma unidade do supermercado Extra, no Morumbi, bairro nobre da zona sul de São Paulo. Seus torturadores são seguranças de uma empresa terceirizada responsável por fazer apenas a proteção de clientes, funcionários e dos produtos à venda nas gôndolas.

O caso de tortura é o segundo a vir à tona em redes de supermercados de São Paulo neste mês. A primeira vítima, um adolescente de 17 anos, também foi amarrado, amordaçado, despido e

chicoteado após tentar furtar barras de chocolate do supermercado Ricoy, em Vila Joaniza, na periferia da zona sul da capital.

David de Oliveira Fernandes e Valdir Bispo estão presos preventivamente e vão responder na Justiça pelos crimes de tortura, cárcere privado e divulgação de imagens de nudez.

Reportagem 3

Suspeito de assassinato é linchado e morto no Maranhão

Caso aconteceu na cidade de Araiões, a 408 km de São Luís. Wallison Silva Araújo, de 19 anos, é suspeito de assassinar um jovem no domingo (24).

Por G1 MA — São Luís – 26/06/2018

O suspeito de cometer um assassinato identificado como Wallison Silva Araújo, de 19 anos, foi linchado até a morte por moradores do município de Araiões, a 408 km de São Luís. Segundo a Polícia Civil, no domingo (24) ele matou a golpes de faca um jovem identificado como Madson Araújo da Cruz, que não tinha passagens pela polícia.

Segundo a polícia, Wallison Silva Araújo tem no histórico vários assassinatos cometidos na cidade de Araiões. — Foto: Divulgação/Polícia Civil

O caso aconteceu na manhã desta terça-feira (26). Segundo a Polícia Civil, a população descobriu que Wallison estava em uma residência da cidade e cercou a casa. A Polícia Militar foi acionada e chegou com dois policiais para atender a ocorrência.

De acordo com o delegado da cidade de Araiões, Raphael Reis, quando os policiais chegaram Wallison estava em cima de um muro para evitar a população. Eles conseguiram convencê-lo a descer e se entregar, mas no momento que iriam prendê-lo, a população o agarrou e o atirou para fora da casa. Ele afirma que nada pode ser feito.

“Os policiais estavam lá e tentaram prender, mas a população partiu para cima dele. Dois policiais contra 80...100 populares poderiam fazer o que?”, questionou o delegado.

O G1 entrou em contato com a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão questionando a falta de efetivo policial e da logística para casos de emergência em Araiões, mas não houve retorno.

Um vídeo mostra o momento em que Wallison desce do muro da casa e os policiais tentam acalmar e conter a população. Um homem surge com um facão e Wallison tenta se esconder entre os militares, momento em que Wallison se entrega a dois policiais militares.

Em outro vídeo é possível ver rapidamente o momento em que ele é cercado pela população fora da residência. No local ele é chutado e esfaqueado por várias pessoas diante da viatura da PM e dos policiais. O delegado da cidade culpa a falta de efetivo policial pela falta de ação no caso, que não tinha sido o primeiro na cidade.

“Existem várias ocorrências aqui na cidade. É quase uma tradição esse tipo de justicamento por aqui. Só comigo aqui já aconteceu três vezes e eu, pessoalmente, já tive que ficar na porta da delegacia, literalmente, para tentar evitar. Já tive que pedir reforço para colegas do Piauí porque não temos efetivo policial”, declarou.

“São dois policiais militares e só eu, um investigador e um escrivão aqui por dia para mais de 50 mil habitantes. Então o risco é comum. (...). A polícia estava no local, mas não conseguiu conter a população sob pena de atirar em um cidadão. Cidadão entre aspas porque quem faz isso é criminoso da mesma forma”, afirmou o delegado.

O batalhão de Polícia Militar mais próximo de Araíoses fica em Chapadinha, a 260 quilômetros da cidade. São três horas de viagem até que algum reforço consiga chegar. No caso da Polícia Civil a regional com maior efetivo fica na cidade de Barreirinhas, a duas horas e meia da cidade.

O delegado disse que vai tentar identificar as pessoas que lincharam Wallison e a posterior prisão deles, mas no momento até o flagrante não pode ser feito. “A gente podia, inclusive, prender essas pessoas em flagrante. Mas não temos efetivo. Se nós aqui fôssemos prender alguém desses populares... Imagina o que iria acontecer?”, declarou.

Além da morte registrada no último domingo, a polícia afirma que Wallison tem no histórico o latrocínio de uma idosa de 89 anos na cidade, quando ele tinha 16 anos e retornava de uma internação em um centro de juventude de São Luís apenas seis meses após ter saído.

Reportagem 4

Sem dado preciso, Brasil pode ter até dobro do estimado de moradores de rua.

Portal UOL – 30/12/2019

Dariana Militão, 23, mora nas ruas de Maceió há dois meses. Ela conta que, em outubro, foi expulsa de casa pelo marido. "A gente morava no Bom Parto [bairro pobre ao lado do centro da cidade], mas ele me botou pra fora com meu filho. Ele só queria saber de beber e se drogar, não aguentava mais apanhar", conta ela com um cigarro na boca e segurando o filho de três anos com quem vive embaixo da marquise de uma agência da Caixa ao lado do Palácio República dos Palmares, sede do governo de Alagoas.

Não existem números precisos sobre quantidade de moradores em situação de rua no país. "Dados nacionais só temos os de 2009, quando foi feita a única pesquisa. Precisamos de dados atualizados, hoje não temos", diz Rafael Manchado, da coordenação do Movimento Nacional de Populações em Situação de Rua [...].

Reportagem 5

Três pessoas são mortas e bebê é ferido em operação policial no RJ

Jovem de 17 anos está entre as vítimas; segundo a PM, os outros dois mortos portavam fuzis. Por Edivaldo Dondossola, Bom Dia Rio

G1 -14/08/2019 06h21

Jovem de 17 anos é vítima de bala perdida no Rio

Três pessoas morreram e um bebê de um ano e nove meses foi baleado em uma operação da Polícia Militar, na noite de terça-feira (13), na comunidade do Quarenta e Oito, em Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Entre os mortos está a mãe do bebê, Margareth Teixeira, de 17 anos. Segundo a PM, os outros dois mortos são suspeitos que estavam com fuzis e efetuaram disparos contra os policiais.

De acordo com os policiais, depois que o tiroteio acabou, duas pessoas foram encontradas baleadas e encaminhadas para o Hospital Albert Schweitzer. A criança, atingida por um tiro de raspão no pé, está internada. Ainda não se sabe de onde os disparos partiram.

Reportagem 6

Traficantes espalham o ódio contra religiões afro-brasileiras pelo país
Relatos de violência contra locais de religião de matriz africana estão se tornando cada vez mais frequentes.

G1 - 09/06/2019

Traficantes espalham o ódio contra religiões afro-brasileiras pelo país

Relatos de violência contra locais de religião de matriz africana estão se tornando cada vez mais frequentes. Terreiros e casas de candomblé e umbanda vêm sendo atacados e até mesmo fechados por causa de uma onda de intolerância. No Brasil, as denúncias de discriminação por motivo religioso vêm crescendo nos últimos anos: saltaram de 15 para quase oitocentas. O Fantástico entrevistou as vítimas dessa violência.

Reportagem 7

Falta de médicos leva a morte de jovem em hospital no RN

Na zona agreste potiguar, região de São Paulo do Potengi, um adolescente de 17 anos morreu após esperar atendimento de urgência por três horas.

12 de dezembro de 2018 - Esquerda Diário

O hospital, no entanto, não tinha médico de plantão, nem mesmo um motorista para realizar a transferência para outra unidade, segundo os familiares. A morte revoltou os parentes e a população local.

Nesse mesmo dia, no Rio de Janeiro, uma mulher deu à luz a uma criança no corredor. São casos que revelam a situação que os governos estaduais e municipais estão deixando a população, desassistidas em atendimentos mínimos, permitindo que morram nas filas e durmam nos corredores de hospitais, enquanto assinam acordos com Temer (que Bolsonaro pretende aprofundar) que obrigam cortes na saúde, não pagamento de salários dos trabalhadores, e tantas outras mazelas contra a população. Tudo isso para respeitar religiosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal e destinar milhões dos cofres públicos para pagamento de uma dívida fraudulenta que não é com os trabalhadores, mas com os empresários e banqueiros.

Reportagem 8

Ações policiais causaram maior parte do fechamento de escolas no Rio

Jornal Extra - 06/09/17

Operações da polícia motivaram o fechamento de mais da metade das escolas que não abriram por conta da violência entre 15 de agosto e 14 de setembro. A conclusão é de um estudo da Secretaria Municipal de Educação, que levantou as causas dos fechamentos das unidades nesse período.

Ao todo, escolas fecharam 434 vezes por motivações ligadas à violência: ordem do tráfico, guerra de facções, disputa entre traficantes e milicianos ou operações policiais. Em 233 oportunidades — ou 54% do total —, as unidades não abriram as portas por conta de ações da polícia.

Nos dias 14 e 11 de setembro — quando, respectivamente, 45 e 37 unidades não abriram as portas —, operações motivaram o fechamento de todas as escolas que fecharam por causa da violência. Em cada um dos 20 dias letivos do período, cerca de 4.167 alunos ficaram sem aulas.

Só um dia sem escolas fechadas

Em somente um dos 20 dias letivos do período pesquisado, nenhuma escola teve que fechar as portas por causa da violência: em 1º de setembro, a rede municipal não registrou fechamentos por conta de tiroteios.

Em 21 de agosto, entretanto, 64 unidades não abriram. Esse foi o dia em que mais escolas foram afetadas pela insegurança. Desse total, 27 unidades não abriram por conta de operações policiais. Na ocasião, Forças Armadas e as polícias Civil e Militar fizeram uma megaoperação em oito comunidades da Zona Norte, após uma semana de tiroteios no Jacarezinho.

Ao todo, 27.956 alunos ficaram sem aulas nesse dia. As áreas onde mais alunos tiveram aulas canceladas foram Alemão, Manguinhos e Higienópolis.

Reportagem 9

‘Fico sem comer para dar aos meus filhos’, relata morador da Baixada após Bolsonaro dizer que não há fome no Brasil

Jornal Extra-20/07/19



Os filhos de Maxuel Foto: Marcelo Régua

Para conseguir manter os quatro filhos minimamente alimentados, o desempregado Maxuel Rismo, de 29 anos, precisa abrir mão de algumas refeições. Com a comida contada dentro da casa humilde no bairro Codex, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, o rapaz passa fome

para garantir que as crianças não fiquem sem comer. A história da família retrata a situação de pobreza na qual vivem milhões de brasileiros. Ignorando a situação do país que comanda, o presidente Jair Bolsonaro afirmou, durante um café da manhã com jornalistas estrangeiros no Palácio do Planalto, que “é mentira” que haja fome no Brasil.

- Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora, passar fome, não. Você não vê gente pobre pelas ruas com físico esquelético como a gente vê em alguns outros países por aí pelo mundo - disse Bolsonaro.

O cardápio na casa de Maxuel inclui, na maioria das vezes, arroz e feijão. Quando sobra um pouco mais de dinheiro, o rapaz consegue incluir ovo no cardápio. Já quando a situação está mais apertada, a família come apenas farinha com feijão. Maxuel tem quatro filhos: Rebeca, de 1 ano, Samuel, de 3, Isac, de 6 e Isamel, de 8.

— Esta semana ganhamos um bolo, uma pessoa doou, e foi o café da manhã de meus filhos e da minha esposa. Mas normalmente dou a eles um pouco de arroz com feijão quando acordam. Tem vezes que eu e minha esposa ficamos sem comer para dar comida para meus filhos. Eu digo que é uma escolha que faço com o coração.

A declaração do presidente é rebatida por estatísticas recentes de instituições como a ONU, o IBGE e o Ipea, e foi criticada por especialistas em economia e evolução de índices sociais no país.

Relatório do Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe 2018, divulgado em novembro pela ONU, mostrou o crescimento da fome no Brasil. O estudo estimou que a desnutrição alcançou até 5,2 milhões de brasileiros entre 2015 e 2017, ante os 5,1 milhões calculados para os triênios 2014-2016 e 2013-2015 e os 5 milhões, de 2010-2012. No triênio 2000-2002, 18,8 milhões de brasileiros sofriam com a fome.

Reportagem 10

PMs são condenados por chacina de jovens em carro no Rio

Crime ficou conhecido como chacina de Costa Barros

O São Gonçalo – 09/11/2019

Foto: Divulgação



Os policiais militares Antônio Carlos Gonçalves Filho e Marcio Darcy Alves dos Santos foram condenados hoje (9) a 52 anos e seis meses de reclusão por cinco homicídios duplamente qualificados, no caso que ficou conhecido como chacina de Costa Barros.

Em 28 de novembro de 2015, cinco jovens negros foram mortos em um carro que foi atingido por 63 tiros no bairro de Costa Barros, na zona norte do Rio de Janeiro.

A chacina de Costa Barros matou os jovens Wesley Castro Rodrigues, 25 anos, Roberto de Souza Penha, 16 anos, Wilton Esteves Domingos Júnior, 20 anos, e Cleiton Corrêa de Souza, 18 anos, e Carlos Eduardo Silva de Souza, de 16 anos.

Os cinco amigos eram moradores da zona norte do Rio de Janeiro e estavam reunidos para comemorar o emprego novo de Roberto, que havia recebido seu primeiro salário como ajudante em um supermercado.

Segundo o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o julgamento no II Tribunal do Júri durou mais de 20 horas e terminou às 2h da manhã de hoje. O policial militar (PM) Fabio Pizza Oliveira da Silva foi inocentado da mesma acusação. Segundo sua defesa, ele estava abrigado na hora dos disparos e não participou do crime. A decisão será objeto de recurso do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Outro PM, Thiago Resende Viana Barbosa, não chegou a ser julgado porque estava sem advogado. Seu julgamento será remarcado para que a Defensoria Pública assuma sua defesa.

O PM Antônio Carlos Gonçalves Filho também foi condenado por fraude processual, e teve sua pena aumentada em oito meses e cinco dias. Na época do crime, os policiais disseram que foram atacados e trocaram tiros, versão que foi derrubada pela perícia, que identificou que os policiais efetuaram 111 disparos.

ANEXO B – Material de apoio para a oficina 5: “O caso de Sacopã”

Casos famosos: *O Crime do Sacopã*



No dia 6 de abril de 1952, Afrânio Arsênio de Lemos, bancário, foi encontrado morto com três tiros na cabeça, dentro de seu próprio carro, um Citroën preto, na ladeira do Sacopã, próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas. O crime passa a ser investigado com grande repercussão na imprensa.

A primeira hipótese levantada pela Polícia, latrocínio (roubo seguido de assassinato), foi logo descartada em função da descoberta de que Afrânio era mulherengo. A nova hipótese – vingança – conduziu o rumo das investigações, logo que uma foto de mulher é descoberta dentro da carteira da vítima, com os seguintes dizeres: “Este sorriso te pertence”. O nome da mulher era Marina, tinha 17 anos na data do crime e namorava um tenente da Força Aérea Brasileira, Jorge Alberto Franco Bandeira.

Afrânio havia sido casado por dois anos, e rumores indicavam que a separação se deveu a um médico amigo do casal, com quem Ismênia Túneis, a ex-esposa, teria tido um caso. A pista pareceu promissora à Polícia. Porém, chamada a depor e cercada pela imprensa, Ismênia desmente o boato, afirmando que se separou de Afrânio por incompatibilidade de gênios, que nunca tivera um caso e que continuou amiga do ex-marido após a separação.

A investigação tomou outro rumo, dias depois, com o depoimento da empregada doméstica Gilda Pacine, que afirmou ter testemunhado o assassinato, quando se encontrava com seu namorado na orla da Lagoa. Segundo Gilda, um carro com duas pessoas estacionou por ali. Um homem foi até a janela do motorista, com quem conversou em voz baixa por alguns minutos. Logo em seguida, a vítima saiu do carro e os dois começaram a brigar com socos, quando um deles sacou uma arma, atirou três vezes, colocou o corpo dentro do veículo, jogou a arma no mar, voltou ao carro da vítima e desapareceu.

Para a Polícia, apesar da verossimilhança de alguns detalhes do depoimento de Gilda, a história toda era fantástica e nada mais surgiu para corroborá-la. Enquanto a opinião pública exigia um culpado, a imprensa sensacionalista fazia alarde sobre qualquer circunstância sobre o caso. Marina, que fora namorada de Afrânio, era constantemente perseguida pela imprensa, chegando-se a cogitar que a moça poderia tornar-se atriz de cinema.

A mídia também perseguiu o Delegado responsável pelo caso, Hermes Machado, tateando no escuro à procura de pistas e que afirmava acreditar que o motivo do crime havia sido vingança. As investigações até ali haviam apurado que o bancário era uma pessoa tranqüila e cheia de amigos, que trabalhava na agência de Botafogo do Banco do Brasil e que tinha dois vícios: carros e mulheres.

No decorrer das investigações, porém, uma pessoa até então desprezada pela Polícia começa a ganhar vulto: o tenente Bandeira. A foto de Marina na carteira da vítima era desde o início um indício de triângulo amoroso. A reconstituição dos afazeres do bancário no dia do crime apontou que ele recebeu um telefonema, no qual a pessoa que ligou – um

homem, segundo a irmã de Afrânio – tentou marcar um encontro no mesmo dia. Afrânio teria primeiro negado, mas no decorrer da conversa concordou em encontrar-se com o homem em frente ao Iate Clube, descrevendo seu carro, um Citroën preto.

A partir disso, a Polícia especulou que o homem ao telefone não conhecia bem Afrânio, uma vez que ele teve que descrever seu carro, e que o número de telefone da vítima poderia ter sido fornecido por Marina para seu namorado, o tenente Bandeira, novo foco das atenções.

Neste momento, o advogado Leopoldo Heitor entra na história, dizendo aos repórteres que sabia quem era o assassino e que um cliente seu fora testemunha do crime. Sem revelar o nome e fazendo bastante barulho a fim de chamar a atenção da imprensa, concedendo entrevistas e até brigando com o Delegado Machado, depois de fazer muito suspense ele revela a identidade de seu cliente, um amigo da vítima: Valter Avancini.

De acordo com o depoimento de Avancini, ele estava voltando de São Paulo ao Rio de Janeiro quando encontrou com Afrânio, que fazia o mesmo trajeto. Passaram a viajar juntos, e Afrânio confidenciou ao amigo que estava tendo um caso com uma jovem, por quem se apaixonara, mas que estava namorando um homem perigoso, um tenente, que descobrira o caso. Também disse ao amigo temer ser morto pelo tenente. No dia seguinte Afrânio estava morto.

Outro depoimento contundente fecha o cerco sobre Bandeira: um estudante de Arquitetura contou à Polícia que, no dia do crime, ao voltar para casa à noite, viu duas mulheres andando aflitas na rua e ofereceu carona. Elas

aceitaram e pediram que o estudante as levasse ao Iate Clube, revelando que lá iam para tentar evitar uma tragédia. Como nada viram por lá, o estudante deixou as duas em um ponto do Leblon. No dia seguinte, o rapaz ficou sabendo do crime e ligou os fatos.

Diante dos novos indícios, Marina foi chamada a depor no Segundo Distrito Policial, confirmando a versão do estudante. Ou seja, ela confessou que pretendia evitar que o namorado

matasse o bancário. Acrescentou, ainda, que quando soube do assassinato, não foi à Polícia porque Bandeira a teria ameaçado de morte. Depois, porém, em conversa com a imprensa, a moça desmentiu tudo, dizendo que havia sido coagida em um depoimento violento, e que nem sequer sabia quem era o tal estudante de Arquitetura.

De toda forma, a Polícia pede a prisão preventiva de Bandeira e o inquérito policial sobre o caso é enviado à Justiça. Os

meios de comunicação transformam Marina e Bandeira em astros, acompanhando os mínimos detalhes de seu dia-a-dia e fazendo alarde sobre qualquer boato que surgisse. Muitos de fato surgiram, aproveitando a oportunidade dada pela imprensa a qualquer um ter seus cinco minutos de fama.

Durante a audiência, em 1954, Bandeira mostrou-se muito calmo, sem manifestar-se ao ouvir os mais diversos depoimentos que o incriminavam. A versão dele, mantida até o final, era de que mal conhecia Afrânio, e de que estava na casa de sua avó paterna na noite do crime.

Um dos depoimentos prestados em júri foi bastante prejudicial ao réu. Elda Peres dizia-se amiga da mãe do tenente e contou que Marina a procurou no dia seguinte ao crime, pedindo-lhe que guardasse um revólver. Laura Macedo, uma amiga de Elda, teria perguntado a Marina o porquê de guardar a arma lá, ao invés de escondê-la na casa do tenente, e Marina respondeu que a Polícia teria menos chance de encontrá-la na casa de Elda. De acordo com a depoente, ao saber destas palavras de Marina, Bandeira ficou furioso e disse que ela merecia ser esganada até a morte. Para piorar, a filha de Elda também depôs, afirmando que o acusado tinha ciúmes doentios de Marina, e que costumava ameaçar de morte quem se aproximasse dela.

O depoimento mais esperado era o de Marina. Diante de uma grande platéia com estudantes de Direito, curiosos e muita gente da imprensa brasileira, a moça, bastante decidida, calma e precisa, repete que fora coagida pela Polícia a mentir. O próximo a depor foi Avancini. Dias antes, ele e seu advogado, Leopoldo Heitor, foram vítimas de uma emboscada na saída de uma boate, quando o carro de Leopoldo foi crivado de balas. O fato foi bradado aos

quatro ventos pelo advogado, que dizia saber quem havia tramado a emboscada. Avancini procurou proteção da Polícia escondendo-se na Delegacia, de onde saiu somente para depor no Palácio de Justiça.

“Eu me encontrava no Citroën quando se deu o crime e foi o tenente Bandeira quem matou Afrânio”. Estas foram as palavras de Avancini que condenaram Bandeira. Segundo o depoente, no dia do crime ele marcara um encontro com Afrânio, às 23 horas, em Copacabana. O bancário chegou neste horário, mas acompanhado do tenente. Os três foram de carro e em silêncio ao Clube das Caiçaras. Chegando lá, acusado e vítima começaram uma discussão e Afrânio deu um soco em Bandeira. Saindo do carro, o réu sacou uma arma e disparou três tiros na vítima. Avancini saiu correndo apavorado e tomou um táxi. Disse ainda que nada contou à Polícia por causa de seu passado cheio de delitos. Bandeira foi condenado a 15 anos de prisão em um dos julgamentos mais notórios do Rio de Janeiro, com repercussão internacional. Cumpriu sete em regime fechado.

Dos boatos que continuaram pelo Rio de Janeiro, um envolvia o Senador Alencastro Guimarães, político influente, que estaria tramando toda a incriminação de Bandeira. De acordo com os rumores, Mimi, filha do Senador, havia tido um caso com Afrânio, o que teria provocado grande desgosto em família e decretado a morte do bancário. Souza Neto, advogado de Bandeira, formulou a versão de que um irmão de Mimi teria contratado os assassinos, um guarda municipal e o próprio Avancini. Tais boatos foram alimentados porque boa parte da população não acreditava na culpa de Bandeira, em função de sua tranquilidade perante o Tribunal e das reiteradas negativas do tenente.

ANEXO C – Material de apoio para a oficina 5: “A fera da Penha”

Casos famosos: *A Fera da Penha*



“A Fera da Penha” foi o apelido dado pela imprensa à assassina de uma criança durante a repercussão de um crime ocorrido em 1960. A alcunha foi a que melhor pegou, entre outras como “Frankenstein de Saia”, “Mulher-Fera” e “Besta-Humana”.

Apesar de solucionado em menos de 24 horas, este assassinato teve cobertura dos meios de comunicação semelhante àquela feita ao crime do Sacopã, sensacionalista, através de manchetes dramáticas que mexeram com os ânimos da população carioca e brasileira.

Realmente chocante, o crime vitimou Tânia Maria, uma menina de quatro anos, que foi morta com um tiro na cabeça e depois teve seu corpo queimado. Encontrada em um terreno baldio próximo a um matadouro no bairro da Penha, a criança estava irreconhecível. Estes agravantes acentuaram o clima de comoção que logo adquiriu o caso.

A assassina, Neide Maria Lopes, tinha 22 anos, era solteira e comerciária quando foi presa. A história do crime se iniciou quando Neide se apaixonou pelo motorista Antônio, com quem namorou por cerca de três meses, até descobrir que ele era casado e tinha duas filhas pequenas. O namoro acabou quando Neide mandou o motorista escolher entre ela e a família.

Inconformada, Neide tramou sua vingança sem nenhum cuidado em esconder pistas. Primeiro, aproximou-se da esposa de Antônio, Nilza, com quem fez amizade e pôde se familiarizar com a rotina da casa. Descobriu onde as meninas estudavam e então executou seu plano: fazendo-se passar por Nilza, telefonou para a escola, disse que a menina tinha que sair mais cedo e que uma vizinha iria apanhá-la.

Neide pegou a criança na escola, que foi de bom grado, uma vez que conhecia sua almoz. Mais tarde, quando a mãe foi levar um lanche para a filha na escola, descobriu pela descrição dada pelas funcionárias que Neide havia levado Tânia. As duas passaram por vários locais; Neide chegou a levar a criança na casa de uma amiga e parou em uma farmácia, onde comprou uma garrafa de álcool. Por volta das oito e meia da noite, resolveu finalizar seu plano. Levou Tânia ao matadouro da Penha, local deserto à noite, atirou na cabeça da menina, banhou-a de álcool, ateou fogo e foi para casa.

O Delegado Olavo Campos Pinto, do 24º Distrito de Polícia, ficou encarregado do caso, rapidamente solucionado. Uma vez sob interrogatório, Neide primeiro negou obstinadamente, mas depois acabou confessando tudo, nos mínimos detalhes, quando o Delegado mostrou-lhe a arma do crime e o laudo pericial.

A partir da confissão, a imprensa iniciou seu espetáculo, batizando Neide de “A Fera da Penha”, promovendo a santificação da menina Tânia e, como comumente acontecia diante de crimes perversos, levantando a questão da pena de morte. Na matéria “Tânia Maria agora é menina santa”, da edição de 30 de junho de 1960 da revista *O Cruzeiro*, o ex-Diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais e professor de Psiquiatria da Faculdade de Medicina Jurandir Manfredini, criticou o Código Penal brasileiro que, segundo ele, era benévolo demais, permitindo pela impunidade o aumento de crimes hediondos.

Para Manfredini, a adoção da pena de morte no Brasil estaria em conformidade com “os países mais civilizados da atualidade”, que adotaram a pena de morte como punição a crimes perversos. Cordeiro Guerra, ex-promotor, também foi consultado pela reportagem. Segundo ele, este tipo de crime indica a necessidade de revisão dos Códigos Penal e de Processo Penal brasileiros.

Uma opinião diversa veio do promotor Everaldo Moreira Lima, do 1º Tribunal do Júri. Para ele, a pena de morte era anacrônica e anti-histórica, uma vez que é contemporânea das civilizações mais elementares e vem sendo excluída das legislações. O promotor exemplifica dizendo que adotar a pena de morte seria o mesmo que recorrer a punições como açoites e pelourinho. Observou ele, ainda, que para evitar crimes de natureza perversa o Código Penal do país deveria ser reformulado imediatamente, e que as instituições policiais e judiciais deveriam ser modernizadas.

A exemplo do julgamento do tenente Bandeira, o julgamento de Neide foi minuciosamente acompanhado pela imprensa. Saiu da prisão por bom comportamento depois de cumprir 15 dos 33 anos a que foi condenada.